



NOTÍCIAS

O Imbróglio do Estatuto do Idoso

"A SOLUÇÃO ESTÁ COM O PROFESSOR DAMÁSIO E. DE JESUS PARA QUEM O PROCEDIMENTO DOS JUÍZADOS DEVE SER ADOTADO PARA DAR MAIOR RAPIDEZ AO PROCESSO NOS CRIMES CONTRA O IDOSO, PORÉM INADMITIDA A TRANSAÇÃO PENAL".

Entra em vigor em 01/01/2004 a Lei 10.741/03, o Estatuto do Idoso, projeto do ex-deputado e atual senador Paulo Paim (PT-RS), trazendo aos que atingiram 60 anos de idade inúmeros benefícios, garantindo proteção à vida e à saúde pela efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e com dignidade.

Dentre os direitos reconhecidos, vale destacar a proibição de cobrança de valores diferenciados nos planos de saúde em razão da idade; o direito à acompanhante na internação hospitalar, reserva de 3% das casas em programas habitacionais; obrigação do poder público ao fornecimento de medicamentos e alimentos, caso os familiares não possam fazê-lo; gratuidade nos transportes coletivos para os maiores de 65 anos; desconto de 50% nas atividades cultural, de lazer e esportiva; redução de 67 para 65 anos, a idade para obter o benefício de um salário -mínimo fixado pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).

Se o legislador foi feliz na concessão dos direitos civis, atendendo às necessidades das pessoas idosas, no aspecto penal já está a merecer procedentes críticas de especialistas da área, como o promotor paulista João Estevam da Silva e o procurador da República Luiz Carlos Gonçalves.

É que o Estatuto do Idoso, por um lado, criou tipos e agravou penas e por outro determinou a utilização da Lei dos Juizados Especiais (art. 94) para crimes cuja pena não ultrapasse quatro anos de reclusão.

Quer dizer, estabeleceu um paradoxo: os crimes contra idosos são punidos menos severamente do que se praticados contra não idosos. Ex. O crime de maus-tratos (art.136 do CP) em que a pena máxima é de quatro anos não admite a aplicação da Lei dos Juizados Especiais Criminais (Lei 9.099/95), pois extrapola o limite de dois anos. Já a figura assemelhada do crime de maus-tratos no Estatuto do Idoso (art. 99) tem a mesma pena máxima, mas admite os benefícios do Juizado Especial Criminal, criado para os delitos de menor potencial ofensivo.

O disparate continua se cotejarmos outras figuras penais: o "abandono de incapazes" do art. 98 do Estatuto é mais brando que o art. 135 do CP, como também a "apropriação de bens ou pensões dos idosos é menos grave que a apropriação indébita do art.168 do CP.

O princípio constitucional da proporcionalidade, ao que parece, foi flagrantemente violado.

A solução para o imbróglio está com o professor Damásio E. de Jesus para quem o procedimento dos juizados deve ser adotado para dar maior rapidez ao processo nos crimes contra o idoso, porém inadmitida a transação penal.

Lupercino Nogueira
Magistrado

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO

Secretário do Tribunal Pleno
BEL. GLAUBER BARBOSA LOPES

PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

RECURSO ESPECIAL NA REVISÃO CRIMINAL Nº 010 03 001256-0

Recorrente: Gleidson Pereira Gomes

Advogado: Luiz Eduardo Silva de Castilho

Recorrido: Ministério Público do Estado de Roraima

DESPACHO

Dê-se vista à douta Procuradoria-Geral de Justiça, para oferecimento de contra-razões.

Após, conclusos.

Publique-se.

Boa Vista, 16 de fevereiro de 2004.

Des. **RICARDO OLIVEIRA**
Presidente

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO DE LIMINAR Nº 001004002280-7

IMPETRANTE: GERSON COELHO GUIMARÃES

ADVOGADO: LAUDIR RODRIGUES DE LIMA

IMPETRADA: EXMA. SRA. SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA

RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA

DECISÃO

GERSON COELHO GUIMARÃES, devidamente qualificado nos autos, impetrou Mandado de Segurança com pedido de liminar contra ato da Exma. Sra. Secretária de Administração do Estado de Roraima em razão de ter sido o mesmo excluído do certame, sendo considerado “não recomendado” na investigação social e funcional.

Analisando a preliminar suscitada pelo Ministério Público de 2.º Grau faz-se necessário tecer alguns comentários iniciais.

Aduz o *Parquet* que os atos administrativos relativos ao concurso público acerca da investigação social e funcional foram realizados através do Secretário de Segurança Pública do Estado de Roraima a quem, entende, deveria ter sido dirigida esta Impetração.

Em que pesem os argumentos expendidos pelo Douto Órgão Ministerial Graduado, estes não podem prosperar.

O ato contra o qual insurge-se o Impetrante é a eliminação na fase de investigação social e funcional. Tal procedimento fora realizado pela Comissão de Investigação Social e Funcional que apurou os resultados e submeteu à autoridade competente para validação, qual seja, a Secretária de Administração.

Tanto é assim que o Edital n.º 24/2003 – PCRR, de 22 de dezembro de 2003, que tornou público o resultado final da investigação social e funcional foi assinado pela mencionada Secretária.

A Comissão realizadora da referida investigação constituiu-se num mero instrumento para que a Secretária de Administração, autoridade maior do mencionado processo seletivo, obtivesse dados para fundamentar a declaração de recomendação ou não recomendação dos concursandos. Vejamos:

“(…)

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA torna público o resultado final da investigação social e funcional dos candidatos ao concurso (…).” (fl. 14) (Grifos originais).

É indubitável que o resultado da investigação social e funcional por si só não teria validade e eficácia caso não houvesse a homologação da Secretária de Administração, bem como se deu nas fases pretéritas do concurso (médica, física e psicológica) onde, conforme previsão editalícia, os recursos correspondentes deveriam ser endereçados à Secretária de Administração. Logo, a autoridade diretamente responsável pela eliminação dos candidatos é aquela que possui autoridade para dar validade ou corrigir o referido ato.

Neste passo, entende o STJ:

“RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO CIVIL. AUTORIDADE COATORA. LEGITIMIDADE PASSIVA. ENCAMPAÇÃO DO ATO IMPUGNADO.

1. Autoridade coatora é aquela que pratica ou ordena, concreta e especificamente, a execução ou inexecução do ato impugnado e responde pelas suas consequências administrativas. 2. Possui legitimidade passiva ad causam a autoridade que, ao prestar informações, defende o ato impugnado, encampando-o. 3. Recurso provido.” (ROMS 15262 /TO; Recurso Ordinário em Mandado de Segurança 2002/0109620-1. STJ, Órgão julgador: 6.ª Turma. Relator: Min. Hamilton Carvalhido. DJ data: 02/02/2004, pág. 00365).

Ainda, o contrato de prestação de serviços técnicos-especializados celebrado entre a Secretaria de Administração do Estado e a Fundação Universidade de Brasília (FUB), responsável técnica pela organização do concurso para ingresso na Polícia Civil do Estado, em sua cláusula quarta, assim estabelece:

“ CLÁUSULA QUARTA – Das obrigações

(…)

f) homologar o resultado final dos concursos.”

Desta feita, conclui-se, de maneira inquebrantável, que a autoridade legítima para figurar no pólo passivo deste *writ* é a Secretária de Estado da Administração.

Isto posto, vê-se que não há nenhum vício passível de ensejar a extinção do presente feito, razão pela qual afasto, momentaneamente, a preliminar suscitada pelo *Parquet*.

Abra-se vista ao nobre Procurador de Justiça para a sua manifestação, no prazo legal.

Por fim, voltem-me conclusos.

Publique-se e intímem-se.

Boa Vista - RR, 16 de fevereiro de 2004.

Des. Almiro Padilha

Relator

MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO DE LIMINAR Nº 001004002374-8

IMPETRANTE: CÉSAR EDUARDO DE JESUS PEREIRA

ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RORAIMA

IMPETRADA: EXMO. SR. SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE RORAIMA

RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA

DECISÃO

CÉSAR EDUARDO DE JESUS PEREIRA, devidamente qualificado nos autos, impetrou Mandado de Segurança com pedido de liminar contra ato da Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado de Roraima pelo fato de, após ter sua inscrição efetivada regularmente e logrado êxito nas provas de conhecimentos gerais e específicos e avaliação psicológica, do Concurso da Polícia Civil do Estado de Roraima, para o cargo de Agente de Polícia Civil, quando do processo de inscrição no curso de formação profissional, teve seu requerimento indeferido por não ter apresentado a Carteira Nacional de Habilitação.

Informa que foi considerado “não recomendado” pela Comissão de Investigação Social e Funcional SESP/RR, em virtude do Impetrante não ter apresentado cópia autenticada da última declaração de ajuste anual, impetrando, por isso, Mandado de Segurança, que, através da concessão de medida liminar, lhe foi assegurada a inscrição na segunda etapa do certame (Curso de Formação).

O Impetrante, aduzindo a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, requereu a concessão de medida liminar a fim de que fosse reintegrado nas demais fases do certame seletivo até seu final, permitindo -lhe a inscrição e participação no curso de formação profissional, garantindo -lhe a reserva de vaga para futura nomeação, posse e investidura no respectivo cargo, se acaso considerado aprovado em todas as fases.

O pedido de liminar foi indeferido, conforme decisão de fls. 125/128.

À fl. 137, o Impetrante requereu a desistência do feito.

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório. Decido.

Em petição juntada à fl. 137 a parte Impetrante comunica a desistência desta ação.

Assim, utilizando as prerrogativas que me cabem, como Relator, homologo tal desistência, julgando extinto o presente *writ*, sem julgamento do mérito, nos termos do art. 267, inciso VIII, do CPC c/c art. 175, inciso XXXII, do RITJRR.

Dê-se baixa.

Publique-se e Intime-se.

Boa Vista – RR, 17 de fevereiro de 2004.

Des. Almiro Padilha

Relator

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO, BOA VISTA-RR, 17 DE FEVEREIRO DE 2004.

BEL. GLAUBER BARBOSA LOPES

Secretário do Tribunal Pleno

SECRETARIA DA CÂMARA ÚNICA

Secretária da Câmara Única

BEL.^a SUANAM NAKAI DE C. NUNES

PUBLICAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Carlos Henriques, Presidente da Câmara Única do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, torna público para ciência dos interessados que, na Sessão Ordinária do dia **02 de março** do corrente ano, às nove horas, ou nas sessões subseqüentes, será julgado o processo a seguir:

Agravo de Instrumento N.º 0010.03.001228-9 – Boa Vista/RR.

Agravante: Cerâmica Santa Rita Indústria e Comércio Ltda.

Advogado: José Ribamar Abreu dos Santos

Agravado: Banco do Estado de Roraima – em Liquidação

Advogado: Anastase Vaptistis Papoortzis - **Procurador Judicial**

Relator: Exmo. Sr. Des. José Pedro

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

Apelação Criminal N.º 0010.03.001001-0 – Boa Vista/RR

Apelante: Antonio Carlos Baia da Silva

Advogado: Roberto Guedes de Amorim

Apelado: Ministério Público de Roraima

Relatora: Exma. Sra. Desa. Elaine Bianchi (Juíza Convocada)

DECISÃO

Tratam os presentes autos de Apelação Crime movida por Antonio Carlos Baia da Silva, que encontra-se inconformado com a sentença de fls. 411/412, que o condenou a 06(seis) anos de reclusão pela prática do Crime tipificado no art. 121, caput.

Compulsando os autos, verifica-se que a decisão recorrida foi proferida em 2º Júri, pois quando o apelante foi julgado pela 1ª vez, foi absolvido e através de apelação interposta pelo Ministério Público, teve seu julgamento anulado e foi levado a novo júri, que culminou na sentença guerreada.

O parquet, tanto de 1ª como de 2ª instância, manifestou-se pelo não seguimento do recurso, com fundamento na vedação contida no art. 593, § 3º do Código de Processo Penal.

È o breve relato, passo a decidir.

Assiste razão ao Ministério Público, quando opina pelo não cabimento da apelação interposta, conforme veremos a seguir:

O Código de Processo Penal é clarevidente quando preceitua:

“Art. 593.....

§3º Se a apelação se fundar no nº III, letra d, deste artigo, e o tribunal ad quem se convencer de que a decisão dos jurados for manifestamente contrária à prova dos autos, dar -lhe-á provimento para sujeitar o réu a novo julgamento; não se admite porém, pelo mesmo motivo, segunda apelação.”

Poder-se-ia arguir que o outro recurso interposto não fora pela defesa e sim pela acusação, mas, ainda assim, o motivo seria o mesmo. Neste diapasão vale colacionar lição do ínclito doutrinador Júlio Fabbrini Mirabete:

“A lei não admite, pelo mesmo motivo, segunda apelação. Anulado o julgamento por ser a decisão manifestamente contrária a prova dos autos, e repetindo-se a mesma decisão, não se admite nova anulação. É proibida também nova apelação se, agora foi a inversa da anterior, ou seja, é indiferente ter sido da parte ex adversa a interposição do apelo anterior.”

Vale escandir ainda lição do Professor Heráclito Mossin:

“Na esteira do preceito sobredito, somente é admissível um único apelo fundado na decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos. Por inferência, não poderá o tribunal anular por mais de uma vez a decisão dos jurados por ser esta conflitante com as provas dos autos e também ser o acusado julgado pela terceira vez(non bis in idem) embasado no mesmo motivo ou no mesmo fundamento, sendo que uma expressão equivale à outra.”

Neste sentido:

“STF: A expressão “pelo mesmo motivo” significa “pelo mesmo fundamento”. Por isso, inadmissível novo recurso com base no mesmo dispositivo. Jurisprudência da Corte. Precedentes”(RT 597/423). No mesmo sentido. TJSP: RT 566/309, 569/308, 594/331, 634/300-1; TJRS: RT 566/358. TJSP: “Nos julgamentos pelo Júri, não se admite segunda apelação fundada na manifesta contrariedade do julgado à prova dos autos, conforme art. 593, §3º, do CPP, mesmo que o primeiro inconformismo tenha acarretado pena mais elevada pois a eles não se aplica o princípio da reformatio in pejus, dada a soberania dos veredictos”(RT 681/343-4) No mesmo sentido, TJRS: RJTJERGS 152/119, 154/157,169/178; TJSP: RT 555/345,566/309, TJSC: JCAT 66/510.”

“TJSP: Em tema de julgamento do juri não se admite segunda apelação pelo mérito, seja de que parte for, conforme vem expresso no art. 593, §3º, parte final, do CPP(RT 650/269-70) No mesmo sentido TJSC: RT 630/338; TJSP: RT 569/308, 572/327, 600/324, 627/279; TJJ 164/300-1; TJRJ: RT 554/419; TJMG: RT618/355; TJRS: RJTJERGS 148/137, 162/110”

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2829 Boa Vista-RR, 18 de fevereiro de 2004.

Diante do exposto, em linhas volvidas, nego seguimento ao recurso por ser manifestamente incabível, nos termos do art. 593, §3º do Código de Processo Penal c/c 175, inc. XIV do RITJRR.

Publique-se e intimem-se.

Boa Vista, 11 de fevereiro de 2004.

Elaine Cristina Bianchi
Relatora

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

Ação Cautelar Inominada N.º 0010.03.001744-5 – Boa Vista/RR

Requerente: Ponte Irmão e Cia Ltda

Advogado: Marcos Augusto Pereira de Amorim

Requerida: Olímpia Guilherme dos Santos

Relator: Exmo. Sr. Des. José Pedro

Vistos etc.

Trata-se de Ação Cautelar Inominada requerida por Ponte Irmão e Cia Ltda contra Olímpia Guilherme dos Santos em decorrência da condenação na Ação de Indenização nº 010017267-5, que tramita na 6ª Vara Cível.

Aduz a requerente que a sentença sob apreciação encontra-se eivada de vícios que contrariam a lei e a jurisprudência.

Alega que houve violação ao art. 620, do CPC com a determinação judicial do bloqueio da conta corrente da Empresa (fl. 207), daí pugnar pela concessão de liminar como instrumento capaz de obstar qualquer procedimento que prejudique a requerente, dando efeito suspensivo a Ação Rescisória, paralisando, assim, o Processo de Execução até a sentença da referida Ação Rescisória.

Atinente ao mérito, postula a confirmação da liminar para ver definitivamente assegurado o direito da requerente, e ordenando o MM. Juiz da 6ª Vara Cível que se abstenha de praticar qualquer ato no Processo de Execução.

Relatado o feito, decido.

Examinando-se o cerne da mencionada irrisignação, afigura-se-me insustentável o pedido, porque não demonstrou a requerente os pressupostos indispensáveis à admissibilidade de concessão liminar – relevância da matéria e *periculum in mora* - como entendem os doutrinadores e os demais intérpretes do direito, razões pelas quais denego a mencionada liminar.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Boa Vista, 16 de fevereiro de 2004.

Des. **JOSÉ PEDRO** – Relator

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

Agravo de Instrumento N.º 0010.03.001767-6 – Boa Vista/RR

Agravante: União Roraimense de Estudantes Secundaristas Jurídica – URES

Advogada: Maria Beatriz Arza

Agravado: Khylio Alves Valões

Advogado: José Fábio Martins da Silva

Relator: Exmo. Sr. Des. José Pedro

Vistos etc.

União Roraimense de Estudantes Secundaristas (URES) interpõe agravo de instrumento contra decisão proferida pela MMª. Juíza da 4ª Vara Cível, nos autos de nº 0100307223072230-9, que negou o pedido de liminar por considerar ausentes os requisitos autorizadores.

Alega a impetrante a incorreção do ato, sob o argumento de ter ocorrido prejuízo de difícil ou impossível reparação ao direito da agravante, uma vez tratar -se de grave tumulto causado pelo vice-presidente da ENTIDADE com a realização das eleições marcadas para o dia 26/11/2003.

Pede a suspensão da decisão objurgada e, ao final, que seja concedida a segurança pleiteada, determinando -se que o agravado se abstenha de realizar as referidas eleições.

Examinando as razões do recurso, não vislumbrei suficientemente demonstrada a possibilidade de lesão grave e de difícil reparação em face da agravante, requisito este necessário para se atribuir o pretendido efeito suspensivo à irrisignação.

Além do mais, não restaram demonstrados a contento os pressupostos autorizadores das cautelares em geral, até porque os procedimentos estão sendo acompanhados de perto pela MMª. Juíza da 4ª Vara Cível, por isso indeferi o pedido liminar.

A MMª Juíza da causa informou que manteve a decisão por seus próprios fundamentos, acrescentando que a agravante não tem mais interesse no prosseguimento do feito (fl. 85), tendo formalizado, para isso, o pedido desistência e, uma vez que a multicitada eleição ocorreu em 26/11/2003, o presente recurso perdeu totalmente o seu objeto.

Dessarte, nos moldes do art. 501 do CPC c/c art. 175, V e XIV, do RITJ/ RR, homologo a desistência do recurso, para que surta seus efeitos legais.

Publique-se. Comunique -se. Intimem-se.

Boa Vista, 13 de fevereiro de 2004.

Des. **JOSÉ PEDRO** – Relator

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2829 Boa Vista-RR, 18 de fevereiro de 2004.

Agravo de Instrumento N.º 0010.04.002390-4 – Boa Vista/RR

Agravante: Banco do Brasil S/A

Advogados: Jaime Cesar A. Damasceno e Outros

Agravado: Luiz Filipe de Souza Leão

Advogadas: Mirian Di Manso e Outra

Relator: Exmo. Sr. Des. José Pedro

Vistos etc.

Banco do Brasil S/A, por seus advogados, devidamente qualificados (fl. 10), interpõe agravo de instrumento contra decisão proferida pelo MM. Juiz da 6ª Vara Cível, nos autos da Ação Indenizatória nº 01003068226-3, ordenando o desentranhamento dos documentos de fls. 46/49, juntados pelo recorrente, sob a alegativa de cerceamento de defesa previsto na Constituição de 1988, em seu art. 5º, LV. Sustenta que o decisório contraria os princípios da ampla defesa e do contraditório necessários aos litigantes em processo judicial ou administrativo.

Pede que se empreste efeito suspensivo ao recurso, a fim de que sejam juntados, aos autos, os documentos desentranhados, pois se constituem em importante prova do Banco – agravante – e, ao final, pede a reforma da decisão hostilizada (fls. 02/09).

É o breve relato, decido.

Verifico, de pronto, que o pedido formulado no recurso limita-se ao pedido de juntada de documentos já conhecidos pelas partes, o que, por si só, não pode causar nenhum prejuízo. Aliás este argumento já fora mencionado pelo próprio magistrado da causa.

Assunto, portanto, constitui o próprio mérito deste irresignação. Deferi-lo “*in limine*” implica esvaziamento da própria *causa petendi*, configurando-se, pois, a denominada liminar satisfativa, que, no caso me parece temerária ou precipitada.

Denego, por isso e à falta de preenchimento dos requisitos legais pertinentes, a pretensão liminar em epígrafe.

Prossiga o feito em sua tramitação, requisitando-se as informações de estilo e providenciando-se a intimação do agravado, na forma da lei (art. 527, IV e V, CPC).

Ultimadas as providências retrocitadas ou transcorridos “*in albis*” os respectivos prazos, à nova conclusão.

Publique-se. Comunique-se. Intimem-se.

Boa Vista, 16 de fevereiro de 2004.

Des. **JOSÉ PEDRO** – Relator

SECRETARIA DA CÂMARA ÚNICA, BOA VISTA, 17 DE FEVEREIRO DE 2004.

BEL.ª SUANAM NAKAI DE C. NUNES

Secretária da Câmara Única

SECRETARIA DO CONSELHO DA MAGISTRATURA

Secretário do Conselho da Magistratura

BEL. GLAUBER BARBOSA LOPES

PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

AGRAVO EM EXECUÇÃO Nº 001004002310-2

AGRAVANTE: FRANCISCO DE SOUZA CRUZ

ADVOGADO: CLÓVIS MOREIRA PINTO

AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA

RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA

DESPACHO

Conforme artigo 31, inciso III, alínea “d”, do RITJRR, “*Compete à Câmara Única processar e julgar: em Turma Criminal: os recursos das decisões dos Juízes Criminais (...)*”.

Assim, promova-se a redistribuição do presente feito.

Publique-se.

Boa Vista – RR, 17 de fevereiro de 2004.

Des. Almiro Padilha

Relator

SECRETARIA DO CONSELHO DA MAGISTRATURA, BOA VISTA-RR, 17 DE FEVEREIRO DE 2004.

BEL. GLAUBER BARBOSA LOPES

Secretário do Conselho da Magistratura

PRESIDÊNCIA

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2829 Boa Vista-RR, 18 de fevereiro de 2004.

ATOS DE 17 DE FEVEREIRO DE 2004

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

N.º 035 – Exonerar **FRANCIZA VERÍSSIMO DE CARVALHO** do cargo em comissão de Secretário, Código TJ/DAS-410, da 4.ª Vara Criminal, a contar de 02.02.2004.

N.º 036 – Nomear **FRANCIZA VERÍSSIMO DE CARVALHO** para exercer o cargo em comissão de Analista Judiciário, Código TJ/DAS-408, da 4.ª Vara Criminal, a contar de 02.02.2004.

N.º 037 – Nomear **OLENE INÁCIO DE MATOS** para exercer o cargo em comissão de Secretário, Código TJ/DAS-410, da 4.ª Vara Criminal, a contar de 09.02.2004.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Des. RICARDO OLIVEIRA
Presidente

PORTARIAS DE 17 DE FEVEREIRO DE 2004

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

N.º 103 – Suspender, a contar de 16.02.2004, a gratificação de produtividade do servidor **GIL VIANNA SIMÕES BATISTA**, Técnico Judiciário, concedida através da Portaria n.º 077, de 06.02.2004, publicada no DPJ n.º 2823, de 10.02.2004.

N.º 104 – Dispensar a servidora **TAINÁ AMORIM SANCHÓ**, Assistente Judiciária, do cargo em comissão de Analista Judiciário, Código TJ/DAS-408, da 4.ª Vara Criminal, a contar de 02.02.2004.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Des. RICARDO OLIVEIRA
Presidente

DIRETORIA GERAL

Expediente do dia 17.02.04

Procedimento Administrativo n.º 060/04

Origem: Ronaldo Barroso Nogueira e outros
Assunto: Solicitam pagamento de horas extras.

Despacho: (...) Com fulcro no art. 1º, X, da Portaria 590/2003, autorizo o pagamento de adicional por serviço extraordinário aos servidores. Boa Vista, 17 de fevereiro de 2004 – Augusto Monteiro – Diretor-Geral – TJ/RR

Procedimento Administrativo n.º 185/04

Origem: Glenn Linhares Vasconcelos
Assunto: Solicitam pagamento de horas extras.

Despacho: (...) Com fulcro no art. 1º, X, da Portaria 590/2003, autorizo o pagamento de adicional por serviço extraordinário ao servidor. Boa Vista, 17 de fevereiro de 2004 – Augusto Monteiro – Diretor-Geral – TJ/RR

Procedimento Administrativo n.º 244/04

Origem: Emerson Onofre
Assunto: Solicita veículo com motorista e pagamento de diárias.

Despacho: (...) Com fulcro no art. 1º, IX, da Portaria 590/2003, autorizo o pagamento das diárias correspondentes. Boa Vista, 17 de fevereiro de 2004 – Augusto Monteiro – Diretor-Geral – TJ/RR

Procedimento Administrativo n.º 246/04

Origem: Francisco Luiz Sampaio
Assunto: Solicita veículo com motorista e pagamento de diárias.

Despacho: (...) Com fulcro no art. 1º, IX, da Portaria 590/2003, autorizo o pagamento das diárias correspondentes. Boa Vista, 17 de fevereiro de 2004 – Augusto Monteiro – Diretor-Geral – TJ/RR

Procedimento Administrativo n.º 332/04

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2829 Boa Vista-RR, 18 de fevereiro de 2004.

Origem: Luiz Saraiva Botelho

Assunto: Solicita veículo com motorista e pagamento de diárias.

Despacho: (...) Com fulcro no art. 1º, IX, da Portaria 590/2003, autorizo o pagamento das diárias correspondentes. Boa Vista, 17 de fevereiro de 2004 – Augusto Monteiro – Diretor-Geral – TJ/RR

Procedimento Administrativo nº 335/04

Origem: Juízo da 7ª Vara Cível

Assunto: Solicita pagamento de horas extras aos servidores designados para plantões.

Despacho: (...) Com fulcro no art. 1º, X, da Portaria 590/2003, autorizo o pagamento de adicional por serviço extraordinário aos servidores. Boa Vista, 17 de fevereiro de 2004 – Augusto Monteiro – Diretor-Geral – TJ/RR

COMARCA DE BOA VISTA

COMARCA DE BOA VISTA JUSTIÇA COMUM

ÍNDICE POR ADVOGADOS

000964AM =>00192
001312AM =>00180
002422AM =>00079, 00117
003201AM =>00236
003510AM =>00192
015195DF =>00180
005717PA =>00222
001334RJ-B =>00210
087790RJ =>00239
090580RJ =>00210
001302RO =>00164
000005RR-B =>00004, 00244
000008RR =>00176
000009RR =>00168
000025RR-A =>00184, 00187
000030RR =>00095
000039RR-A =>00266, 00270
000041RR-E =>00234
000041RR =>00271
000042RR-B =>00173, 00176, 00223
000042RR =>00123, 00124, 00165, 00218, 00224
000047RR-B =>00195, 00196, 00197
000048RR-B =>00148
000054RR-A =>00139
000055RR =>00149, 00159
000056RR-A =>00177
000060RR =>00179
000065RR-A =>00188
000072RR-B =>00248
000074RR-A =>00065
000074RR-B =>00083, 00093, 00191, 00203, 00204, 00217
000077RR-A =>00146, 00292
000078RR-A =>00186, 00237, 00289
000078RR =>00155, 00185, 00236
000079RR-A =>00182, 00184, 00187, 00208
000081RR =>00158
000087RR-B =>00083, 00125, 00156
000091RR-B =>00183
000097RR =>00266
000100RR-B =>00159, 00160, 00161, 00162, 00163
000100RR =>00172, 00225
000101RR-B =>00175, 00207, 00232
000103RR-B =>00062, 00064, 00152
000105RR-B =>00142, 00199, 00235
000105RR =>00127
000106RR-A =>00101
000110RR-B =>00200, 00209
000111RR-B =>00083, 00203, 00204
000112RR-B =>00183

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2829 Boa Vista-RR, 18 de fevereiro de 2004.

000113RR-B =>00182
000114RR-A =>00104, 00176, 00188, 00213
000118RR-A =>00204, 00229
000118RR =>00143, 00158, 00247, 00259
000119RR-A =>00159, 00215
000120RR-B =>00177
000123RR-B =>00031, 00219
000124RR-B =>00150
000125RR =>00107, 00185, 00191, 00205, 00220, 00225, 00228
000128RR =>00072, 00095
000130RR =>00229
000135RR-B =>00168, 00206, 00236
000136RR =>00145, 00190
000138RR =>00228, 00230
000139RR-B =>00045, 00047, 00054, 00056, 00068, 00106, 00116
000140RR =>00208, 00276, 00278, 00279, 00281, 00282, 00284, 00286
000142RR-B =>00159
000144RR-A =>00058
000144RR-B =>00180
000145RR =>00248
000146RR-A =>00160, 00163, 00181
000148RR-B =>00283
000149RR =>00005, 00109, 00164, 00210, 00212
000151RR-B =>00228
000155RR =>00211
000157RR-B =>00250
000160RR-B =>00039, 00073, 00087, 00088, 00089, 00091, 00103, 00112, 00113, 00114, 00115, 00119, 00134, 00135, 00137, 00146
000160RR =>00098
000162RR-A =>00108, 00157, 00206
000163RR-B =>00061
000164RR =>00140, 00144
000165RR-A =>00242
000167RR-A =>00235
000168RR-B =>00032, 00110
000171RR-B =>00151
000172RR =>00129
000173RR-A =>00289
000173RR-B =>00002, 00274, 00287
000176RR =>00207
000178RR-B =>00078, 00090, 00122
000178RR =>00211, 00212, 00233, 00239
000179RR =>00228
000180RR-A =>00253, 00255, 00272
000181RR-A =>00221
000185RR-A =>00121, 00290
000187RR =>00105
000189RR =>00011
000190RR =>00249
000191RR-A =>00179
000195RR-A =>00189
000197RR-A =>00189, 00252
000201RR-A =>00285
000203RR =>00100, 00169, 00201, 00211, 00212, 00231, 00233, 00239, 00277
000206RR =>00190, 00219
000208RR-A =>00127, 00238
000209RR-A =>00157, 00195, 00196, 00197
000209RR =>00188, 00203
000211RR =>00144
000212RR =>00075, 00120, 00136, 00167, 00205
000221RR-A =>00168
000221RR =>00067, 00085, 00096, 00118, 00141
000222RR =>00060, 00111, 00130, 00131, 00132, 00142
000223RR-A =>00171, 00209, 00243
000223RR =>00081, 00145, 00185, 00219
000224RR-A =>00097
000225RR =>00172, 00174, 00225
000226RR =>00040, 00217, 00240
000231RR =>00080, 00237
000233RR-A =>00061
000233RR =>00062, 00076, 00081, 00102
000236RR =>00003, 00172, 00213

000238RR =>00105
000239RR-A =>00166
000240RR =>00214
000245RR-A =>00170, 00198, 00211
000247RR-A =>00066, 00094
000248RR =>00071, 00138, 00140
000257RR =>00077, 00147, 00211
000258RR =>00104
000260RR =>00099, 00128
000262RR =>00052, 00188, 00213
000263RR =>00216
000264RR =>00013, 00104, 00176, 00188, 00209, 00213, 00223, 00234
000269RR =>00014, 00104, 00176, 00186, 00188, 00208, 00209, 00213, 00226
000278RR =>00181, 00189
000279RR =>00043, 00053, 00092, 00154
000281RR =>00046, 00055, 00080
000282RR =>00194, 00202, 00241
000284RR =>00106
000285RR =>00006, 00211, 00239
000292RR =>00107
000299RR =>00238
000305RR =>00074, 00082, 00086, 00121, 00140
000309RR =>00241
000311RR =>00065, 00152, 00153
000323RR =>00219
000331RR =>00173
000335RR =>00083
000344RR =>00005, 00109, 00164
000347RR =>00214
042912RS =>00193
031618SP =>00227
132339SP =>00181
150707SP =>00178
000220TO =>00063, 00084, 00126

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

1A VARA CÍVEL

Juiz(íza): Dêlcio Dias Feu

ALIMENTOS - PEDIDO

00039 - 001004078553-6

Requerente: Y.A.C.

Requerido: C.D.C. => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Valor da Causa: R\$ 2.160,00. Adv - Christianne Conzaes Leite.

ALVARÁ JUDICIAL

00040 - 001004078522-1

Requerente: Tiago Santos Ramires => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Valor da Causa: R\$ 1.820,00. Adv - Alexander Ladislau Menezes .

00041 - 001004078549-4

Requerente: F.C.R. e outros => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Valor da Causa: R\$ 6.450,93. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

AUTORIZAÇÃO JUDICIAL

00042 - 001004078568-4

Requerente: E.S. e outros => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

DIVÓRCIO LITIGIOSO

00043 - 001004078521-3

Requerente: I.S.P.

Requerido: C.M.M.P. => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Valor da Causa: R\$ 5.000,00. Adv - Neusa Silva Oliveira.

NOTIFICAÇÃO/INTERPELAÇÃO

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2829 Boa Vista-RR, 18 de fevereiro de 2004.

00044 - 001004078562-7

Requerente: E.R.M.G.

Requerido: F.B.B. => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

Juiz(iza): Luiz Fernando Castanheira Mallet

ALIMENTOS - PEDIDO

00045 - 001004078552-8

Requerente: A.S.A.

Requerido: L.A.S. => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Valor da Causa: R\$ 2.880,00. Adv - Alessandra Andréia Miglioranza.

ALVARÁ JUDICIAL

00046 - 001004078496-8

Requerente: Doralice Vitorino Lima => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Valor da Causa: R\$ 331,93. Adv - Miriam Di Manso.

ARROLAMENTO DE BENS

00047 - 001004078551-0

Requerente: Gabriela Mayara Melo de Deus

Requerido: Espólio de Givaldo José Vicente de Deus => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Valor da Causa: R\$ 13.000,00. Adv - Alessandra Andréia Miglioranza.

ARROLAMENTO/INVENTÁRIO

00048 - 001004078527-0

Inventariante: Ivan Chaves => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Valor da Causa: R\$ 1.000,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

AUTORIZAÇÃO JUDICIAL

00049 - 001004078501-5

Requerente: R.N.L. e outros => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00050 - 001004078502-3

Requerente: J.S.R. e outros => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00051 - 001004078567-6

Requerente: R.O.M.L. e outros => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

DIVÓRCIO LITIGIOSO

00052 - 001004078526-2

Requerente: I.O.S.

Requerido: R.N.D.S. => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Valor da Causa: R\$ 500,00. Adv - Helaine Maise de Moraes.

EXECUÇÃO

00053 - 001004078547-8

Exeqüente: G.B.F.

Executado: S.C.R.S. => Distribuição por Dependência em 16/02/2004. Adv - Neusa Silva Oliveira.

00054 - 001004078550-2

Exeqüente: K.K.H.S. e outros

Executado: C.L.S. => Distribuição por Dependência em 16/02/2004. Valor da Causa: R\$ 1.136,52. Adv - Alessandra Andréia Miglioranza.

EXONER.PENSÃO ALIMENTÍCIA

00055 - 001004078538-7

Autor: S.R.

Réu: S.L.R. e outros => Distribuição por Dependência em 16/02/2004. Valor da Causa: R\$ 5.372,88. Adv - Miriam Di Manso.

NEGATÓRIA DE PATERNIDADE

00056 - 001004078548-6

Autor: R.D.R. => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Valor da Causa: R\$ 240,00. Adv - Alessandra Andréia Miglioranza.

NOTIFICAÇÃO/INTERPELAÇÃO

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2829 Boa Vista-RR, 18 de fevereiro de 2004.

00057 - 001004078557-7

Requerente: J.V.L.S.

Requerido: A.A.S.N. => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

2A VARA CÍVEL

Juiz(iza): Rommel Moreira Conrado

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

00012 - 001003065518-6

Requerente: O Ministério Público do Estado de Roraima

Requerido: Francisco Galvão Soares e outros => Nova Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Valor da Causa: R\$ 78.000,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

EXECUÇÃO

00013 - 001004078586-6

Exequente: Ap Engenharia e Comércio Ltda

Executado: O Estado de Roraima => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Valor da Causa: R\$ 618.955,82. Adv - Alexandre Cesar Dantas Socorro.

REPETIÇÃO INDÉBITO

00014 - 001004078492-7

Autor: R Neves Engenharia Ltda

Réu: O Estado de Roraima => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Valor da Causa: R\$ 680.181,43. Adv - Rodolpho César Maia de Moraes.

3A VARA CÍVEL

Juiz(iza): Jefferson Fernandes da Silva

PRECATÓRIA CÍVEL

00007 - 001004078536-1

Requerente: Amélia Maria de Souza

Requerido: Valdemar de Souza => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00008 - 001004078573-4

Requerente: Maria Jose de Souza Moreira => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00009 - 001004078574-2

Requerente: David de Carvalho Ribeiro

Requerido: Antonio Sanatiel Pereira Lopes => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00010 - 001004078576-7

Requerente: Eva Lima da Silva

Requerido: Paulo Cesar da Silva => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

RETIFICAÇÃO REG. CIVIL

00011 - 001004078491-9

Requerente: Leidiane Leandro de Souza => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Valor da Causa: R\$ 200,00. Adv - Lenon Geyson Rodrigues Lira.

6A VARA CÍVEL

Juiz(iza): Angelo Augusto Graça Mendes

CAUTELAR INOMINADA

00005 - 001004078603-9

Requerente: Maria Margarida Bezerra

Requerido: Boa Vista Energia S/A => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Valor da Causa: R\$ 8.127,85. Adv - Marcos Antônio C de Souza, Milson Douglas Araújo Alves.

EXECUÇÃO

00006 - 001004078556-9

Exequente: Lojas Perin Ltda

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2829 Boa Vista-RR, 18 de fevereiro de 2004.

Executado: Henrique Alves Tajujá => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Valor da Causa: R\$ 52.781,68. Adv - Emerson Luis Delgado Gomes.

7A VARA CÍVEL

Juiz(íza): Arnon José Coelho Junior

ARROLAMENTO/INVENTÁRIO

00058 - 001004078532-0

Inventariante: Marcio José Accioly Xavier => Distribuição por Sorteio em 13/02/2004. Valor da Causa: R\$ 500,00. Adv - Antônio Agamenon de Almeida.

Juiz(íza): Paulo Cézar Dias Menezes

AUTORIZAÇÃO JUDICIAL

00059 - 001004078569-2

Requerente: E.V.S.P. e outros => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

EMBARGOS DEVEDOR

00060 - 001004078537-9

Embargante: S.S.B.

Embargado: J.N.M. => Distribuição por Dependência em 16/02/2004. Audiência Conciliação: Dia 18/02/2004, às 08:00 Horas. Adv - Oleno Inácio de Matos.

1A VARA CRIMINAL

Juiz(íza): Leonardo Pache de Faria Cupello

CRIME C/ PESSOA - JÚRI

00034 - 001004078506-4

Indiciado: J.A.S. => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

PRISÃO PREVENTIVA

00035 - 001004078589-0

Requerido: Jadir Amaro da Silva => Distribuição por Dependência em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

2A VARA CRIMINAL

Juiz(íza): Alcir Gursen de Miranda

PRISÃO EM FLAGRANTE

00033 - 001004078558-5

Autuado: Walmer dos Reis Moraes => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

3A VARA CRIMINAL

Juiz(íza): Euclydes Calil Filho

PRECATÓRIA CRIME

00036 - 001004078511-4

Réu: João Fernandes da Silva => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00037 - 001004078571-8

Réu: Izaías Soares de Souza e outros => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

SOLICITAÇÃO - CRIMINAL

00038 - 001004078512-2

Autor: Josiane da Silva Sousa => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

4A VARA CRIMINAL

Juiz(íza): Jésus Rodrigues do Nascimento

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2829 Boa Vista-RR, 18 de fevereiro de 2004.

CRIME C/ PATRIMÔNIO

00015 - 001004078541-1

Indiciado: T.R.T. => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00016 - 001004078546-0

Indiciado: F.C.S.J. e outros => Distribuição por Dependência em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

PRISÃO EM FLAGRANTE

00017 - 001004078560-1

Autuado: João Damasceno Alves => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00018 - 001004078564-3

Autuado: Dimas José da Silva => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00019 - 001004078565-0

Autuado: Francinaldo Trindade da Silva => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00020 - 001004078566-8

Autuado: Joelson de Araujo Rufino => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

5A VARA CRIMINAL

Juiz(íza): Antônio Augusto Martins Neto

ABUSO DE AUTORIDADE

00021 - 001004078543-7

Indiciado: A. => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado (s) cadastrado(s).

CRIME C/ FAMÍLIA

00022 - 001004078581-7

Indiciado: F.S.G. => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME C/ PATRIMÔNIO

00023 - 001004078507-2

Indiciado: A. => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00024 - 001004078516-3

Indiciado: M.B.S. e outros => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00025 - 001004078542-9

Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. => Processo só possui vítima(s). Não há advogado(s) cadastrado(s).

00026 - 001004078584-1

Indiciado: P.C.P.I. => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME C/ PESSOA

00027 - 001003068517-5

Indiciado: L.C.G.R. => Nova Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME PORTE ILEGAL ARMA

00028 - 001003059853-5

Indiciado: F.S.E.S. => Nova Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

PRISÃO PREVENTIVA

00029 - 001004078561-9

Requerido: José Carlos Veloso Filho e outros => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Transferência Realizada em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00030 - 001004078593-2

Requerido: Rizolmar Alves de Oliveira => Distribuição por Dependência em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

RELAXAMENTO DE PRISÃO

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2829 Boa Vista-RR, 18 de fevereiro de 2004.

00031 - 001004078563-5

Requerente: Givanildo da Silva Almeida => Distribuição por Dependência em 16/02/2004. Adv - Sebastião Ernesto Santos dos Anjos.

REVOGAÇÃO PRISÃO PREVENT.

00032 - 001004078580-9

Requerente: Rizolmar Alves de Oliveira => Distribuição por Dependência em 16/02/2004. Adv - José Roceliton Vito Joca.

JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Juiz(iza): Parima Dias Veras

ALVARÁ P/ VIAGEM EXTERIOR

00001 - 001004077950-5

Requerente: M.E.T.S.

Criança Adol: D.C.T.S. => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS

1A VARA CÍVEL

Expediente de 16/02/2004

JUIZ(A) TITULAR:

Luiz Fernando Castanheira Mallet

PROMOTOR(A) :

Alexandre Moreira Tavares dos Santos

Isaias Montanari Júnior

Valdir Aparecido de Oliveira

ESCRIVÃO(Ã) :

Liduína Ricarte Beserra Amâncio

ALIMENTOS - PEDIDO

00061 - 001001002032-8

Requerente: M.B.F. e outros

Requerido: M.A.F. => Manifeste(m)-se a(s) parte(s) autor. DESPACHO: Diga o autor. Boa Vista/RR, 06/02/04. Dr. Délcio Dias Feu, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Cícero Pereira de Oliveira, Cícero Pereira de Oliveira.

00062 - 001001002448-6

Requerente: S.S.S. e outros

Requerido: H.L.S. e outros => Aguarda Preparo do Cartório: oficial empresa real. DESPACHO: Oficie-se a empresa REAL para que informe sobre o cumprimento do mandado de f. 64/65, sob pena de desobediência. Prazo: 48 horas. Boa Vista/RR, 06/02/04. Dr. Délcio Dias Feu, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Grece Maria da Silva Matos, Rosângela Pereira de Araújo.

00063 - 001001015562-9

Requerente: E.B.S.

Requerido: R.A.S. => Aguarda Preparo do Cartório: manter apenso. DESPACHO: Mantenha-se apenso. Boa Vista/RR, 04/08/03. Dr. Elvo Pigari Júnior, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. **AVERBADO** Adv - Aldeide Lima Barbosa Santana.

00064 - 001002028812-1

Requerente: A.S.M.

Requerido: G.B.M. => Manifeste(m)-se a(s) parte(s) autora. DESPACHO: Requeira o autor o que de direito. Boa Vista/RR, 06/02/04. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Rosângela Pereira de Araújo.

00065 - 001002028869-1

Requerente: J.F.R.S.

Requerido: I.R.S. => Aguarda Preparo do Cartório: desapensar. DESPACHO: Desapense-se, com os procedimentos de praxe, arquivando -se. Boa Vista/RR, 06/02/04. Dr. Délcio Dias Feu, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. **AVERBADO** Adv - Emira Latife Lago Salomão, Neusa Maria de Oliveira.

00066 - 001002055195-7

Requerente: M.K.L.F.

Requerido: L.L.F. => Aguarda Preparo do Cartório: reiterar ofício. DESPACHO: Reitere-se ofício de f. 40 para dar cumprimento em 48 horas sob pena de desobediência. Boa Vista/RR, 03/02/04. Dr. Délcio Dias Feu, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Christianne Gonzales Leite.

00067 - 001003063874-5

Requerente: M.S.A.

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2829 Boa Vista-RR, 18 de fevereiro de 2004.

Requerido: R.A. => Aguarda Preparo do Cartório: designar audiência. DESPACHO: Defiro fls. 40/41. Designe-se audiência de conciliação, instrução e julgamento. Intimações necessárias. Boa Vista/RR, 05/02/04. Dr. Délcio Dias Feu, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Inajá de Queiroz Maduro.

00068 - 001003065499-9

Requerente: S.M.B.S. e outros

Requerido: J.B.S. => Manifeste(m)-se a(s) parte(s) autora. DESPACHO: Diga a autora. Boa Vista/RR, 09/02/04. Dr. Délcio Dias Feu, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Alessandra Andréia Miglioranza.

00069 - 001003074077-2

Requerente: J.L.A.

Requerido: J.A.S. => DECISÃO: 1) Segredo de justiça. 2) Defiro o pedido de justiça gratuita. 3) Considerando o binômio necessidade/possibilidade e que aos pais incumbe o dever de contribuir para o sustento dos filhos, fixo alimentos provisórios a serem depositados na conta corrente da representante do/a(s) menor(es), indicada à fl. 11, III, no valor equivalente a 01 (um) salário mínimo, até o dia 10 (dez) de cada mês. 4) Designe-se audiência de conciliação e julgamento. 5) Cite-se o réu, cientificando-o de que poderá apresentar defesa até o dia da audiência e fazer-se acompanhar de advogado e testemunhas, independente de prévio rol. 6) Os autores também deverão fazer-se acompanhar de advogado e testemunhas independente de rol prévio. 7) Intimações necessárias. 8) Ciência ao MP. Boa Vista/RR, 04/02/04. Dr. Délcio Dias Feu, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00070 - 001004078219-4

Requerente: C.S.P.S. e outros

Requerido: A.C.L.S. => DECISÃO: 1) Segredo de justiça. 2) Defiro o pedido de justiça gratuita. 3) Considerando o binômio necessidade/possibilidade e que aos pais incumbe o dever de contribuir para o sustento dos filhos, fixo alimentos provisórios a serem depositados na conta corrente a ser aberta em nome da representante do/a(s) menor(es), no valor equivalente a 02 (dois) salários mínimos, até o dia 10 (dez) de cada mês. 4) Oficie-se à Caixa Econômica Federal local, para proceder à abertura de conta corrente requerida. 5) Designe-se audiência de conciliação e julgamento. 6) Cite-se o réu, cientificando-o de que poderá apresentar defesa até o dia da audiência e fazer-se acompanhar de advogado e testemunhas, independente de prévio rol. 7) Os autores também deverão fazer-se acompanhar de advogado e testemunhas independente de rol prévio. 8) Intimações necessárias. 9) Ciência ao MP. Boa Vista/RR, 04/02/04. Dr. Délcio Dias Feu, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

ALVARÁ JUDICIAL

00071 - 001003059378-3

Requerente: Sóstenis Leão Silva e outros => SENTENÇA: Vistos etc. Final da sentença... Pelo exposto, diante do conjunto probatório constante dos autos, DEFIRO o pedido determinando a expedição de Alvará Judicial em nome de S.L.S e N.L.S. menores impúberes, representados por sua genitora O.M.S. para levantamento e retirada dos totais referente aos haveres que se encontram depositados junto a agência da Caixa Econômica Federal, nesta cidade, em nome de R.L.S. Sem custas. Expeça-se o alvará. P.R.I.C. Boa Vista/RR, 10/02/04. Dr. Délcio Dias Feu, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Thaumaturgo Cezar Moreira do Nascimento.

ARROLAMENTO DE BENS

00072 - 001002032175-7

Requerente: M.N.M.

Requerido: A.A.N. => Intimação ordenado(a). DESPACHO: Intime-se pessoalmente (fls. 450vº). Boa Vista/RR, 09/02/04. Dr. Délcio Dias Feu, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Adonides Alice da S. Marron.

CAUTELAR INOMINADA

00073 - 001003068160-4

Requerente: M.A.S.

Requerido: L.A.A.S. => SENTENÇA: Vistos etc. Final da sentença... Pelo exposto, extingo, sem julgamento de mérito, a ação cautelar de arrolamento de bens em relação a L.A.A.S. proposta por M.A.S., o que faço nos termos dos artigos 806 e 808 c/c art. 267, XI, do CPC, diante da desistência do autor. Custas pelo requerente, e honorários advocatícios de 10% (dez por cento), observado art. 12 da lei 1060/50. P.R.I.C., após archive-se observadas as cautelas de praxe. Boa Vista/RR, 09/02/04. Dr. Délcio Dias Feu, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Christianne Conzales Leite.

DISSOLUÇÃO ENTID.FAMILIAR

00074 - 001003063411-6

Autor: I.S.S.O.

Réu: J.M.S. => Intimação ordenado(a). DESPACHO: Defiro fls. 22. Intime-se o autor pessoalmente. Boa Vista/RR, 09/02/04. Dr. Délcio Dias Feu, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Natanael de Lima Ferreira.

DISSOLUÇÃO SOCIEDADE

00075 - 001001005776-7

Autor: Sebastião Pinho de Queiroz

Réu: Lena Lúcia Matos da Silva => SENTENÇA: Vistos etc. Final da sentença... Diante de todo o exposto e do que consta nos autos, JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido contido na ação de dissolução de sociedade de fato, movida por S.P.Q. contra L.L.M.S., para o fim de declarar a existência da sociedade durante o período de meados de 1985 até meados de 1999, com as conseqüências daí

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2829 Boa Vista-RR, 18 de fevereiro de 2004.

decorrentes e, ainda, condeno a ré ao pagamento de custas, despesas e honorários advocatícios que fixo em 10% do valor da causa, isentando-a nos termos do art. 12 da lei nº 1060/50 e, assim, extingo o processo com julgamento de mérito, nos termos do art. 269, inciso, I, do CPC. P.R.I.C. e, após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, archive-se. Boa Vista/RR, 11/02/04. Dr. Elvo Pigari Júnior, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Stélio Dener de Souza Cruz.

00076 - 001002038156-1

Autor: A.S.S.

Réu: R.N.S.B. => Vista ao(s) ao mp prazo de dia(s). DESPACHO: Ao MP. Boa Vista/RR, 03/02/04. Dr. Dêlcio Dias Feu, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Grece Maria da Silva Matos.

DIVÓRCIO LITIGIOSO

00077 - 001002029102-6

Requerente: J.A.

Requerido: M.S.A. => Aguarda Preparo do Cartório: cobrar resposta ofic. DESPACHO: Cobre-se resposta de ofício por fax ou telefone. Boa Vista/RR, 06/02/04. Dr. Dêlcio Dias Feu, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Terezinha Muniz de Souza Cruz.

00078 - 001003069601-6

Requerente: L.M.D.N.R.

Requerido: D.R.R. => Curador especial nomeado(a). DESPACHO: Nomeio, em caráter de substituição a Dra. Christianne Gonzalez Leite para atuar como Curador Especial. Intime-se a prestar compromisso e apresentar defesa. Boa Vista/RR, 06/02/04. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Aldeide Lima Barbosa Santana.

00079 - 001003073379-3

Requerente: A.M.M.

Requerido: M.L.M. => Aguarda Preparo do Cartório: cumprir despacho. DESPACHO: 1 - Cumpra-se o item IV do despacho de f. 18vº, na íntegra, citando a requerida por edital para audiência de conciliação designada à f. 22. 2 - Aguarde-se resposta ao mandado de f. 23. Boa Vista/RR, 03/02/04. Dr. Dêlcio Dias Feu, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Maria das Graças Barbosa Soares.

DIVÓRCIO POR CONVERSÃO

00080 - 001004078206-1

Requerente: A.H.L. e outros => Vista ao(s) ao mp prazo de dia(s). DESPACHO: 01 - Segredo de justiça. 02 - Dê-se vista ao MP. Boa Vista/RR, 06/02/04. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Angela Di Manso, Miriam Di Manso.

EXECUÇÃO

00081 - 001001002163-1

Exeqüente: R.K.Q.C. e outros

Executado: H.L.C. => Vista ao(s) ao mp prazo de dia(s). DESPACHO: Ao Ministério Público. Boa Vista/RR, 03/02/04. Dr. Dêlcio Dias Feu, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Jaeder Natal Ribeiro, Grece Maria da Silva Matos.

00082 - 001001002468-4

Exeqüente: B.M.S. e outros

Executado: C.J.P.S. => SENTENÇA: Vistos etc. Final da sentença... Pelo exposto, extingo, sem julgamento de mérito, a ação de alimentos em relação a C.J.P.S., proposto por B.M.S., B.R.M.S., menores impúberes, neste ato representado por sua genitora R.M.S., o que faço nos termos do art. 267, III do CPC, diante do abandono por mais de 30 (trinta) dias. Custas pela requerente. P.R.I.C., depois de observadas as devidas cautelas de praxe e archive-se estes autos. Boa Vista/RR, 09/02/04. Dr. Dêlcio Dias Feu, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Natanael de Lima Ferreira.

00083 - 001002048039-7

Exeqüente: O.F.I.M.

Executado: O.M. => Vista ao(s) ao mp prazo de dia(s). DESPACHO: Ao MP. Boa Vista/RR, 06/02/04. Dr. Dêlcio Dias Feu, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Luciana Olbertz Alves, José Carlos Barbosa Cavalcante, Rozane Pereira Ignácio, Maria Emília Brito Silva Leite.

00084 - 001003059289-2

Exeqüente: E.B.S. e outros

Executado: R.A.S. => Pedido deferido(a). DESPACHO: Defiro o pedido de suspensão. Sobreste-se o andamento por 60 dias. Após, transcorrido o prazo diga a DPE. Intimações necessárias. Boa Vista/RR, 09/02/04. Dr. Dêlcio Dias Feu, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Aldeide Lima Barbosa Santana.

00085 - 001003060720-3

Exeqüente: M.N.S.O.

Executado: M.R.O. => Intimação ordenado(a). DESPACHO: Intime-se o(a) autor(a), pessoalmente, para, em 48 horas, dar andamento ao feito, sob pena de extinção. Boa Vista/RR, 06/02/04. Dr. Dêlcio Dias Feu, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Inajá de Queiroz Maduro.

00086 - 001003063961-0

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2829 Boa Vista-RR, 18 de fevereiro de 2004.

Exeqüente: K.S.S.

Executado: R.S.S. => Manifeste(m)-se a(s) parte(s) autora. DESPACHO: Diga o autor. Boa Vista/RR, 05/02/04. Dr. Délcio Dias Feu, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Natanael de Lima Ferreira.

00087 - 001003065300-9

Exeqüente: S.V.S.M. e outros

Executado: R.S.M. => Vista ao(s) ao mp prazo de dia(s). DESPACHO: Ao Ministério Público. Boa Vista/RR, 04/02/04. Dr. Délcio Dias Feu, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Christianne Conzales Leite.

00088 - 001003068693-4

Exeqüente: I.L.S.C.

Executado: F.E.F.C. => Vista ao(s) ao mp prazo de dia(s). DESPACHO: Ao MP. Boa Vista/RR, 03/02/04. Dr. Délcio Dias Feu, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Christianne Conzales Leite.

00089 - 001003068751-0

Exeqüente: J.B.A.O. e outros

Executado: P.J.D.O. => Aguarda Preparo do Cartório: renovar cit/int. DESPACHO: Renove-se o mandado de citação/penhora e avaliação, observando o endereço fornecido à f. 19. Boa Vista/RR, 07/02/04. Dr. Délcio Dias Feu, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Christianne Conzales Leite.

00090 - 001003068860-9

Exeqüente: J.S.M.S.A. e outros

Executado: T.R.A. => Pedido deferido(a). DESPACHO: Defiro o pedido de sobrestamento do feito (fls. 22). Boa Vista/RR, 03/02/04. Dr. Délcio Dias Feu, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Aldeide Lima Barbosa Santana.

00091 - 001003071490-0

Exeqüente: S.B.M.

Executado: O.B.M. => Pedido deferido(a). DESPACHO: Defiro o pedido de suspensão. Sobreste-se o andamento por 30 dias. Após transcorrido o prazo, diga a DPE. Boa Vista/RR, 04/02/04. Dr. Délcio Dias Feu, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Christianne Conzales Leite.

00092 - 001003074411-3

Exeqüente: M.C.S.A.

Executado: I.M.A. => Citação ordenado(a). DESPACHO: I - Cite-se com base no art. 652 e seguintes do CPC. II - Fixo honorários de 10%, salvo embargos. Boa Vista/RR, 09/02/04. Dr. Délcio Dias Feu, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Neusa Silva Oliveira.

00093 - 001003074904-7

Exeqüente: M.K.J.

Executado: F.L.C. => Aguarda Preparo do Cartório: apensar ao 029732-0. DESPACHO: 1 - Apense-se aos autos nº 010 02 029732-0 (f. 08). 2 - Após, conclusos. 3 - Observe o Cartório o despacho no apenso. 4 - Em tempo: revogo o despacho de f. 15. Boa Vista/RR, 06/02/04. Dr. Délcio Dias Feu, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - José Carlos Barbosa Cavalcante.

INVEST.PATERN / ALIMENTOS

00094 - 001002053426-8

Requerente: L.M.S.L.

Requerido: F.R.P. => SENTENÇA: Vistos etc. Final da sentença: Posto isso, com fulcro no parágrafo 5º do art. 2º da lei nº 8560/92, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO contido nesta ação de investigação de paternidade cumulada com alimentos para o fim de reconhecer e declarar que F.R.P. é o pai da autora, L.M.S.L. e, assim, determino que se proceda a retificação do registro de nascimento da autora, incluindo-se os apelidos do investigado e os nomes de seus ascendentes como avós paternos, extinguindo o processo com julgamento de mérito, nos termos do art. 269, inciso I do CPC. ALIMENTOS. Condeno o réu ao pagamento de pensão alimentícia em favor da autora no valor equivalente a 15% de seus ganhos líquidos, exceto os descontos obrigatórios, a ser pago todo dia 10 (dez) de cada mês, diretamente à representante da autora, ou depósito em conta por ela a ser indicada. Condeno, também, o réu ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios, estes fixados em 15% (quinze por cento) sob o valor da causa, o que faço com fundamento no art. 20, parágrafo 4º, do CPC. Expeça-se mandado de averbação respectivo. Após o trânsito em julgado e cumpridas as formalidades processuais legais, archive-se P.R.I.C. Boa Vista/RR, 13/02/03. Dr. Elvo Pigari Júnior, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Christianne Gonzales Leite.

ORDINÁRIA

00095 - 001002032177-3

Requerente: M.S.N. e outros

Requerido: D.N.P. => Aguarda Preparo do Cartório: cumprir despacho. DESPACHO: Junte-se a carta precatória (fls. 202) cumprida. Boa Vista/RR, 09/02/04. Dr. Délcio Dias Feu, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Adonides Alice da S. Marron, João Pujucan P. Souto Maior.

RECONHECIM. UNIÃO ESTÁVEL

00096 - 001003069134-8

Autor: L.F.S.

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2829 Boa Vista-RR, 18 de fevereiro de 2004.

Réu: L.C.A.S. => Pedido deferido(a). DESPACHO: Defiro fls. 26. Após, diga a DPE/RR. Boa Vista/RR, 06/02/04. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Inajá de Queiroz Maduro.

SEPARAÇÃO CONSENSUAL

00097 - 001001002721-6

Requerente: F.A.A.R. e outros => Aguarda Preparo do Cartório: aguardar 15 dias. DESPACHO: Tendo em vista certidão de fls. 65vº, aguarde-se por 15 (quinze) dias. Boa Vista/RR, 06/02/04. Dr. Délcio Dias Feu, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Gianne Delgado Gomes.

00098 - 001003071464-5

Requerente: R.A.A.T. e outros => Aguarde-se realização da audiência prevista para 02/04/2004. DESPACHO: Aguarde-se audiência. Boa Vista/RR, 09/02/04. Dr. Délcio Dias Feu, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Rommel Luiz Paracat Lucena.

SEPARAÇÃO LITIGIOSA

00099 - 001001019875-1

Requerente: C.M.B.A.

Requerido: R.A.A. => Pedido deferido(a). DESPACHO: 1 - Defiro f. 84. Designe-se audiência de instrução e julgamento. 2 - Intimações necessárias. Boa Vista/RR, 09/02/04. Dr. Délcio Dias Feu, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Aline Dionisio Castelo Branco.

00100 - 001003068647-0

Requerente: A.A.M.S.

Requerido: M.B.F.S. => Vista ao(s) ao mp prazo de dia(s). DESPACHO: Dê-se vista ao Ministério Público. Boa Vista/RR, 06/02/04. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Francisco Alves Noronha.

TUTELA

00101 - 001002030094-2

Tutelante: Y.P.F. => SENTENÇA: Vistos etc. Final da sentença... Posto isso, em consonância com o parecer ministerial e fundamentado no Estatuto da Criança e Adolescente, lei nº 8069/90, art. 36, “caput”, bem como artigos seguintes, DEFIRO O PEDIDO colocando G.M.P.P. e G.O.P.P. sob tutela do requerente e irmão de ambas, E.P.P. Deixo de determinar a especialização de hipoteca legal, nos termos do art. 1190 do CPC, por não vislumbrar nenhum prejuízo aos interessadas, bem como pela quase maioridade de G. e proximidade de G. completar 16 anos de idade, e pela inexistência de justificativa para tal providência, considerando -se o conteúdo dos depoimentos dos irmãos na audiência de f. 175, acompanhada do Ministério Público... Prestando o compromisso, nos termos do art. 1187 do CPC, expedidas certidões e realizadas anotações e comunicações, arquivem-se os autos. P.R.I.C. Boa Vista/RR, 13/02/04. Dr. Elvo Pigari Júnior, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Dário Quaresma de Araújo.

2A VARA CÍVEL

Expediente de 16/02/2004

JUIZ(A) TITULAR:

Rommel Moreira Conrado

PROMOTOR(A) :

Luiz Antonio Araújo de Souza

ESCRIVÃO(Ã) :

Hudson Luis Viana Bezerra

INDENIZAÇÃO

00158 - 001001003626-6

Autor: Manoel da Silva Andrade

Réu: O Estado de Roraima => FINAL DE SENTENÇA: Isto Posto, extingo o processo com julgamento do mérito, com fulcro no art. 269, I, CPC., julgando procedente o pedido: 1) de indenização por danos materiais, condenando o Réu a pagar ao autor a quantia de R\$900,00 (novecentos reais) por mês, desde a data do acidente até a efetiva inclusão em folha de pagamento, com juros de 0,5% ao mês, anualmente capitalizados e correção monetária pelo índice adotado pelo Poder Judiciário Estadual ou outro que venha a substituí-lo, calculados desde a data do ilícito. Ainda quanto aos danos materiais, condeno o Réu a incluir o autor em sua folha de pagamento com pensão mensal de R\$900,00 corrigidos pelos mesmos índices utilizados para a correção do salário mínimo, até a data em ele completar 65 anos de idade (conforme pedido) ou que volte a ter plena capacidade laborativa. 2) de danos morais e estéticos, para condenar o Réu a pagar ao Autor a quantia de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), com juros de 0,5% ao mês, anualmente capitalizados e correção monetária pelo índice adotado pelo Poder Judiciário ou outro que venha a substituí-lo, calculados desde a data da sentença. Condeno o Réu ainda ao pagamento de honorários advocatícios que fixo, com base no § 4º do art. 20 do CPC, pois vencida a Fazenda Pública e tendo em vista especialmente o grau de zelo profissional e a complexidade da causa, em R\$5.000,00 (cinco mil reais). Sem custas, pois não houve adiantamento de tal despesa por parte do Autor. Sentença sujeita ao reexame necessário. P.R.I. Boa Vista, 16 de fevereiro de 2004. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - José Fábio Martins da Silva, Luciano Alves de Queiroz.

00159 - 001002026802-4

Autor: Judith Rossi Piza Candido

Réu: O Estado de Roraima => DESPACHO: Os docs. de fls. 177/207 à toda evidência não dizem respeito a este processo devendo,

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2829 Boa Vista-RR, 18 de fevereiro de 2004.

portanto, ser desentranhados e juntados nos autos pertinentes, com a devida renumeração. Após, cls para sentença. BV, 16.02.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Natanael Gonçalves Vieira, Cleusa Lúcia de Souza Lima, Ítalo Diderot Pessoa Rebouças, Paulo Marcelo A. Albuquerque.

3A VARA CÍVEL

Expediente de 16/02/2004

JUIZ(A) TITULAR:
Jefferson Fernandes da Silva
PROMOTOR(A) :
Zedequias de Oliveira Junior
ESCRIVÃO(Ã) :
Elezeyde Maria Mendonça de Oliveira
Glaysen Alves da Silva

RETIFICAÇÃO REG. CIVIL

00164 - 001003072737-3

Requerente: Rita de Cassia da Luz Costa => FINAL DE SENTENÇA: Pelo exposto, e em parcial dissonância com o órgão ministerial, de logo reconheço a impossibilidade jurídica do pedido, e, com fulcro no art. 267, VI, CPC, declaro extinto o processo sem julgamento do mérito, por ausência de condição da ação oferecida. Assistência Judiciária. Sem custas. P.R.I. BV, 19/12/03. Jefferson Fernandes da Silva - Juiz de Direito. Adv - Milson Douglas Araújo Alves, Marcos Antônio C de Souza, Franciele Coloniese Bertoli.

00165 - 001004078344-0

Requerente: Fracilene Basilio Carvalho => ATO ORDINATÓRIO: Intimação da requerente para estar presente na audiência de justificação, designada para o dia 14/04/04, às 09:30 horas. Adv - Suely Almeida.

4A VARA CÍVEL

Expediente de 16/02/2004

JUIZ(A) TITULAR:
Cristovão José Suter Correia da Silva
ESCRIVÃO(Ã) :
Maria do Perpétuo Socorro N de Queiroz

BUSCA/APREENSÃO DEC.911

00166 - 001004076476-2

Autor: Banco Dibens S/A

Réu: Michela Souza da Costa => DECISÃO: 1.Os documentos juntados pela autora comprovam a alienação fiduciária e o inadimplemento, assim como identificam o bem dado em garantia. 2.estão presentes, portanto, os requisitos previstos no art. 3º do Decreto Lei n.º 911/69, razão pela qual concedo liminarmente a medida. 3.Expeça-se Mandado de BÚsca e Apreensão do bem alienado fiduciariamente, depositando-o como requerido. 4.Executada a liminar, cite-se o requerido para apresentar contestação em 3 dias ou, se tiver pago 40% do valor do preço financiado, requerer a purgação da mora. BV-28.01.04 - Dr. Mozarildo Cavalcanti - Juiz de Direito ATOS ORDINATÓRIOS: Ao autor (Port. 02/99) Adv - Elaine Bonfim de Oliveira.

EXECUÇÃO

00167 - 001001005535-7

Exeqüente: Getúlio Alberto de Souza Cruz

Executado: Paulo Roberto Barbosa => ATOS ORDINATÓRIOS: Ao autor (Port. 02/99) Adv - Stélio Dener de Souza Cruz.

00168 - 001001005594-4

Exeqüente: Lincoln Saraiva Lucena e outros

Executado: Banco do Brasil Brasilseg Seguradora do Brasil S/A => DESPACHO: Dê-se vista como requerido na petição de fl. 302. BV-13.02.04 - Dr. Mozarildo Cavalcanti - Juiz de Direito Adv - Luiz Rosalvo Indruziak Fin, Luiz Augusto dos Santos Porto, José Arivaldo de Azevedo.

00169 - 001002027263-8

Exeqüente: Varig S/A Viacão Aérea Rio-grandense

Executado: Waymintur Waymiri Turismo Ltda e outros => DESPACHO: 1.Expeça-se alvará de levantamento como requerido. 2.Após, remetam-se os autos à Contadoria para verificação da existência de saldo remanescente. BV-16.02.04 - Dr. Mozarildo Cavalcanti - Juiz de Direito Adv - Francisco Alves Noronha.

00170 - 001003074915-3

Exeqüente: Banco do Brasil S/A

Executado: Fabio Pereira da Silva => ATOS ORDINATÓRIOS: Ao autor (Port. 02/99) Adv - Silvana Borghi Gandur Pigari.

MONITÓRIA

00171 - 001004078438-0

Autor: Escola de 1º e 2º Graus Colmeia Ltda

Réu: Célio Aparecido Ladeia => DECISÃO: 1.Estão presentes os pressupostos específicos da ação monitoria e está devidamente instruída a petição inicial. Por esta razão, defiro liminarmente a expedição de mandado injuntivo, do qual deverão constar as advertências do art. 1.102c, do CPC. 2.Caso sejam opostos embargos, os honorários advocatícios ficam provisoriamente arbitrados em 10% do valor do débito. BV-13.02.04 - Dr. Mozarildo Cavalcanti - Juiz de Direito Adv - Mamede Abrão Netto.

5ª VARA CÍVEL

Expediente de 16/02/2004

JUIZ(A) TITULAR:

Mozarildo Monteiro Cavalcanti

ESCRIVÃO(Á) :

Clarismar de Araújo Costa de Sousa

Maria das Graças Barroso de Souza

AÇÃO DE COBRANÇA

00172 - 001003066865-0

Autor: Maria do Socorro Carneiro Veloso

Réu: Real Previdência e Seguros S/A => Intimação da parte autora para manifestar-se sobre a(s) certidão(ões) de fls. 129v, no prazo de 05(cinco) dias. (Port. nº 005/99/GAB/5ª V. Cível) Adv - Samuel Moraes da Silva, Josué dos Santos Filho, João Alfredo de A. Ferreira .

00173 - 001003072197-0

Autor: Boa Vista Energia S/A

Réu: Elena de Moraes Silva => Despacho: Expeça-se edital de citação com prazo de 20 dias. Boa Vista, 16/12/2003. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito Adv - José Jerônimo Figueiredo da Silva, Charles Sganzerla Grazziotin.

ARBITRAMENTO HONORÁRIOS

00174 - 001003060294-9

Autor: João Alfredo de Azevedo Ferreira

Réu: Ernandes Vieira de Carvalho e outros => Despacho: Efetue a parte exequente o pagamento das custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição (art. 257 do CPC). Boa Vista, 28/11/2003. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito
AVERBADO Adv - Samuel Moraes da Silva.

BUSCA/APREENSÃO DEC.911

00175 - 001003070962-9

Autor: Itaú Seguros S/A

Réu: Ivan Braga Cantanhede => Despacho: Expeça-se ofício ao Detran solicitando o bloqueio do veículo descrito na petição inicial. Boa Vista, 28/11/2003. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito Adv - Sivrino Pauli.

CAUTELAR INOMINADA

00176 - 001003063987-5

Requerente: Washington Luiz Alves e Alencar

Requerido: Boa Vista Energia S/A e outros => Despacho: Manifeste-se a parte autora sobre a contestação de fls. 111/115. Boa Vista, 28/11/2003. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito Adv - Alexandre Cesar Dantas Socorro, Rodolpho César Maia de Moraes, Francisco das Chagas Batista, Maria Dizanete de S Matias, José Jerônimo Figueiredo da Silva.

00177 - 001003068657-9

Requerente: Odilamir da Silva Santos e outros

Requerido: Cristiane de Souza Silva => Despacho: Considerando o caráter acessório do processo cautelar, suspendo o curso deste processo até a solução da causa principal. Boa Vista, 15/12/2003. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito Adv - Erivaldo Sérgio da Silva, Orlando Guedes Rodrigues.

DEPÓSITO POR CONVERSÃO

00178 - 001001020572-1

Autor: Consórcio Nacional Honda Ltda

Réu: Dean Carlos de Souza Cruz => Despacho: Expeça-se mandado de intimação no endereço indicado na fl. 74. Boa Vista, 28/11/2003. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito Adv - Patrícia Maria Uehara.

EMBARGOS DEVEDOR

00179 - 001001006539-8

Embargante: Raimunda da Graça Ribeiro Silva

Embargado: Pedro Custódio de Oliveira => DESPACHO: 1- Recebo a apelação nos efeitos suspensivo e devolutivo. 2- Dê-se vista a

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2829 Boa Vista-RR, 18 de fevereiro de 2004.

parte apelada para responder em 15(quinze) dias. 3- Findo o prazo com ou sem resposta, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça de Roraima, ressalvada a hipótese do art. 518, parágrafo único do Código de Processo Civil. Boa Vista, 17/11/2003. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - José Luiz Antônio de Camargo, Luiz Felipe de A. Jaureguy.

00180 - 001001006894-7

Embargante: Cabral e Cia Ltda

Embargado: Banco do Estado de Roraima S/A => Despacho: Remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima. Boa Vista, 28/11/2003. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito Adv - Anastase Vaptistis Papoortzis, Juzelter Ferro de Souza, Anastase Vaptistis Papoortzis.

00181 - 001003057614-3

Embargante: Associação Nacional de Aux Serv Pub Estaduais e Federais

Embargado: Magick Luck Gráfica e Comercio de Brindes Ltda => Despacho: Manifeste-se a parte embargante sobre a petição de fl. 89/91. Boa Vista, 16/02/2004. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito Adv - Geralda Cardoso de Assunção , Marcelo Benedito Parisoto Senatori, Randerson Melo de Aguiar.

00182 - 001003062560-1

Embargante: Oscar Maggi

Embargado: Wanderlan Oliveira do Nascimento => Despacho: Intime-se a perita para que fique ciente dos documentos requeridos pela mesma, constantes nas fls. 129/139. Boa Vista, 16/02/2004 Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito Adv - Messias Gonçalves Garcia, Lucas Noberto Fernandes de Queiroz.

00183 - 001003066785-0

Embargante: Byte Informática Ltda

Embargado: Cristina Silveira Borges => Despacho: 1- Recebo os embargos em seu regular efeito. Certifique-se nos autos principais. 2- A parte embargada, querendo, ofereça impugnação em 10 dias. Boa Vista, 17/11/2003. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito Adv - João Felix de Santana Neto, Antônio Cláudio Carvalho Theotônio.

EXECUÇÃO

00184 - 001001006001-9

Exeqüente: Antônio Horácio Turbay Bonfim

Executado: Construtora Muck Ltda => Despacho: Ao arquivo provisório, de acordo com a portaria de nº 002/2003, publicada no DPJ nº 2587, de 19/02/03. Boa Vista, 28/11/2003. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito Adv - Álvaro Rizzi de Oliveira, Messias Gonçalves Garcia.

00185 - 001001006019-1

Exeqüente: Odilon e Ribeiro Ltda (ciclo Cairu-bicicletas e Peças)

Executado: Maria Judith Pereira Figueiredo => Despacho: Manifeste-se a parte exeqüente sobre o interesse no prosseguimento do feito. Boa Vista, 15/12/2003. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito Adv - Pedro de A. D. Cavalcante, Jorge da Silva Fraxe, Jaeder Natal Ribeiro.

00186 - 001001006038-1

Exeqüente: Banco Itaú S/A

Executado: Aurea Matias de Oliveira e outros => Intimação das partes para manifestarem-se, sobre os autos de fls.95/96, no prazo de 05 dias, (Port. nº 005/99/GAB/5A V. Cível) Adv - Helder Figueiredo Pereira, Rodolpho César Maia de Moraes.

00187 - 001001006110-8

Exeqüente: Antônio Horácio Turbay Bonfim

Executado: Construtora Muck Ltda => Despacho: Ao arquivo provisório, de acordo com a portaria de nº 002/2003, publicada no DPJ nº 2587, de 19/02/03. Boa Vista, 28/11/2003. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito Adv - Álvaro Rizzi de Oliveira, Messias Gonçalves Garcia.

00188 - 001001006510-9

Exeqüente: Banco Itaú S/A

Executado: Rodoviária do Norte Ltda e outros => Despacho: Intime-se a perita para que fique ciente dos documentos requeridos pela mesma, constantes nas fls. 129/139. Boa Vista, 16/02/2004 Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito Adv - Nelson Mendes Barbosa, Rodolpho César Maia de Moraes, Samuel Weber Braz, Alexandre Cesar Dantas Socorro, Francisco das Chagas Batista, Helaine Maise de Moraes.

00189 - 001001006512-5

Exeqüente: Banco do Estado de Roraima S/A

Executado: Genezio Lopes de Araújo e outros => Despacho: Efetue a parte exeqüente o registro da penhora nos termos do art.659, §4º do CPC. Oficie-se ao Registro de imóveis da Comarca de Mucajaí solicitando informações sobre o imóvel penhorado. Boa Vista, 16/12/2003. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito Adv - Ednaldo Gomes Vidal, Vanderley Oliveira, Randerson Melo de Aguiar.

00190 - 001001020129-0

Exeqüente: Idalice Batalha Maduro

Executado: M Dutra Carvalho => Despacho: Expeça-se mandado de avaliação devendo o Sr. Oficial de Justiça verificar o preço do

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2829 Boa Vista-RR, 18 de fevereiro de 2004.

mercado do bem penhorado. Boa Vista, 15/12/2003. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito Adv - Daniel José Santos dos Anjos, José João Pereira dos Santos.

00191 - 001002048335-9

Exeqüente: Lb Construções Ltda

Executado: Construtora Raiar Ltda => Despacho: Tendo em vista a realização do bloqueio do valor até o limite da execução por parte de terceiro, deve o Sr. Oficial de Justiça reduzir a termo de penhora, após intimar a parte executada do prazo para a oposição dos embargos. Deve ficar como depositário fiel o responsável pela liberação do crédito bloqueado, tendo o mesmo que informar a este juízo a situação que se encontra o referido crédito bloqueado. Boa Vista, 16/12/2003. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito Adv - José Carlos Barbosa Cavalcante, Pedro de A. D. Cavalcante.

00192 - 001002051494-8

Exeqüente: Vitor Comercio de Moveis e Representação Ltda

Executado: Romulo dos Santos Mangabeira => Despacho: Manifeste-se a parte exeqüente sobre o interesse no prosseguimento do feito. Boa Vista, 28/11/2003. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito Adv - Denis Rosas de Araújo, Maria Roza de Araújo.

00193 - 001003059052-4

Exeqüente: Telmar Indústria e Comércio Ltda

Executado: Dalva Ione Calazans => Despacho: 1- Defiro o pedido de penhora de dinheiro depositado na conta-corrente da parte executada. 2- O gerente da agência deverá ser nomeado como depositário fiel. 3- Quanto ao veículo descrito nas fls. 44 e 54, o mesmo não pode ser penhorado, pois é alienado fiduciariamente. Boa Vista, 28/11/2003. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito Adv - Everton Altair Turnes.

00194 - 001003060783-1

Exeqüente: Dismacom Com Distribuidora de Materiais de Construção Ltda

Executado: Carlos Ferreira Souza => Despacho: Expeça-se mandado de penhora devendo ser cumprido pelo mesmo Oficial de Justiça que efetuou a citação (fl.30). Boa Vista, 18/12/2003. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito Adv - Valter Mariano de Moura.

00195 - 001003062611-2

Exeqüente: Banco do Brasil

Executado: Arlindo Carvalho de Oliveira => Despacho: 1- Suspendo o processo pelo prazo requerido. 2- A contagem do prazo deve ser feita à partir do pedido de suspensão. 3- Findo o prazo, int. as partes para manifestarem-se no prazo de 5 (cinco) dias. Boa Vista, 28/11/2003. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito Adv - Paulo Sérgio Brígia, Margarida Beatriz Oruê Arza.

00196 - 001003062615-3

Exeqüente: Banco do Brasil

Executado: Ana Karla Dantas Lobato => Despacho: 1- Manifeste-se a parte exeqüente em 48h, sob pena de extinção. 2- Int. pessoalmente. Boa Vista, 18/12/2003. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito Adv - Paulo Sérgio Brígia, Margarida Beatriz Oruê Arza.

00197 - 001003062617-9

Exeqüente: Banco do Brasil S/A

Executado: Maria Alves Feitosa => Despacho: 1- Manifeste-se a parte exeqüente em 48h, sob pena de extinção. 2- Int. pessoalmente. Boa Vista, 18/12/2003. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito Adv - Paulo Sérgio Brígia, Margarida Beatriz Oruê Arza.

00198 - 001003062657-5

Exeqüente: Banco do Brasil S/A

Executado: Marlucia da Silva Gadelha => Despacho: Indefiro o requerimento de fl.37 tendo em vista a vedação feita pelo TSE quanto ao tema. Boa Vista, 28/11/2003. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito Adv - Silvana Borghi Gandur Pigari.

00199 - 001003063001-5

Exeqüente: Banco do Brasil

Executado: Célia Maria Martins de Lima => Despacho: 1- Manifeste-se a parte exeqüente em 48h, sob pena de extinção. 2- Int. pessoalmente. Boa Vista, 18/12/2003. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito Adv - Johnson Araújo Pereira.

00200 - 001003071113-8

Exeqüente: Carneiro e Moura Ltda

Executado: Conservação Comércio e Reforma Ltda => Decisão: Não tendo a executada não respeitado a ordem legal (CPC, art. 655), declaro ineficaz a nomeação. Expeça-se mandado de penhora da conta - corrente indicada na petição de fls. 34/38, devendo ser penhorado até o limite da execução. Boa Vista, 28/11/2003. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito Adv - Milton César Pereira Batista.

00201 - 001003071401-7

Exeqüente: Cimex Comércio Importação e Exportação Ltda

Executado: Alberto Carlos Silva de Castro => Despacho: Suspendo o processo pelo prazo requerido em fl.22. Boa Vista, 28/11/2003. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito Adv - Francisco Alves Noronha.

00202 - 001003071487-6

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2829 Boa Vista-RR, 18 de fevereiro de 2004.

Exeqüente: Dismacon Com Distribuidora de Materiais de Construções Ltda

Executado: Época Construção e Comercio Ltda => Despacho: 1- Defiro o pedido de fl.40. 2- Expeça-se novo mandado de citação. Boa Vista, 18/12/2003. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito Adv - Valter Mariano de Moura.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

00203 - 001001006074-6

Exeqüente: Shirlene Rodrigues da Silva Fraxe

Executado: Fininvest Administradora de Cartões de Crédito => Despacho: Expeça-se carta precatória com a finalidade de penhorar tantos bens quanto bastem para a satisfação da presente execução. Boa Vista, 28/11/2003. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito Adv - Luciana Olbertz Alves, Samuel Weber Braz, José Carlos Barbosa Cavalcante.

00204 - 001001006447-4

Exeqüente: Francisco Pereira Veras

Executado: Indústria de Laminados e Compensados de Roraima Ltda => Intimação do procurador da parte executada para manifestar-se nos autos, no prazo de 05(cinco) dias (Port. nº 005/99/GAB/5A V. Cível) Adv - José Carlos Barbosa Cavalcante, Luciana Olbertz Alves, Geraldo João da Silva.

00205 - 001002046605-7

Exeqüente: Stélio Dener de Souza Cruz

Executado: Josimar Santos Batista e outros => Despacho: 1- Manifeste-se a parte exeqüente em 48h, sob pena de extinção do feito. 2- Int. pessoalmente. Boa Vista, 28/11/2003. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito Adv - Pedro de A. D. Cavalcante, Stélio Dener de Souza Cruz.

INDENIZAÇÃO

00206 - 001001006053-0

Autor: Hindemburgo Alves de Oliveira Filho

Réu: Banco do Brasil S/A => Despacho: 1- Os honorários devem ser cobrados nos termos do art. 584 e seguintes. 2- Intime-se a parte autora para efetuar o pagamento das custas. Boa Vista, 15/12/2003. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito Adv - Hindemburgo Alves de O. Filho, José Arivaldo de Azevedo.

00207 - 001001006396-3

Autor: Jane Josefa Garcia Benedetti

Réu: Banco Real S/A Sistema de Cartão de Crédito Real Visa => Sentença: Face ao exposto, julgo o pedido procedente para condenar o réu a pagar à autora o valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), com juros e correção monetária a partir da sentença. Condene ainda o réu ao pagamento das custas processuais e de honorários arbitrados em 20% do valor da condenação. Boa Vista, 13/02/2004. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito Adv - Ellen Euridice C. de Araújo, Sívirino Pauli.

00208 - 001001006419-3

Autor: Suely Ferreira Fernandes

Réu: Telecomunicações de Roraima S/A => Despacho: 1- Manifeste-se a parte apelante sobre o recurso adesivo de fls. 365/373. 2- Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima. Boa Vista, 28/11/2003. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito Adv - Messias Gonçalves Garcia, Ronnie Gabriel Garcia, Rodolpho César Maia de Moraes.

00209 - 001001006480-5

Autor: Maria Ivete Padilha

Réu: Telecomunicações de Roraima S/A => Despacho: Expeça-se alvará de levantamento dos honorários periciais. Após, venham os autos para sentença. Boa Vista, 13/02/2004. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito Adv - Rodolpho César Maia de Moraes, Alexandre Cesar Dantas Socorro, Mamede Abrão Netto, Milton César Pereira Batista.

00210 - 001002021213-9

Autor: Renato Cavalcante Filho

Réu: Telebrasil => DESPACHO: 1- Recebo a apelação nos efeitos suspensivo e devolutivo. 2- Dê-se vista à parte apelada para responder em 15 (quinze) dias. 3- Findo o prazo com ou sem resposta, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça de Roraima, ressalvada a hipótese do art. 518, parágrafo único do Código de Processo Civil. Boa Vista, 28/11/2003. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Marcos Antônio C de Souza, Alexandre Magalhães, Isabel Melo dos Santos.

00211 - 001002026899-0

Autor: Glaydston Pereira Leone

Réu: Salomão Veículos Ltda => DESPACHO: 1- Recebo a apelação nos efeitos suspensivo e devolutivo. 2. Dê-se vista à parte apelada para responder em 15 (quinze) dias. 3- Findo o prazo com ou sem resposta, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça de Roraima, ressalvada a hipótese do art. 518, parágrafo único do Código de Processo Civil. Boa Vista, 28/11/2003. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Terezinha Muniz de Souza Cruz, Francisco Alves Noronha, Emerson Luis Delgado Gomes, Bernardino Dias de S. C. Neto, Silvana Borghi Gandur Pigari, Antônio Oneildo Ferreira.

00212 - 001002046604-0

Autor: Diocese de Roraima

Réu: Associação dos Pecuaristas e Produtores Rurais do Amajari => Despacho: Desentranhem-se os documentos que acompanham a

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2829 Boa Vista-RR, 18 de fevereiro de 2004.

petição inicial. Boa Vista, 28/11/2003. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito ****AVERBADO**** Adv - Marcos Antônio C de Souza, Bernardino Dias de S. C. Neto, Francisco Alves Noronha.

00213 - 001003062659-1

Autor: Mecânica União Indústria e Comércio Ltda

Réu: Elizete Level da Fonseca e outros => Despacho: 1- Defiro o pedido feito na audiência preliminar(fl.101). 2- Faça constar na capa o nome da litisconsorte. Boa Vista, 13/02/2004. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito Adv - Josué dos Santos Filho, Francisco das Chagas Batista, Rodolpho César Maia de Moraes, Alexandre Cesar Dantas Socorro, Helaine Maise de Moraes.

00214 - 001003069090-2

Autor: Maria Socorro da Silva Melo

Réu: Companhia Energética de Roraima S/A => Sentença: Por esta razão, declaro extinto o processo sem julgamento do mérito,com fundamento no art. 267, V do Código de Processo Civil. Condene a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados por equidade em R\$1.500,00 (mil e quinhentos reais). Como a parte autora é beneficiária de justiça gratuita a mesma deve ficar isenta do respectivo pagamento nos termos da Lei nº 1.060/50. Boa Vista, 25/11/2003. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito Adv - Sara Frauch de Carvalho Lins, Giselda Salette Tonelli P. de Souza.

00215 - 001003069677-6

Autor: Gustaves Francisco Balbino

Réu: Dorval => Despacho: 1- Manifeste-se a parte autora em 48h, sob pena de extinção do feito. 2- Int. pessoalmente. Boa Vista, 16/12/2003. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito Adv - Natanael Gonçalves Vieira.

00216 - 001003070925-6

Autor: Clemilda Magalhães Pinheiro

Réu: Norte Brasil Telecom => Despacho: Manifeste-se a parte ré sobre o pedido de desistência. Boa Vista, 15/12/2003. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito Adv - Rárison Tataira da Silva.

00217 - 001003072762-1

Autor: Jania Maria Pereira do Nascimento

Réu: Telemar Telecomunicações de Roraima S/A => Intimação das partes para manifestarem-se, sobre os autos de fls.95/96, no prazo de 05 dias, (Port. nº 005/99/GAB/5A V. Cível) Adv - José Carlos Barbosa Cavalcante, Alexander Ladislau Menezes .

INTERDITO PROIBITÓRIO

00218 - 001004076409-3

Autor: Francisco Pereira Rego

Réu: Joao Xavier Rego e outros => Intimação da parte autora para manifestar-se sobre a(s) certidão(ões) de fls. 14v, no prazo de 05(cinco) dias. (Port. nº 005/99/GAB/5A V. Cível) Adv - Suely Almeida.

MONITÓRIA

00219 - 001003059964-0

Autor: Carlos Roberto Albuquerque Dias da Silva

Réu: Poliedro Engenharia Construções e Comércio Ltda => Despacho: 1- Recebo a apelação nos efeitos suspensivo e devolutivo. 2- Dê-se vista à parte apelada para responder em 15 dias. 3- Findo o prazo com ou sem resposta, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça de Roraima, ressalva a hipótese do art. 518, parágrafo único do Código de Processo Civil. Boa Vista, 19/11/2003. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito Adv - Daniel José Santos dos Anjos, Larissa de Melo Lima, Sebastião Ernesto Santos dos Anjos, Jaeder Natal Ribeiro.

00220 - 001003064218-4

Autor: Revendedora de Veículos e Mat de Construção Del Rey Ltda

Réu: João Nunes Filho => Despacho: 1- A inércia da parte após a ciência do mandado injuntivo implica, por força do disposto no art. 1.102c, no CPC, na constituição de pleno direito do título executivo judicial. 2- Desentranha-se o mandado para citação na forma do art. 652 do CPC. Boa Vista, 28/11/2003. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito Adv - Pedro de A. D. Cavalcante.

00221 - 001003065582-2

Autor: Roraima Factoring e Formento Mercantil Ltda

Réu: Marinalva Netto de Laia => Despacho: Expeça-se mandado de citação nos termos do procedimento de execução. Boa Vista, 16/12/2003. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito Adv - Clodoci Ferreira do Amaral.

00222 - 001003071147-6

Autor: Itautinga Agro Industrial S/A

Réu: Eliene Ferreira da Silva e outros => Despacho: Expeça-se mandado de citação no endereço indicado na petição de fl 43. Boa Vista, 28/11/2003. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito Adv - Antonio Carlos Bernardes Filho.

ORDINÁRIA

00223 - 001003065898-2

Requerente: Washington Luiz Alves e Alencar

Requerido: Boa Vista Energia S/A => Despacho: 1- Devido à necessidade da produção de prova pericial e estando o autor desempregado, não tendo condições para arcar com os honorários periciais, defiro o pedido de fl. 157. 2- Oficie-se como requerido. Boa

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2829 Boa Vista-RR, 18 de fevereiro de 2004.

Vista, 28/11/2003. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito Adv - Alexandre Cesar Dantas Socorro, José Jerônimo Figueiredo da Silva.

REIVINDICATÓRIA

00224 - 001002055443-1

Autor: Manoel Luiz Martins Bezerra

Réu: Rosilei Pereira da Cruz => Despacho: 1- Não recebo o recurso de apelação, tendo em vista a sentença já ter transitado em julgado (fl.27). 2- Defiro o pedido de fl.45. 3- Expeça-se novo mandado de imissão de posse, devendo o Sr. Oficial de Justiça se entender necessário, buscar reforço policial para cumprir o respectivo mandado. Boa Vista, 28/11/2003. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito Adv - Suelly Almeida.

6A VARA CÍVEL

Expediente de 16/02/2004

JUIZ(A) TITULAR:

Angelo Augusto Graça Mendes

ARRESTO/SEQUESTRO

00225 - 001003065751-3

Autor: Posto Jumbo Ltda

Réu: Csm Construções Ltda e outros => Despacho: Manifeste-se a parte ré sobre o pedido de alienação dos bens arrestados, no prazo de 05 (cinco) dias. Boa Vista/RR, 12 de fevereiro de 2004. (a) Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito respondendo pela 6.A Vara Cível. Adv - João Alfredo de A. Ferreira , Samuel Moraes da Silva, Pedro de A. D. Cavalcante.

BUSCA/APREENSÃO DEC.911

00226 - 001003070786-2

Autor: Banco General Motors S/A

Réu: Nara Barbosa Tavora => Despacho: Certifique o cartório quanto ao transcurso do prazo de resposta constante no mandado de fl. 50. Após, conclusos. Boa Vista/RR, 12 de fevereiro de 2004. (a) Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito respondendo pela 6.A Vara Cível. Adv - Rodolpho César Maia de Moraes.

00227 - 001004076513-2

Autor: Disal Administradora de Consórcios S/c Ltda

Réu: Gelb Ferreira => FINAL DE DECISÃO: (...)Sendo assim, diante dos aspectos fático e dos fundamentos jurídicos apresentados, defiro a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, descrito às fls. 04, devendo este ser entregue à pessoa designada pelo autor. Intimem-se. Cumpra-se. Após, cite-se o réu para, querendo, contestar ou requerer a purga da mora, conforme § 1º do já referido artigo 3º do Decreto-lei n. 911/69. Boa Vista, 12 de fevereiro de 2004. (a) Mozarildo Monteiro Cavalcanti. Juiz de Direito respondendo pela 6.A Vara Cível. Adv - Dante Mariano Gregnanin Sobrinho.

EMBARGOS DEVEDOR

00228 - 001001007683-3

Embargante: Ricardo Herculano Bulhões de Mattos

Embargado: Edmilson da Silva Garcia => Despacho: Intime-se a parte autora a se manifestar-se quanto à devolução da carta precatória de fls. 138/193. Boa Vista/RR, 13 de fevereiro de 2004. (a) Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito respondendo pela 6.A Vara Cível. Adv - Pedro de A. D. Cavalcante, James Pinheiro Machado, José Ribamar Abreu dos Santos, Samara Cristina Carvalho Monteiro.

00229 - 001003069884-8

Embargante: Jonas Dias Carneiro

Embargado: Banco da Amazônia S/A => Despacho: Assiste razão à peticionante de fls. 112/119 ao afirmar que a determinação quanto à utilização de determinado índice - para efeito de cálculo periciais - prioritária na antecipação do próprio julgamento. Ao contrário, consta-se, a supressão de tal determinação sequer traria qualquer prejuízo a algumas das partes, pelo que deve exercer o juízo de retratação no agravo, devendo, então, a perícia anteriormente determinada basear-se, tão somente, quando da elaboração do devido laudo, no contrato firmado pelas partes. Intimem-se, devendo a D perita nomeada, quanto da assinatura do respectivo compromisso, ser informada acerca do teor desta decisão. Oficie-se, ainda, ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, comunicando quanto ao exercício de retratação no agravo interposto. Boa Vista/RR, 06 de fevereiro de 2004. (a) Angelo Augusto Graça Mendes - Juiz de Direito Substituto. Adv - Geraldo João da Silva, Maria da Glória de Souza Lima.

00230 - 001003073830-5

Embargante: Raimundo Marques

Embargado: Eliene Ferreira da Silva Cardoso => Despacho: Cumpra-se com despacho de fl. 16-v no endereço indicado à fl. 24. Boa Vista/RR, 12 de fevereiro de 2004. (a) Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito respondendo pela 6.A Vara Cível. Adv - James Pinheiro Machado.

EXECUÇÃO

00231 - 001001007085-1

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2829 Boa Vista-RR, 18 de fevereiro de 2004.

Exeqüente: Distribuidora Equatorial de Produtos de Petróleo Ltda

Executado: Auto Posto Avenida S/A => Despacho: Defiro requerimento de fl.127. Suspenda-se o trâmite do processo pelo prazo requerido ou até ulterior manifestação da parte autora. Após, intime-se a parte para manifestar-se no prazo de 05 (cinco) dias. Boa Vista/RR, 12 de fevereiro de 2004. (a) Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito respondendo pela 6.A Vara Cível. Adv - Francisco Alves Noronha.

00232 - 001001007208-9

Exeqüente: Aero Speed Transp Intermodal de Cargas Ltda

Executado: Fr Gomes => Despacho: Intime-se a parte autora a se manifestar quanto à certidão de fl. 216-v. Boa Vista/RR, 12 de fevereiro de 2004. (a) Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito respondendo pela 6.A Vara Cível. Adv - Sívirino Pauli.

00233 - 001001007441-6

Exeqüente: Varig S/A Viacão Aérea Rio-grandense

Executado: James Pinheiro Machado => Despacho: Oficie-se aos órgãos referidos na petição de fl. 75 para verificação da existência de bens passíveis de penhora em nome da parte executada. Boa Vista/RR, 12 de fevereiro de 2004. (a) Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito respondendo pela 6.A Vara Cível. Adv - Bernardino Dias de S. C. Neto, Francisco Alves Noronha.

00234 - 001001007647-8

Exeqüente: Juliana Soares Amorim

Executado: Rf Gontijo => Despacho: Defiro (fl. 233). Oficie-se como requerido. Boa Vista/RR, 13 de fevereiro de 2004. (a) Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito respondendo pela 6.A Vara Cível. Adv - Alexandre Cesar Dantas Socorro, Arthur Carvalho.

00235 - 001001007679-1

Exeqüente: Banco do Brasil S/A

Executado: Frangonorte Indústria e Comércio Ltda => Despacho: Indefiro fl. 265 no que se refere à citação por edital de Deoclécio Barbosa Filho e Luiz Carlos Fernandes de Oliveira, tendo em vista a citação editalícia ser medida extrema que deve ser adotada quando esgotadas todas as possibilidades de localização da parte ré. Proceda a autora as diligências necessárias à localização dos réu. Entretanto, defiro a intimação de Paulo Sérgio Ferreira Mota como requerido. Boa Vista/RR, 11 de fevereiro de 2004. (a) Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito respondendo pela 6.A Vara Cível. Adv - Johnson Araújo Pereira, Antônio Fernando A. Pinto.

00236 - 001002036168-8

Exeqüente: Banco do Brasil S/A

Executado: Rosana de Oliveira Borges Vieira => Despacho: Certifique o trâmite em julgado. Após, archive-se. Boa Vista/RR, 11 de fevereiro de 2004. (a) Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito respondendo pela 6.A Vara Cível. Adv - Jorge da Silva Fraxe, José Arivaldo de Azevedo, Laudénir da Costa Landim.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

00237 - 001001007931-6

Exeqüente: Andre Luis dos Prazeres Caetano

Executado: Cacique Participações e Administradora de Cartões => Despacho: Reitere-se o ofício de fl. 268. Boa Vista/RR, 11 de fevereiro de 2004. (a) Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito respondendo pela 6.A Vara Cível. Adv - Helder Figueiredo Pereira, Angela Di Manso.

INDENIZAÇÃO

00238 - 001003060647-8

Autor: Maria Bernadete Barbosa Lima

Réu: Editora Verdes Mares Ltda => Despacho: Certifique o cartório quanto à apresentação de contra-razão pela parte autora (fl. 138). Após, façam-se os autos conclusos para sentença. Boa Vista/RR, 11 de fevereiro de 2004. (a) Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito respondendo pela 6.A Vara Cível. Adv - Marco Antônio da Silva Pinheiro, Henrique Keisuke Sadamatsu.

MONITÓRIA

00239 - 001002053396-3

Autor: Enesa Turismo Ltda

Réu: Jaber Moisés Xaud => Despacho: Defiro (fl. 59). Expeça-se mandado de penhora do bem indicado, nomeado como fiel depositário o patrono da parte autora. Boa Vista/RR, 13 de fevereiro de 2004. (a) Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito respondendo pela 6.A Vara Cível. Adv - Bernardino Dias de S. C. Neto, Francisco Alves Noronha, Emerson Luis Delgado Gomes, Jeane Magalhães Xaud.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

00240 - 001003070922-3

Autor: Emilia Silva Ribeiro Campos

Réu: Danyel Coelho Lago => Despacho: Defiro (fl. 23). Boa Vista/RR, 12 de fevereiro de 2004. (a) Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito respondendo pela 6.A Vara Cível. Adv - Alexander Ladislau Menezes .

REINTEGRAÇÃO DE POSSE

00241 - 001004076481-2

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2829 Boa Vista-RR, 18 de fevereiro de 2004.

Autor: Rubenita Pereira dos Santos

Réu: Geovane Cirqueira Alves e outros => Despacho: Intime-se a parte autora a se manifestar quanto à certidão de fl. 34. Boa Vista/RR, 11 de fevereiro de 2004. (a) Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito respondendo pela 6.A Vara Cível. Adv - Valter Mariano de Moura, José Edival Vale Braga.

7A VARA CÍVEL

Expediente de 16/02/2004

JUIZ(A) TITULAR:
Paulo César Dias Menezes
PROMOTOR(A) :
Ademar Loiola Mota
ESCRIVÃO(Á) :
Josefa Cavalcante de Abreu

ALIMENTOS - PEDIDO

00102 - 001001008925-7

Requerente: C.E.A.R.

Requerido: E.O.R. => FINAL DE SENTENÇA: Posto isso, em consonância com o ilustre representante do Ministério Público, julgo extinto o processo, sem julgamento de mérito, com fulcro no artigo 267, inciso III, do Código de Processo Civil. Sem custas, face ao deferimento da justiça gratuita. Após trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I. Boa Vista-RR, 09 de fevereiro de 2004. Paulo César Dias Menezes Juiz de Direito Titular da 7A Vara Cível Adv - Grece Maria da Silva Matos.

00103 - 001003062605-4

Requerente: I.B.S.G. e outros

Requerido: J.O.G. => DESIGNAÇÃO: Em atendimento ao respeitável despacho de fl. 44 designo o dia 10.05.04, às 09:45 horas. Do que para constar lavro o presente termo. Boa Vista, 13.02.04. Ricardo Chelotti, Analista Judiciário. Adv - Christianne Conzaes Leite.

00104 - 001003064497-4

Requerente: I.R.P.

Requerido: E.R.P. => DECISÃO: com fincas na documentação apresentada na petição de fls. 17/20 e documentos que o instruem, assim como a cota ministerial retro, é de bom alvitre operar a redução do “quantum” provisório fixado à fl. 14, a título de alimentos provisórios. Dessarte, atendo ao binômio necessidade/ possibilidade, reconsidero em parte a decisão de fl. 14, e, ato contínuo, fixo os provisórios em um salário mínimo e meio, quantia que deverá ser depositada na conta bancária informada à fl. 04. Aguarde-se manifestação da parte autora por trinta dias para dar andamento ao feito. Nada requerido, intime-o pessoalmente, p/, 48h, dar andamento ao feito, pena extinção do feito e revogação da pensão provisória. P.I. Boa Vista, 11 de fevereiro de 2004. Paulo César Dias Menezes, Juiz de Direito Titular da 7A Vara Cível. Adv - Francisco das Chagas Batista, Alexandre Cesar Dantas Socorro, Rodolpho César Maia de Moraes, Públio Rêgo Imbiriba Filho.

00105 - 001003066622-5

Requerente: M.A.S.C.

Requerido: O.L.C. => DESIGNAÇÃO: Em atendimento ao respeitável despacho de fl. 23, designo o dia 27.04.04, às 09:30 horas. Do que para constar lavro o presente termo. Boa Vista, 13.02.04. Ricardo Chelotti, Analista Judiciário. Adv - José Milton Freitas, Maria Gorete Moura de Oliveira.

00106 - 001003066995-5

Requerente: A.C.S.S. e outros

Requerido: J.D.S.N. => FINAL DE SENTENÇA: Desta forma, entendo caracterizada a litispendência, razão pela qual julgo extinto o processo sem apreciação do mérito, nos termos do artigo 267, inciso V, do Código de Processo Civil. Sem custas, face ao deferimento da justiça gratuita. Após trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I. Boa Vista-RR, 09 de fevereiro de 2004. Paulo César Dias Menezes. Juiz de Direito Titular da 7A Vara Cível Adv - Alessandra Andréia Miglioranza, Liliana Regina Alves.

00107 - 001003070912-4

Requerente: E.M.T.

Requerido: E.B.T. => DESIGNAÇÃO: Em atendimento ao respeitável despacho de fl. 19, designo o dia 23.04.04, às 10:00 horas. Do que para constar lavro o presente termo. Boa Vista, 12.02.04. Ricardo Chelotti, Analista Judiciário. Adv - Andréia Margarida André, Pedro de A. D. Cavalcante.

00108 - 001003072422-2

Requerente: J.C.B. e outros

Requerido: F.R.B. => DESIGNAÇÃO: Em atendimento ao respeitável despacho de fl. 16, designo o dia 28.04.04, às 10:15 horas. Do que para constar lavro o presente termo. Boa Vista, 13.02.04. Ricardo Chelotti, Analista Judiciário. Adv - Hindenburgo Alves de O. Filho.

00109 - 001003072766-2

Requerente: R.L.Q.

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2829 Boa Vista-RR, 18 de fevereiro de 2004.

Requerido: K.R.C.Q. => DESIGNAÇÃO: Em atendimento ao respeitável despacho de fl. 11, designo o dia 28.04.04, às 10:30 horas. Do que para constar lavro o presente termo. Boa Vista, 13.02.04. Ricardo Chelotti, Analista Judiciário. Adv - Milson Douglas Araújo Alves, Marcos Antônio C de Souza.

00110 - 001003075578-8

Requerente: E.T.V.

Requerido: J.L.V.E. => DECISÃO: 1) Segredo de justiça. 2) Defiro o pedido de justiça gratuita. 3) Considerando o binômio necessidade/ possibilidade e que aos pais incumbe o dever de contribuir para o sustento dos filhos, fixo alimentos provisórios a serem depositados em conta corrente a ser aberta em nome da representante do/a(s) menor(es) no valor equivalente a 15% (quinze por cento) dos rendimentos brutos mensais do réu, deduzidos apenas os descontos legais obrigatórios, para que sejam descontados em sua folha de pagamento. 4) Oficie-se à Caixa Econômica Federal local, para proceder à abertura de conta-corrente requerida. 5) Oficie-se o órgão Empregador do requerido para proceder aos descontos e depósitos. 6) Designe-se audiência de conciliação e julgamento. 7) Cite-se o réu, cientificando-o de que poderá apresentar defesa até o dia da audiência e fazer-se acompanhar de advogado e testemunhas, independente de prévio rol. 8) Os autores também deverão fazer-se acompanhar de advogado e testemunhas indepent e de rol prévio. 9) Intimações necessárias. 10) Ciência ao MP. Fontes pagadoras do réu: Prefeitura de Boa Vista e Governo do Estado de Roraima. Boa Vista, 11 de fevereiro de 2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - José Roceliton Vito Joca.

00111 - 001004076166-9

Requerente: D.V.S.C.

Requerido: R.M.C. => DECISÃO: 1) Segredo de justiça. 2) C) Defiro o pedido de justiça gratuita. 3) Considerando o binômio necessidade/ possibilidade e que aos pais incumbe o dever de contribuir para o sustento dos filhos, fixo alimentos provisórios a serem depositados na conta corrente da representante do/a(s) menor(es), indicada à fl. 04, no valor equivalente a 02(dois) salários mínimos, até o dia 10 (dez) de cada mês. 4) Designe-se audiência de conciliação e julgamento. 5) Cite-se o réu, cientificando-o de que poderá apresentar defesa até o dia da audiência e fazer-se acompanhar de advogado e testemunhas, independente de prévio rol. 06) Os autores também deverão fazer-se acompanhar de advogado e testemunhas independente de rol prévio. 7) Intimações necessárias. 8) Ciência ao MP.Boa Vista, 06 de fevereiro de 2004. Paulo César Dias Menezes, Juiz de Direito Titular da 7A Vara Cível. Adv - Oleno Inácio de Matos.

00112 - 001004076551-2

Requerente: I.S.M. e outros

Requerido: S.M. => DECISÃO: 1) Segredo de justiça. 2) Defiro o pedido de justiça gratuita. 3) Considerando o binômio necessidade/ possibilidade e que aos pais incumbe o dever de contribuir para o sustento dos filhos, fixo alimentos provisórios a serem depositados na conta corrente da representante do/a(s) menor(es), indicada à fl. 05, no valor equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) dos rendimentos brutos mensais do réu, deduzidos apenas os descontos legais obrigatórios, para que sejam descontados em sua folha de pagamento. 4) Oficie-se o órgão Empregador do requerido para proceder aos descontos e depósitos. 5) Designe-se audiência de conciliação e julgamento. 6) Cite-se o réu, cientificando-o de que poderá apresentar defesa até o dia da audiência e fazer-se acompanhar de advogado e testemunhas, independente de prévio rol. 7) Os autores também deverão fazer-se acompanhar de advogado e testemunhas independente de rol prévio. 8) Intimações necessárias. 9) Ciência ao MP.Boa Vista, 06 de fevereiro de 2004. Paulo César Dias Menezes, Juiz de Direito Titular da 7A Vara Cível. Adv - Christianne Conzaes Leite.

00113 - 001004078212-9

Requerente: G.I.S.R.

Requerido: E.B.R. => DECISÃO: 1) Segredo de justiça. 2) C) Defiro o pedido de justiça gratuita. 3) Considerando o binômio necessidade/ possibilidade e que aos pais incumbe o dever de contribuir para o sustento dos filhos, fixo alimentos provisórios a serem depositados na conta corrente da representante do/a(s) menor(es), indicada à fl. 04, no valor equivalente a 01(um) salário mínimo, até o dia 10 (dez) de cada mês. 4) Designe-se audiência de conciliação e julgamento. 5) Cite-se o réu, cientificando-o de que poderá apresentar defesa até o dia da audiência e fazer-se acompanhar de advogado e testemunhas, independente de prévio rol. 06) Os autores também deverão fazer-se acompanhar de advogado e testemunhas independente de rol prévio. 7) Intimações necessárias. 8) Ciência ao MP.Boa Vista, 11 de fevereiro de 2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - Christianne Conzaes Leite.

00114 - 001004078213-7

Requerente: W.S.R. e outros

Requerido: J.S.R. => DECISÃO: 1) Segredo de justiça. 2) Defiro o pedido de justiça gratuita. 3) Considerando o binômio necessidade/ possibilidade e que aos pais incumbe o dever de contribuir para o sustento dos filhos, fixo alimentos provisórios a serem depositados em conta corrente a ser aberta em nome da representante do/a(s) menor(es) no valor equivalente a 1,7 (um virgula sete) salários mínimos, até o dia 10 (dez) de cada mês. 4) Oficie-se à Caixa Econômica Federal local, para proceder à abertura da conta-corrente requerida. 5) Designe-se audiência de conciliação e julgamento. 6) Cite-se o réu, cientificando-o de que poderá apresentar defesa até o dia da audiência e fazer-se acompanhar de advogado e testemunhas, independente de prévio rol. 7) Os autores também deverão fazer-se acompanhar de advogado e testemunhas independente de rol prévio. 8) Intimações necessárias. 9) Ciência ao MP. Boa Vista, 10 de fevereiro de 2004. Paulo César Dias Menezes, Juiz de Direito Titular da 7A Vara Cível. Adv - Christianne Conzaes Leite.

00115 - 001004078290-5

Requerente: R.A.T.

Requerido: G.R.T. => DECISÃO: 1) Segredo de justiça. 2) C) Defiro o pedido de justiça gratuita. 3) Considerando o binômio necessidade/ possibilidade e que aos pais incumbe o dever de contribuir para o sustento dos filhos, fixo alimentos provisórios a serem depositados na conta corrente da representante do/a(s) menor(es), indicada à fl. 05, no valor equivalente a 75% (setenta e cinco por cento) do salário mínimo, até o dia 10 (dez) de cada mês. 4) Designe-se audiência de conciliação e julgamento. 5) Cite-se o réu, cientificando-o de que poderá apresentar defesa até o dia da audiência e fazer-se acompanhar de advogado e testemunhas, independente de prévio rol. 06) Os autores também deverão fazer-se acompanhar de advogado e testemunhas independente de rol prévio. 7) Intimações necessárias. 8) Ciência ao MP. Boa Vista, 11 de fevereiro de 2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - Christianne Conzaes Leite.

00116 - 001004078318-4

Requerente: D.M.S.N.

Requerido: W.F.A. => DECISÃO: 1) Segredo de justiça. 2) Defiro o pedido de justiça gratuita. 3) Considerando o binômio necessidade/ possibilidade e que aos pais incumbe o dever de contribuir para o sustento dos filhos, fixo alimentos provisórios a serem depositados na conta corrente da representante do(a)s menor(es), indicada à fl. 05, no valor equivalente a 20% (vinte por cento) dos rendimentos brutos mensais do réu, deduzidos apenas os descontos legais obrigatórios, para que sejam descontados em sua folha de pagamento. 4) Oficie-se o órgão Empregador do requerido para proceder aos descontos e depósitos. 5) Designe-se audiência de conciliação e julgamento. 6) Cite-se o réu, cientificando-o de que poderá apresentar defesa até o dia da audiência e fazer-se acompanhar de advogado e testemunhas, independente de prévio rol. 7) Os autores também deverão fazer-se acompanhar de advogado e testemunhas independente de rol prévio. 8) Intimações necessárias. 9) Ciência ao MP. Boa Vista, 11 de fevereiro de 2004. Ar non José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - Alessandra Andréia Miglioranza.

00117 - 001004078322-6

Requerente: H.C.A.

Requerido: H.S.S. => DESPACHO: 1) Segredo de justiça. 2) Defiro o pedido de justiça gratuita. 3) Considerando o binômio necessidade/ possibilidade e que aos pais incumbe o dever de contribuir para o sustento dos filhos, fixo alimentos provisórios a serem depositados na conta corrente da representante do(a)s menor(es), indicada à fl. 04, no valor equivalente a 20% (vinte por cento) dos rendimentos brutos mensais do réu, deduzidos apenas os descontos legais obrigatórios, para que sejam descontados em sua folha de pagamento. 4) Oficie-se o órgão Empregador do requerido para proceder aos descontos e depósitos. 5) Designe-se audiência de conciliação e julgamento. 6) Cite-se o réu, cientificando-o de que poderá apresentar defesa até o dia da audiência e fazer-se acompanhar de advogado e testemunhas, independente de prévio rol. 7) Os autores também deverão fazer-se acompanhar de advogado e testemunhas independente de rol prévio. 8) Intimações necessárias. 9) Ciência ao MP. 10) Após informado o valor dos rendimentos, se for o caso, poderei reapreciar os alimentos provisórios. Boa Vista, 11 de fevereiro de 2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - Maria das Graças Barbosa Soares.

ANULATÓRIA ATO JURÍDICO

00118 - 001003057603-6

Autor: Ari Antônio da Silva => FINAL DE SENTENÇA: Posto isso, suscito o conflito de competência na forma acima, a ser dirimido pelo e. Tribunal de Justiça do Estado de Roraima. Expeça-se ofício àquela Corte (art. 118, I, do CPC), n. pessoa do eminente Desembargador Presidente, instruindo-o com fotocópias das principais peças dos autos (petição inicial, decisão da Comarca de Mucajaí, decisão do Juízo Suscitado - 3A Vara Cível- e do Juízo Suscitante - 7A Vara Cível, inclusive desta decisão), tudo em obediência ao Parágrafo Único, do art. 118 do Código de Processo Civil. Determino a suspensão do feito, até ulterior deliberação. Intimem-se. Boa Vista, 12 de fevereiro de 2004. Paulo César Dias Menezes, Juiz de Direito Titular da 7A Vara Cível. Adv - Inajá de Queiroz Maduro.

DISSOLUÇÃO SOCIEDADE

00119 - 001003069161-1

Autor: A.N.S.

Réu: F.P.S. => DESIGNAÇÃO: Em atendimento ao respeitável despacho de fl. 26 designo o dia 07.05.04, às 09:45 horas. Do que para constar lavro o presente termo. Boa Vista, 17.02.04. Ricardo Chelotti, Analista Judiciário. Adv - Christianne Conzaes Leite.

DIVÓRCIO LITIGIOSO

00120 - 001003059574-7

Requerente: G.C.L.J.

Requerido: J.C.L. => DESPACHO: Como requer o ilustre representante do Ministério Público, designe-se data para realização de audiência de conciliação. Intimem-se as partes. Boa Vista, 10 de fevereiro de 2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - Stélio Dener de Souza Cruz.

00121 - 001003061643-6

Requerente: E.S.S.

Requerido: M.M.S. => DESIGNAÇÃO: Em atendimento ao respeitável despacho de fl. 52, designo o dia 15.04.04, às 09:45 horas. Do que para constar lavro o presente termo. Boa Vista, 13.02.04. Ricardo Chelotti, Analista Judiciário. Adv - Natanael de Lima Ferreira, Agenor Veloso Borges.

00122 - 001003065738-0

Requerente: R.N.M.

Requerido: M.B.M. => DESIGNAÇÃO: Em atendimento ao respeitável despacho de fl. 55, designo o dia 05.05.04, às 09:00 horas. Do que para constar lavro o presente termo. Boa Vista, 13.02.04. Ricardo Chelotti, Analista Judiciário. Adv - Aldeide Lima Barbosa Santana.

00123 - 001003074168-9

Requerente: E.V.M.

Requerido: A.M.F. => DESIGNAÇÃO: Em atendimento ao respeitável despacho de fl. 10, designo o dia 29.04.04, às 10:15 horas. Do que para constar lavro o presente termo. Boa Vista, 13.02.04. Ricardo Chelotti, Analista Judiciário. Adv - Suely Almeida.

00124 - 001004076412-7

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2829 Boa Vista-RR, 18 de fevereiro de 2004.

Requerente: F.P.R.

Requerido: A.M.R. => DESIGNAÇÃO: Em atendimento ao respeitável despacho de fl. 10, designo o dia 29.04.04, às 09:00 horas. Do que para constar lavro o presente termo. Boa Vista, 13.02.04. Ricardo Chelotti, Analista Judiciário. Adv - Suely Almeida.

EXECUÇÃO

00125 - 001001008295-5

Exeqüente: N.C.A. e outros

Executado: B.R.A. => DESPACHO: Defiro o pedido de fls. 39. Proceda-se como se requer. Boa Vista, 06 de fevereiro de 2004. Paulo César Dias Menezes, Juiz de Direito Titular da 7A Vara Cível. Adv - Maria Emília Brito Silva Leite.

00126 - 001001008311-0

Exeqüente: M.O.M.S.

Executado: P.V.S. => FINAL DE SENTENÇA: Posto isso, em consonância com o ilustre representante do Ministério Público, julgo extinto o processo, sem julgamento de mérito, com fulcro no artigo 267, inciso III, do Código de Processo Civil. Sem custas, face a gratuidade da justiça. Após trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I. Boa Vista-RR, 09 de fevereiro de 2004. Paulo César Dias Menezes Juiz de Direito Titular da 7A Vara Cível Adv - Aldeide Lima Barbosa Santana.

00127 - 001001020549-9

Exeqüente: V.X.N.

Executado: A.M.N. => FINAL DE SENTENÇA: Posto isso, homologo o pedido de desistência, julgando extinto o processo, sem julgamento de mérito, com fins no artigo 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Sem custas, face ao deferimento dos benefícios da justiça gratuita. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, com as formalidades legais. P.R.I. Boa Vista-RR, 09 de fevereiro de 2004. Paulo César Dias Menezes Juiz de Direito Titular da 7A Vara Cível Adv - Walkíria de Azevedo Tertulino, Henrique Keisuke Sadamatsu.

00128 - 001002026984-0

Exeqüente: V.A.D.

Executado: A.D.S.N. => DESPACHO: Defiro o pedido de fls. 39. Proceda-se como se requer. Boa Vista, 06 de fevereiro de 2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - Aline Dionisio Castelo Branco.

00129 - 001002046822-8

Exeqüente: G.S.G.L.

Executado: M.J.F.L. => FINAL DE SENTENÇA: Posto isso, em consonância com o Ilustre Representante do Ministério Público, julgo extinto o processo, sem julgamento de mérito, com fulcro no artigo 267, inciso VIII, do código de Processo Civil. Em tempo, defiro os benefícios da justiça gratuita. Após trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I. Boa Vista, 06 de fevereiro de 2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - Elcení Diogo da Silva.

00130 - 001003059129-0

Exeqüente: C.K.C.P. e outros

Executado: P.L.P. => FINAL DE SENTENÇA: Posto isso, em consonância com o ilustre representante do Ministério Público, julgo extinto o processo, sem julgamento de mérito, com fulcro no artigo 267, inciso III, do Código de Processo Civil. Sem custas, face ao deferimento da justiça gratuita. Após trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I. Boa Vista-RR, 09 de fevereiro de 2003. Paulo César Dias Menezes Juiz de Direito Titular da 7A Vara Cível Adv - Oleno Inácio de Matos.

00131 - 001003061097-5

Exeqüente: A.K.M.S.

Executado: F.A.M.S. => DESPACHO: Defiro o pedido de suspensão do feito, sobreste-se o andamento pelo prazo de 30 dias. Intimem-se. Após transcorrer o prazo, vista a(o) DPE/RR. Boa Vista, 06 de fevereiro de 2004. Paulo César Dias Menezes, Juiz de Direito Titular da 7A Vara Cível. Adv - Oleno Inácio de Matos.

00132 - 001003063403-3

Exeqüente: J.M.G.L.

Executado: A.J.L. => DESPACHO: Defiro o pedido de suspensão do feito, sobreste-se o andamento pelo prazo de 30 dias. Intimem-se. Após transcorrer o prazo, vista a(o) DPE/RR. Boa Vista, 06 de fevereiro de 2004. Paulo César Dias Menezes, Juiz de Direito Titular da 7A Vara Cível. Adv - Oleno Inácio de Matos.

00133 - 001003065250-6

Exeqüente: K.C.M.S.

Executado: J.C.S. => FINAL DE SENTENÇA: Posto isso, em consonância com o ilustre representante do Ministério Público, julgo extinta a execução, com fins no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas, tendo em vista o deferimento da justiça gratuita. Após trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I. Boa Vista-RR, 06 de fevereiro de 2004. Arnon José Coelho Júnior Juiz de Direito Substituto da 7A Vara Cível Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00134 - 001003068749-4

Exeqüente: S.W.M.S.

Executado: G.C.S. => DESPACHO: Diga o Exeqüente, no prazo legal, sobre fls. 23 e seguintes, requerendo o que entender de direito. Boa Vista, 06 de fevereiro de 2004. Paulo César Dias Menezes, Juiz de Direito Titular da 7A Vara Cível. Adv - Christianne Conzaes Leite.

00135 - 001003069614-9

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2829 Boa Vista-RR, 18 de fevereiro de 2004.

Exeqüente: C.A.O.N.

Executado: G.M.S. => DESPACHO: Abra-se vista dos autos ao Exeqüente, para tomar conhecimento do recibo apresentado à fl.16, requerendo o que entender de direito.Boa Vista, 06 de fevereiro de 2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - Christianne Conzaes Leite.

EXONER.PENSÃO ALIMENTÍCIA

00136 - 001003065827-1

Autor: E.D.R.B. e outros => FINAL DE SENTENÇA: Posto isso, homologo o acordo de exoneração de alimentos concertado entre os requerentes, eximindo o genitor de prestar alimentos ao filho, ambos qualificados no autos, devendo o Cartório expedir ofício ao ente pagador, na forma do item 2.1 da exordial (fl. 04). Julgo, portanto, extinto o processo com apreciação meritória, nas letras do art. 269, inciso III, do Código de Processo Civil.Custas como de lei. Após o trânsito em julgado, arquivem-se com baixa na distribuição. P.R.I. Boa Vista, 12 de fevereiro de 2004. PAULO CÉZAR DIAS MENEZES. Juiz de Direito Titular da 7A Vara Cível Adv - Stélio Dener de Souza Cruz.

GUARDA DE MENOR

00137 - 001003063548-5

Requerente: E.F.C.

Requerido: C.P.S. => DESPACHO: Designe-se data para audiência de instrução e julgamento. Intimações necessárias. Boa Vista, 06 de fevereiro de 2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - Christianne Conzaes Leite.

00138 - 001003065049-2

Requerente: D.O.S.

Requerido: E.C.S. => FINAL DE SENTENÇA: Posto isso, homologo o pedido de desistência, julgando extinto o processo, sem julgamento de mérito, com fincas no artigo 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Sem custas, face ao deferimento dos benefícios da justiça gratuita. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, com as formalidades legais. P.R.I. Boa Vista-RR, 09 de fevereiro de 2004. Paulo César Dias Menezes Juiz de Direito Titular da 7A Vara Cível Adv - Thaumaturgo Cezar Moreira do Nascimento.

INVENTÁRIO NEGATIVO

00139 - 001001000394-4

Inventariante: Washington Bastos de Melo => DESIGNAÇÃO: Em atendimento ao respeitável despacho de fl. 55, designo o dia 10.05.04, às 09:00 horas. Do que para constar lavro o presente termo. Boa Vista, 13.02.04. Ricardo Chelotti, Analista Judiciário. Adv - Hélio Abozaglo Elias.

INVESTIGAÇÃO PATERNIDADE

00140 - 001001008467-0

Requerente: L.P.M.

Requerido: M.N.C. e outros => DESIGNAÇÃO: Em atendimento ao respeitável despacho de fl. 112, designo o dia 05.05.04, às 09:15 horas. Do que para constar lavro o presente termo. Boa Vista, 13.02.04. Ricardo Chelotti, Analista Judiciário. Adv - Mário Junior Tavares da Silva, Thaumaturgo Cezar Moreira do Nascimento, Natanael de Lima Ferreira.

INVEST.PATERN / ALIMENTOS

00141 - 001001000358-9

Requerente: H.E.O.

Requerido: M.R.F. => DESIGNAÇÃO: Em atendimento ao respeitável despacho de fl. 111, designo o dia 10.05.04, às 09:15 horas. Do que para constar lavro o presente termo. Boa Vista, 13.02.04. Ricardo Chelotti, Analista Judiciário. Adv - Inajá de Queiroz Maduro.

00142 - 001001000682-2

Requerente: A.V.D.S.

Requerido: M.M.S. => DESIGNAÇÃO: Em atendimento ao respeitável despacho de fl. 65, designo o dia 05.05.04, às 09:45 horas. Do que para constar lavro o presente termo. Boa Vista, 13.02.04. Ricardo Chelotti, Analista Judiciário. Adv - Johnson Araújo Pereira, Oleno Inácio de Matos.

00143 - 001001000802-6

Requerente: L.F.O.A.

Requerido: C.L.R.A. => FINAL DE SENTENÇA: Posto isso, em consonância com o ilustre representante do Ministério Público, julgo extinto o processo, sem julgamento de mérito, com fulcro no artigo 267, inciso III, do Código de Processo Civil. Sem custas, face ao deferimento da justiça gratuita. Após trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I. Boa Vista-RR, 09 de fevereiro de 2004. Arnon José Coelho Júnior.Juiz de Direito Substituto da 7A Vara Cível Adv - José Fábio Martins da Silva.

00144 - 001001000820-8

Requerente: G.A.M.

Requerido: V.T.S. => DESIGNAÇÃO: Em atendimento ao respeitável despacho de fl. 110, designo o dia 07.05.04, às 09:00 horas. Do que para constar lavro o presente termo. Boa Vista, 13.02.04. Ricardo Chelotti, Analista Judiciário. Adv - Rita de Cássia Macedo Coelho Queiroz, Mário Junior Tavares da Silva.

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2829 Boa Vista-RR, 18 de fevereiro de 2004.

00145 - 001001008576-8

Requerente: G.C.L.N.

Requerido: J.C.F.N. => DESPACHO: Designe-se data para realização de audiência de instrução e julgamento. Intimem-se as partes. Boa Vista, 11 de fevereiro de 2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - Jaeder Natal Ribeiro, José João Pereira dos Santos.

00146 - 001003066877-5

Requerente: E.C.S.

Requerido: E.P.S. => DESIGNAÇÃO: Em atendimento ao respeitável despacho de fl. 27, designo o dia 06.05.04, às 09:00 horas. Do que para constar lavro o presente termo. Boa Vista, 13.02.04. Ricardo Chelotti, Analista Judiciário. Adv - Christianne Conzaes Leite, Roberto Guedes Amorim.

00147 - 001003068157-0

Requerente: K.M.S.R.

Requerido: F.C.C.N. => DESPACHO: Digam as partes, sobre resultado do exame de DNA acostado aos autos. Após, ouça-se o ilustre representante do Ministério Público. Boa Vista, 06 de fevereiro de 2004. Paulo César Dias Menezes, Juiz de Direito Titular da 7A Vara Cível. Adv - Terezinha Muniz de Souza Cruz.

00148 - 001004076278-2

Requerente: N.G.S.B.

Requerido: W.P.C. => DESIGNAÇÃO: Em atendimento ao respeitável despacho de fl. 10, designo o dia 28.04.04, às 09:15 horas. Do que para constar lavro o presente termo. Boa Vista, 13.02.04. Ricardo Chelotti, Analista Judiciário. Adv - Jaildo Peixoto da Silva.

NOTIFICAÇÃO/INTERPELAÇÃO

00149 - 001003068681-9

Requerente: H.V.G.

Requerido: G.G.M. => DECISÃO: Segredo de Justiça. 1. Lavre-se o termo de reconhecimento, na forma do art. 2º, §3º, do Lei n. 8.560/92, assim anotado: “§3º - No caso do suposto pai conformar expressamente a paternidade, será lavrado termo de reconhecimento, e remetida certidão ao oficial do registro, para a devida averbação”. 2. Como não houve manifestação em torno de como ficará o nome da criança, tenho de ser H.G.M. 3. Após expedido o ofício e informado seu efetivo cumprimento, em dez dias, arquivem-se, com baixa na distribuição. 4. Intimem-se os pais pessoalmente sobre esta decisão. Se não encontradas, dê-se cumprimento à última parte do item 3 supra incontinenti. Boa Vista, 13 de fevereiro de 2004. Paulo César Dias Menezes, Juiz de Direito Titular da 7A Vara Cível. Adv - Cleusa Lúcia de Souza Lima.

RECONHECIM. UNIÃO ESTÁVEL

00150 - 001003074944-3

Autor: A.Z.A.

Réu: E.E.M.D. => DESPACHO: Segredo de Justiça. Designe-se data para audiência de conciliação, conforme cota ministerial de fl. 20v. Cite-se/Intime-se. Demais intimações necessárias. Boa Vista, 10 de fevereiro de 2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - Antônio Cláudio de Almeida.

00151 - 001004078152-7

Autor: M.C.N.A.

Réu: J.C.A. => DESIGNAÇÃO: Em atendimento ao respeitável despacho de fl. 23, designo o dia 22.04.04, às 09:30 horas. Do que para constar lavro o presente termo. Boa Vista, 12.02.04. Ricardo Chelotti, Analista Judiciário. Adv - Denise Abreu Cavalcanti.

REVISIONAL DE ALIMENTOS

00152 - 001001008738-4

Requerente: L.Q.A.

Requerido: L.G.A. => DSPACHO: Intime-se o(a) autor(a), pessoalmente, para, em 48 horas, dar andamento ao feito, sob pena de extinção. Se for o caso, intime-se por edital, caso esteja em local incerto e não sabido para o mesmo fim. Boa Vista, 06 de fevereiro de 2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - Rosângela Pereira de Araújo, Emira Latife Lago Salomão.

00153 - 001002033240-8

Requerente: R.L.S.F.

Requerido: G.F.N.F. => DESIGNAÇÃO: Em atendimento ao respeitável despacho de fl. 47, designo o dia 07.05.04, às 09:15 horas. Do que para constar lavro o presente termo. Boa Vista, 13.02.04. Ricardo Chelotti, Analista Judiciário. Adv - Emira Latife Lago Salomão.

00154 - 001003072357-0

Requerente: C.L.D.

Requerido: F.R.D. => FINAL DE DECISÃO: Posto isso, em consonância com o entendimento ministerial, indefiro o pleito de antecipação de tutela buscado na vestibular. Cite-se. Intimem-se. Boa Vista, 13 de fevereiro de 2004. Paulo César Dias Menezes, Juiz de Direito Titular da 7A Vara Cível. Adv - Neusa Silva Oliveira.

SEPARAÇÃO CONSENSUAL

00155 - 001003073852-9

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2829 Boa Vista-RR, 18 de fevereiro de 2004.

Requerente: H.M.S. e outros => DESIGNAÇÃO: Em atendimento ao respeitável despacho de fl. 18, designo o dia 19.04.04, às 09:00 horas. Do que para constar lavro o presente termo. Boa Vista, 13.02.04. Ricardo Chelotti, Analista Judiciário. Adv - Jorge da Silva Fraxe.

SEPARAÇÃO LITIGIOSA

00156 - 001002037822-9

Requerente: N.C.S.

Requerido: V.L.C. => DESIGNAÇÃO: Em atendimento ao respeitável despacho de fl. 37, designo o dia 06.05.04, às 09:15 horas. Do que para constar lavro o presente termo. Boa Vista, 13.02.04. Ricardo Chelotti, Analista Judiciário. Adv - Maria Emília Brito Silva Leite.

00157 - 001003057935-2

Requerente: A.A.S.

Requerido: M.D.A.S. => FINAL DE SENTENÇA: Posto isso, atendendo ao pleito de fl. 177/180, determino, em consonância com o parecer ministerial, partilhe o autor o valor dos aluguéis relativos aos imóveis descritos às fls. 93, 94 e 95 no montante de 50% par depósito em nome da requerida, no Banco Itaú, agência n. 1352, conta corrente n. 18914-4. O depósito deverá ocorrer com tolerância de até cinco dias após o vencimento da obrigação locatícia mensal. Tal obrigação se entenderá até ulterior deliberação deste Juízo ou até o término da demanda, mediante o advento de decisão de mérito com respeito à partilha. Indefiro, assim, o pedido de ofício às pessoas dos locatários, por esses serem pessoas estranhas ao objeto desta lide. Designe-se, com urgência, data para realização de audiência de instrução e julgamento. Advirto, de logo, a parte requerida que qualquer tentativa de procrastinação do feito, poderá levar à revogação desta medida. Boa Vista, 10 de fevereiro de 2004. Paulo César Dias Menezes, Juiz de Direito Ti tular da 7A Vara Cível. Adv - Hindenburgo Alves de O. Filho, Margarida Beatriz Oruê Arza.

8A VARA CÍVEL

Expediente de 16/02/2004

JUIZ(A) TITULAR:

Cesar Henrique Alves

PROMOTOR(A) :

Luiz Antonio Araújo de Souza

ESCRIVÃO(Ã) :

Eliana Palermo Guerra

EXECUÇÃO FISCAL

00160 - 001001009332-5

Exeqüente: O Estado de Roraima

Executado: Andrade e Braga Ltda e outros => Custas executado aguardando pagamento. Prazo de 005 dia(s). Aguarde-se o pagamento de custas pelo executado no prazo de 5 dias. Adv - Paulo Marcelo A. Albuquerque, Geralda Cardoso de Assunção .

00161 - 001001009501-5

Exeqüente: O Estado de Roraima

Executado: Brasferro Com e Ind Imp e Exp Ltda => Custas executado aguardando pagamento. Prazo de 005 dia(s). Aguarde-se o pagamento de custas pelo executado no prazo de 5 dias. Adv - Paulo Marcelo A. Albuquerque.

00162 - 001001009748-2

Exeqüente: O Estado de Roraima

Executado: Cic Construção Indústria e Comércio Ltda e outros => Aguarda Preparo do Cartório: mandado. Defiro, devendo o Srº. oficial agir com as cautelas necessárias (fls.40-v). BV, 16/02/04. César Henrique Alves-Juiz de Direito. Adv - Paulo Marcelo A. Albuquerque.

00163 - 001002043157-2

Exeqüente: O Estado de Roraima

Executado: Ca Rocha e outros => Custas executado aguardando pagamento. Prazo de 005 dia(s). Aguarde-se o pagamento de custas pelo executado no prazo de 5 dias. Adv - Paulo Marcelo A. Albuquerque, Geralda Cardoso de Assunção .

1A VARA CRIMINAL

Expediente de 16/02/2004

JUIZ(A) TITULAR:

Leonardo Pache de Faria Cupello

PROMOTOR(A) :

Ademir Teles Menezes

Carlos Paixão de Oliveira

Cláudia Parente Cavalcanti

João Xavier Paixão

ESCRIVÃO(Ã) :

Ronaldo Barroso Nogueira

ESCREVENTE PAUTA :

Cezar da Silva Carneiro Júnior

Márcia Andréa de Souza Santos

CRIME C/ PESSOA - JÚRI

00242 - 001001010170-6

Réu: Gunsiley Rossy Pinto Ferreira e outros => FINAL DE SENTENÇA: Ante o exposto e com fulcro no art.107,I, do Código Penal e nos arts.61 e 62 do Código de Processo Penal, julgo extinta a punibilidade de FÁBIO CARDOSO DA SILVA. Transitada em julgado a presente sentença, proceda-se com as anotações, comunicações e baixas de praxe. Providencie o Cartório, ainda, cópia da certidão em papel comum. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Boa Vista/RR, sexta-feira, 13 de fevereiro de 2004. Breno Jorge Portela Silva Coutinho. Juiz Substituto. Adv - Paulo Afonso de S. Andrade.

00243 - 001001010507-9

Réu: João Neudson Mineiro Azevedo => DESPACHO: Arquive-se. Dê-se as baixas pertinentes. Leonardo Pache de Faria Cupello. Juiz de Direito Titular. Adv - Mamede Abrão Netto.

00244 - 001001010579-8

Réu: Raimundo Barbosa da Silva => DESPACHO: Designe-se nova data e horário para a realização da Assentada citada às fls.80 c/urgência. Façam-se as intimações pertinentes. Leonardo Pache de Faria Cupello. Juiz de Direito Titular. Adv - Alci da Rocha.

00245 - 001001010763-8

Réu: Juscelino Braga => ATA DE DELIBERAÇÃO: 1. Que a DPE desiste das testemunhas de defesa ainda não ouvidas. Que homologo essa desistência
2. A fase das alegações finais, primeiramente ao MP e após à DPE para oferecer suas alegações no prazo legal, porém antes disso, acoste-se os antecedentes criminais do acusado em âmbito federal e estadual, respectivamente. Leonardo Pache de Faria Cupello. Juiz de Direito Titular. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00246 - 001001010785-1

Réu: Antônio César Júnior => ATA DE DELIBERAÇÃO: 1. Que o MP requer a substituição da testemunha Valdir de Oliveira Sena pela testemunha Valdeniza de Oliveira Sena. Defiro o ora pedido. 2. Que o MP insiste na oitiva da testemunha Verônica de Oliveira Sena e que a mesma seja intimada com o auxílio da vítima. Que defiro o ora pedido e portanto, designe-se nova data para realização da Assentada de testemunhas de acusação. Façam-se as intimações pertinentes. 3. Translade-se os documentos cedidos pela vítima e que informa que o acusado teria falecido e acoste-se nos autos dando-se vista ao MP e a DPE. Leonardo Pache de Faria Cupello. Juiz de Direito Titular. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00247 - 001001010877-6

Réu: Jose Rodrigues da Silva => ATA DE DELIBERAÇÃO: 1. Ao Ministério Público para se manifestar sobre a certidão supra, se insiste, desiste ou pretende substituir as testemunhas, no prazo de cinco dias. Leonardo Pache de Faria Cupello. Juiz de Direito Titular. Adv - José Fábio Martins da Silva.

00248 - 001003065896-6

Réu: Amadeu Lima => FINALIDADE: Intimar os Advogados para oferecerem as Alegações Finais, no prazo legal. Adv - Josenildo Ferreira Barbosa, Josimar Santos Batista.

00249 - 001003068258-6

Réu: José Roberto Batista Pereira => Intimação do advogado, inscrito na OAB sob número 000190RR para devolução dos autos ao Cartório no prazo de 24 horas, sob pena de busca e apreensão e de ser oficiado à OAB/RR. Adv - Moacir José Bezerra Mota.

2A VARA CRIMINAL

Expediente de 16/02/2004

JUIZ(A) TITULAR:
Alcir Gursen de Miranda
PROMOTOR(A) :
Isaias Montanari Júnior
ESCRIVÃO(Ã) :
Djacir Raimundo de Sousa

CRIME DE TÓXICOS

00251 - 001001011002-0

Réu: Vicente Alexandre dos Santos => DESPACHO: Vistos, em Inspeção, Expedientes necessários. Comarca de Boa Vista (RR) em 17/JUN/2003. Gursen De Miranda - Juiz de Direito Titular da 2A Vara Criminal. AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA O DIA 02.04.2004, às 11h. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00252 - 001001011113-5

Réu: Genivaldo Coelho de Barros => AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA O DIA 30.04.2004, às 09h. Adv - Ednaldo Gomes Vidal.

00253 - 001001011145-7

Réu: Waldimir Ferreira Coqueiro => DESPACHO: Atenda-se. Comarca de Boa Vista (RR) em 15/JAN/2004. Breno Coutinho - Juiz de Direito em substituição na 2A Vara Criminal. AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA O DIA 14.04.2004, às 11h. Adv - Euflávio Dionísio Lima.

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2829 Boa Vista-RR, 18 de fevereiro de 2004.

00254 - 001001011172-1

Réu: José Raimundo Nascimento Braga => DESPACHO: Vistos, em Inspeção, Expedientes necessário. Comarca de Boa Vista (RR) em 17/JUN/2003. Gursen De Miranda - Juiz de Direito Titular da 2A Vara Criminal. AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA O DIA 12.04.2004, às 11h. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00255 - 001001011188-7

Réu: Valdinevar Soares Moraes e outros => AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA O DIA 07.04.2004, às 11h. Adv - Euflávio Dionísio Lima.

00256 - 001001011291-9

Réu: Albalene Castro Pereira => DESPACHO: Vistos, em Inspeção, Designe-se data próxima. Comarca de Boa Vista (RR) em 17/JUN/2003. Gursen De Miranda - Juiz de Direito Titular da 2A Vara Criminal. AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA O DIA 05.04.2004, às 11h. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00257 - 001001011403-0

Réu: Maria de Fátima Ribeiro dos Santos => DESPACHO: Vistos, em Inspeção, Expedientes necessário. Comarca de Boa Vista (RR) em 17/JUN/2003. Gursen De Miranda - Juiz de Direito Titular da 2A Vara Criminal. AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA O DIA 23.04.2004, às 09h. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00258 - 001001011411-3

Réu: Sigríde Jaqueline Magalhães Assem => DESPACHO: Vistos, em Inspeção, Expedientes necessário. Comarca de Boa Vista (RR) em 17/JUN/2003. Gursen De Miranda - Juiz de Direito Titular da 2A Vara Criminal. AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA O DIA 19.04.2004, às 11h. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00259 - 001001011414-7

Réu: José Santos Sobral e outros => Audiência ADIADA para o dia 19/05/2004 às 09:00 horas. Adv - José Fábio Martins da Silva.

00260 - 001001011425-3

Réu: Margarida do Nascimento Lima => DESPACHO: Vistos, em Inspeção, Designe-se data próxima
Intime-se. Comarca de Boa Vista (RR)
em 14/JUN/2003. Gursen De Miranda - Juiz de Direito Titular da 2A Vara Criminal. AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA O DIA 26.04.2004, às 09h. DESPACHO: Vistos, em Inspeção, Designe-se data próxima
Intime-se. Comarca de Boa Vista (RR)
em 14/JUN/2003. Gursen De Miranda - Juiz de Direito Titular da 2A Vara Criminal. AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA O DIA 26.04.2004, às 09h. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00261 - 001001011443-6

Réu: Ailton Pereira dos Santos => DESPACHO: Vistos, em Inspeção, Expedientes necessário. Comarca de Boa Vista (RR) em 17/JUN/2003. Gursen De Miranda - Juiz de Direito Titular da 2A Vara Criminal. AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA O DIA 12.04.2004, às 09h. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00262 - 001001011458-4

Réu: Vanisia Anna Francisco e outros => DESPACHO: Designe-se data
Intime-se. Comarca de Boa Vista (RR)
em 03 de fevereiro de 2004. Gursen De Miranda - Juiz de Direito Titular da 2A Vara Criminal. AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA O DIA 28.04.2004, às 11h. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00263 - 001001011526-8

Réu: Nelizia de Souza Veras => DESPACHO: Vistos, em Inspeção, Expedientes necessário. Comarca de Boa Vista (RR) em 17/JUN/2003. Gursen De Miranda - Juiz de Direito Titular da 2A Vara Criminal. AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA O DIA 02.04.2004, às 11h. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00264 - 001001011583-9

Réu: Osman Vieira => DESPACHO: Designe-se data
Intimem-se como requerido pelo MP, às fls. 134v,
Comarca de Boa Vista (RR)
em 11 de fevereiro de 2004. Gursen De Miranda - Juiz de Direito Titular da 2A Vara Criminal. AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA O DIA 28.04.2004, às 09h. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00265 - 001001011796-7

Réu: Raimundo Rodrigues Veloso => DESPACHO: Vistos, em Inspeção, Expedientes necessário. Comarca de Boa Vista (RR) em 17/JUN/2003. Gursen De Miranda - Juiz de Direito Titular da 2A Vara Criminal. AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA O DIA 19.04.2004, às 09h. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00266 - 001001011882-5

Réu: João Anastácio e outros => DESPACHO: Vistos, em Inspeção, Expedientes necessários. Comarca de Boa Vista (RR) em 17/JUN/2003. Gursen De Miranda - Juiz de Direito Titular da 2A Vara Criminal. AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA O DIA 05.04.2004, às 11h. Adv - Wellington Alves de Lima, Elidoro Mendes da Silva.

00267 - 001001011890-8

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2829 Boa Vista-RR, 18 de fevereiro de 2004.

Réu: Márcio Teixeira dos Santos => AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA O DIA 23.04.2004, às 11h. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00268 - 001001011892-4

Réu: Marcos Gomes da Silva => DESPACHO: Vistos, em Inspeção, Cumpra-se Cota Ministerial de fls. 164v

Designa-se data

intime-se. Comarca de Boa Vista (RR)

em 14/JUN/2003. Gursen De Miranda - Juiz de Direito Titular da 2A Vara Criminal. AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA O DIA 26.04.2004, às 11h. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00269 - 001001011964-1

Réu: Luiz Alberto Nonato de Araújo => AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA O DIA 30.04.2004, às 11h - DESPACHO: Vistos, em Inspeção, designe-se data

Homologo a desistência da Testemunha Waldemir de S. Lima

Reitere-se ofício de fls. 274. Comarca de Boa Vista (RR)

em 14/JUN/2003. Gursen De Miranda - Juiz de Direito Titular da 2A Vara Criminal. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00270 - 001001011972-4

Réu: Maria Ghoretti Lopes => DESPACHO: Vistos, em Inspeção, Expedientes necessário. Comarca de Boa Vista (RR)

em 17/JUN/2003. Gursen De Miranda - Juiz de Direito Titular da 2A Vara Criminal. AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA O DIA 16.04.2004, às 11h. Adv - Elidoro Mendes da Silva.

00271 - 001002021095-0

Réu: Robson Crozué Ferreira de Lima => DESPACHO: Vistos, em Inspeção, Expedientes necessários. Comarca de Boa Vista (RR)

em 17/JUN/2003. Gursen De Miranda - Juiz de Direito Titular da 2A Vara Criminal. AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA O DIA 16.04.2004, às 09h. Adv - Clóvis Moreira Pinto.

00272 - 001002044936-8

Réu: Fabio Junior Gonçalves Frazão => AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA O DIA 07.04.2004, às 11h. Adv - Euflávio Dionísio Lima.

00273 - 001003062934-8

Réu: Gilson da Silva Araujo => FINAL DE DECISÃO: Desta forma, em face do exposto, recebo a denúncia em desfavor de GILSON DA SILVA ARAÚJO, dando -o como incurso nas sanções previstas no artigo 12 caput da Lei 6.368/76, (Proc. 0010 03 062934-8)

Designa o cartório audiência de instrução e julgamento. Intimem-se o acusado, a defesa e as testemunhas. Notifique-se o Ministério Público. Comarca de Boa Vista (RR)

em 10 de fevereiro de 2004. Gursen De Miranda - Juiz de Direito Titular da 2A Vara Criminal. AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA O DIA 14.04.2004, às 11h Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00274 - 001003068619-9

Réu: Edmilson de Lemos Alberto => Aguarda trânsito em julgado. Prazo de 005 dia(s). Adv - Evamar Mesquita de Figueiredo.

00275 - 001004078372-1

Indiciado: M.R.M. e outros => DESPACHO: Com razão o MP, às fls. 220-221

Não existem atos decisórios nos presentes autos que inpeção a ratificação

Ratifico todos os atos nos autos (fls. 02-198)

Enc. alegações finais

Int. BV.RR

em 13.Fev.2004. Gursen De Miranda - Juiz de Direito. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

3A VARA CRIMINAL

Expediente de 16/02/2004

JUIZ(A) TITULAR:

Euclides Calil Filho

PROMOTOR(A) :

Ricardo Fontanella

ESCRIVÃO(Ã) :

Nazaré Daniel Duarte

EXECUÇÃO DE PENA

00276 - 001003064529-4

Apenado: Marilda Martins de Almeida => Decisão:“Defiro cota ministerial de fls. 93, com supedâneo nas razões ali invocadas. Proceda-se como requerido. Defiro pedido de fl 71, que requer seja designada audiência. Boa Vista-RR, 13/02/04 (a) Euclides Calil Filho, Juiz de Direito da 3A Vara Criminal/RR“. Adv - Ronnie Gabriel Garcia.

EXECUÇÃO PENAL

00277 - 001003069948-1

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2829 Boa Vista-RR, 18 de fevereiro de 2004.

Sentenciado: Jorge Luiz Reis de Oliveira => Decisão: “Quanto à Saída Temporária, o período solicitado já foi ultrapassado, portanto, INDEFIRO o respectivo pedido. Quanto à petição de fls. 10 e 11, trata-se de pedido de transferência. Dessa forma, extraíam-se cópias de fls. 10,11 e 12 e autuem-se em em apartado como pedido de transferência para que nos autos a serem formados seja aberta vista ao MP. I. BV/RR, 13/02/04. (a) Euclydes Calil Filho, Juiz de Direito na 3A V. Cr/RR.” Adv - Francisco Alves Noronha.

00278 - 001003069972-1

Sentenciado: Kriguerson Diniz Batistot => Decisão: “...PELO EXPOSTO, julgo IMPROCEDENTE o pedido de SAÍDA TEMPORÁRIA formulado pelo Condenado acima indicado ...Uma vez certificado o trânsito em julgado, após os procedimentos de praxe e com as cautelas legais, arquivem-se os autos com baixa as distribuição. Publique -se. Registre-se. Intimem-se. Boa Vista/RR, 13/02/04 (a) Euclydes Calil Filho, Juiz de Direito da 3A V.CR/RR”. Adv - Ronnie Gabriel Garcia.

SOLICITAÇÃO - CRIMINAL

00279 - 001001012679-4

Réu: Diversos Detentos => decisão: “Defiro cota ministerial de fls.86, que requer o traslado de cópia integral deste procedimento à Corregedoria Geral da Polícia Civil, com supedâneo nas razões ali invocadas. Proceda-se como requerido. Requesitem-se a abertura de inquérito policial como requerido às fls. 86. I. Boa Vista-RR, 13/02/04 (a) Euclydes Calil Filho, Juiz de Direito da 3A Vara Criminal/RR”. Adv - Ronnie Gabriel Garcia.

00280 - 001002037609-0

Autor: Cideval Coelho Souza => Decisão: “Defiro cota ministerial de fls. 63v, que pugna pela expedição de mandado de prisão, com supedâneo nas razões ali invocadas. Proceda-se como requerido. Boa Vista-RR, 13/02/04 (a) Euclydes Calil Filho, Juiz de Direito da 3A Vara Criminal/RR”. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00281 - 001002051453-4

Réu: José Rodrigues de Souza => DEcisão: “Defiro cota ministerial de fls. 152, que pugna seja oficiado a 2A Vara Criminal, com supedâneo nas razões ali invocadas. Proceda-se como requerido. Boa Vista-RR, 13/02/04 (a) Euclydes Calil Filho, Juiz de Direito da 3A Vara Criminal/RR”. Adv - Ronnie Gabriel Garcia.

00282 - 001002055580-0

Autor: Conselho Penitenciário de Roraima => Decisão: “Defiro cota ministerial de fls. 52, que pugna seja oficiado o TJ para que envie cópia de decisão do incidente de sanidade (autos nº02/038128-0), com supedâneo nas razões ali invocadas. Proceda -se como requerido. Boa Vista-RR, 13/02/04 (a) Euclydes Calil Filho, Juiz de Direito da 3A Vara Criminal/RR”. Adv - Ronnie Gabriel Garcia.

00283 - 001003065581-4

Autor: Waldimir Ferreira Coqueiro => Decisão: “Não obstante o parecer favorável de fl. 13, o deferimento do pleito geraria um precedente que não é recomendado, uma vez que todos os presos provisórios também poderiam requerer suas transferência para a PAMC. Assim, Indefero o pedido de fl. 02. I. BV/RR, 13/02/04. (a). Euclydes Calilo Filho, Juiz de Direito na 3A V. Cr/RR.” Adv - Ademir Teles de Menezes.

00284 - 001003067669-5

Autor: José Airton Lima Martins => Decisão: “Defiro cota ministerial de fls. 13v, que pugna seja solicitada documentos (carta precatória de citação e soltura) via fax, com supedâneo nas razões ali invocadas. Proceda-se como requerido. Boa Vista-RR, 13/02/04 (a) Euclydes Calil Filho, Juiz de Direito da 3A Vara Criminal/RR”. Adv - Ronnie Gabriel Garcia.

00285 - 001003069215-5

Autor: Pedro Emiliano Garcia => DEcisão: “Defiro cota ministerial de fls. 13v, que pugna pela expedição de carta precatória, com supedâneo nas razões ali invocadas. Proceda-se como requerido. Boa Vista-RR, 13/02/04 (a) Euclydes Calil Filho, Juiz de Direito da 3A Vara Criminal/RR”. Adv - Luiz Eduardo Silva de Castilho.

00286 - 001003071166-6

Autor: Juízo de Direito da 3A Vara Criminal da Com de Boa Vista Rr

Réu: Vera Lucia da Silva => Decisão: “Defiro cota ministerial de fls. 93 , com supedâneo nas razões ali invocadas. Proceda-se como requerido. Arquivem-se com baixa na distribuição.a Boa Vista-RR, 13/02/04 (a) Euclydes Calil Filho, Juiz de Direito da 3A V. Cr/RR.” Adv - Ronnie Gabriel Garcia.

00287 - 001003075350-2

Réu: Francisco de Lima => Decisão: “...Defiro o pedido de transferência do preso da Cadeia Pública de Boa Vista/RR para a Penitenciária Agrícola de Monte Cristo/RR. Comunique -se aos estabelecimentos penais quanto à transferência. Após, remeta-se os autos à 2A Vara Criminal para a apreciação dos demais pedidos. I. Boa Vista/RR, 13/02/04. (a) Euclydes Calil, Filho, Juiz de Direito da 3A V. Cr/RR.” Adv - Evamar Mesquita de Figueiredo.

4A VARA CRIMINAL

Expediente de 16/02/2004

JUIZ(A) TITULAR:
Jésus Rodrigues do Nascimento
PROMOTOR(A) :
Carla Cristiane Pipa
ESCRIVÃO(Ã) :

Francivaldo Galvão Soares

CRIME C/ ADMIN. PÚBLICA

00288 - 001003068150-5

Réu: Vera Lucia da Silva => ...Diante do exposto, julgo improcedente a pretensão punitiva estatal para absolver VERA LÚCIA DA SILVA, da acusação de cometimento do delito previsto no artigo 351, §3º, do Código Penal com amparo no artigo 386, III, do Código de Processo Penal.(...) Transitada em julgado, procedam-se às comunicações devidas e arquivem-se com as cautelas legais. P.R.I. Boa Vista, 16 de fevereiro de 2004. Dr. Marcelo Mazur Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME C/ COSTUMES

00289 - 001002023941-3

Réu: João Neri Moraes => Intimação Ordenado(a) - audiência para oitiva das testemunhas arroladas pela acusação/defesa designada para o dia 19/03/2004 às 11:30 horas. Adv - Francisco de Assis G. Almeida, Helder Figueiredo Pereira.

CRIME C/ PATRIMÔNIO

00290 - 001003069141-3

Réu: Jean Carlos Barreto Lima => Audiência de oitiva do rol de defesa designada para o dia 09-03-2004 às 10:00 horas. Adv - Agenor Veloso Borges.

CRIME C/ PESSOA

00291 - 001001013560-5

Réu: Antônio Flávio Gomes => ... Isto posto, declaro extinta a punibilidade de ANTONIO FLÁVIO GOMES, nos termos do art. 107, IV, do Código Penal. P.R.I, após o trânsito em julgado, arquite-se dando-se as baixas devidas. Boa Vista, 16 de fevereiro de 2004. Dr. Jéus Rodrigues do Nascimento Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

5A VARA CRIMINAL

Expediente de 16/02/2004

JUIZ(A) TITULAR:

Antônio Augusto Martins Neto

PROMOTOR(A) :

Janaína Carneiro Costa Menezes

ESCRIVÃO(Ã) :

Álvaro de Oliveira Júnior

Moisés Duarte da Silva

CRIME C/ ADMIN. PÚBLICA

00292 - 001002025493-3

Réu: Antonio Milton Miranda => FINALIDADE: Intimar o advogado do réu para, que em 03(três)dias, informar o endereço atual da testemunha de defesa ou substituí-la. Adv - Roberto Guedes Amorim.

00293 - 001002027345-3

Réu: Renato Queiroz da Silva => FINAL DE DECISÃO:“(...) HOMOLOGO a proposta acima e SUSPENDO O CURSO DO PROCESSO, submetendo o Acusado a um período de prova de dois anos, nas condições acima verificadas. Fica o acusado ciente do disposto nos §3º e 4º do art. 89 da lei 9.099/95. Saem as partes intimadas. Mantenham-se os autos em arquivo específico para o acompanhamento do ‘sursis processual’. Requisite-se FAC do acusado semestralmente.” Boa Vista-RR, 13 de fevereiro de 2004. Dr. Antônio Augusto Martins Neto - Juiz de Direito. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

JUSTIÇA MILITAR

Expediente de 16/02/2004

JUIZ(A) TITULAR:

Leonardo Pache de Faria Cupello

PROMOTOR(A) :

Carlos Paixão de Oliveira

João Xavier Paixão

ESCRIVÃO(Ã) :

Ronaldo Barroso Nogueira

ESCREVENTE PAUTA :

Cezar da Silva Carneiro Júnior

Márcia Andréa de Souza Santos

CRIME C/ PESSOA

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2829 Boa Vista-RR, 18 de fevereiro de 2004.

00250 - 001003074931-0

Réu: Severino Gomes Coelho => DESPACHO: Recebo o aditamento, dando o acusado como incurso nas sanções dos arts.157, § 3º e 209, “caput”, c/c o art.79, todos do CPM. Intimem-se o réu. Junte-se. Designe-se data para o rol da Defesa. Breno Jorge Portela Silva Coutinho. Juiz Substituto. Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 17/03/2004 às 09:00 horas. Adv - Francisco de Assis Guimarães Almeida.

JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Expediente de 16/02/2004

JUIZ(A) TITULAR:
Graciete Sotto Mayor Ribeiro
PROMOTOR(A) :
Jeanne Christhine Fonseca Sampaio
Luiz Carlos Leitão Lima
Márcio Rosa da Silva
ESCRIVÃO(Ã) :
Cláudia Luiza Pereira Nattrodt
Walter Menezes

ACÇÃO SÓCIO-EDUCATIVA

00002 - 001003057575-6

Infrator: A.A.L. => Desta forma homologo por sentença a remissão proposta pelo Ministério Público, a ser cumprida quando da sua saída do estabelecimento prisional, ao então adolescente A.A.L., extinguindo consequentemente o presente feito, com julgamento de mérito, aplico ainda a medida sócioeducativa de Liberdade Assistida, na forma dos artigos 118 e 119 do ECA, o adolescente fica cientificado de que o descumprimento da medida ora aplicada, ensejará em sancionatória de internação. Após a comunicação da concessão da liberdade ao representado, expeça-se a carta de execução para formação do respectivo processo. Após o trânsito em julgado lance-se o nome do adolescente no livro competente de remissão c/c medida sócioeducativa e arquite-se dando-se as baixas legais. Anote-se. Custas pelo Estado. P.R. Boa Vista/RR, 16 de fevereiro de 2004 (o) Parima Dias Veras - Juiz Substituto do Juizado da Infância e da Juventude. Adv - Evamar Mesquita de Figueiredo.

GUARDA C/C PEDIDO LIMINAR

00003 - 001003062149-3

Requerente: R.P.N. e outros

Requerido: D.O.L. => Pelo exposto com fundamento no art. 84 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), decido DEFERIR o pedido de autorização para Viagem ao Exterior, com o fim de autorizar A.O.L. a viajar na companhia de seus guardiães/requerentes R.P.N. e S.W.N. para ilha de Margarita na Venezuela, no período de 16 de fevereiro a 03 de março de 2004. Expeça-se o Termo de autorização de viagem ao exterior. Oficie-se ao Departamento da Polícia federal para emissão do respectivo passaporte. Sem Custas. P.R.I. Boa Vista/RR, 16 de fevereiro de 2004 (o) Parima Dias Veras - Juiz Substituto do Juizado da Infância e da Juventude. Adv - Josué dos Santos Filho.

INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA

00004 - 001002053801-2

Terceiro: E.C.B. e outros

Réu: H.J. => Pelo exposto, em consonância com o parecer ministerial, decido extinguir o presente feito, com julgamento do mérito, com base no art. 794, inciso I, do Código de Processo Civil Brasileiro. Sem Custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Boa Vista/RR, 13 de fevereiro de 2004 (o) Parima Dias Veras - Juiz Substituto do Juizado da Infância e da Juventude. Adv - Alci da Rocha.

COMARCA DE BOA VISTA

JUIZADOS ESPECIAIS

ÍNDICE POR ADVOGADOS

000048RR-B =>00052
000101RR-B =>00058
000110RR-B =>00047, 00049
000112RR-B =>00054
000118RR =>00058
000157RR-B =>00051
000187RR =>00054
000188RR-B =>00060
000197RR-A =>00054
000212RR =>00056
000223RR-A =>00047, 00049
000236RR =>00053
000281RR =>00055

000337RR =>00055, 00057
000352RR =>00056

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

1º JUIZADO CÍVEL

Juiz(íza): Tânia Maria Vasconcelos D de Souza Cruz

COMINATÓRIA OBRIG. FAZER

00001 - 001004077869-7

Requerente: Izaías Sabino de Souza; Requerido: Cesar Lopes Gomes => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Valor da Causa: R\$ 2.000,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00002 - 001004077874-7

Requerente: Antonio Marcio Lima da Costa; Requerido: Francisco Duarte Dias => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Valor da Causa: R\$ 1.500,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO

00003 - 001004077873-9

Requerente: Juvenal Costa da Cruz; Requerido: Lucivaldo de Oliveira Silva => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Valor da Causa: R\$ 800,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

MONITÓRIA

00004 - 001004077875-4

Autor: Marinete Ribeiro Costa; Réu: Laura de Fatima F do Nascimento => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Valor da Causa: R\$ 279,31. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

2º JUIZADO CÍVEL

Juiz(íza): Erick Cavalcanti Linhares Lima

HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO

00005 - 001004077870-5

Requerente: Osvaldo Batista Costa; Requerido: Lurdes Pereira do Nascimento => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Valor da Causa: R\$ 800,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00006 - 001004077879-6

Requerente: Antonio Santos da Silva; Requerido: Roberto Ciro Silva Amaral => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Valor da Causa: R\$ 1.000,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

MONITÓRIA

00007 - 001004077868-9

Autor: Ana Lucia Carneiro Soares; Réu: Marlete da Silva => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Valor da Causa: R\$ 529,36. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

3º JUIZADO CÍVEL

Juiz(íza): Elaine Cristina Bianchi

AÇÃO DE COBRANÇA

00008 - 001004077867-1

Autor: José de Arimatéia Albuquerque da Silva; Réu: Rubens de Tal => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Valor da Causa: R\$ 740,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

COMINATÓRIA OBRIG. FAZER

00009 - 001004077871-3

Requerente: Joao Rodolfo Astmann; Requerido: Joel Ferreira => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Valor da Causa: R\$ 996,41. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

INDENIZAÇÃO

00010 - 001004077478-7

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2829 Boa Vista-RR, 18 de fevereiro de 2004.

Autor: Alessandro Andrade Lima; Réu: Boa Vista Energia S/A => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Valor da Causa: R\$ 2.550,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00011 - 001004077877-0

Autor: Eduardo Henrique Halt; Réu: Ana Cristina de Andrade Silva => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Valor da Causa: R\$ 3.166,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

RESCISÃO/RESTITUIÇÃO

00012 - 001004077872-1

Requerente: F M L Neto-me; Requerido: Telesite do Brasil Editora Ltda => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Valor da Causa: R\$ 4.200,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

1º JUIZADO CRIMINAL

Juiz(íza): Tânia Maria Vasconcelos D de Souza Cruz

CRIME C/ ADMIN. PÚBLICA

00013 - 001003075153-0

Indiciado: A.A.S. => Transferência Realizada em 16/02/2004. **AVERBADO** Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME C/ MEIO AMBIENTE

00014 - 001004077860-6

Indiciado: A.P.B. => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00015 - 001004077866-3

Indiciado: J.C.E. => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME C/ PESSOA

00016 - 001004077555-2

Indiciado: M.C.M. => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado (s) cadastrado(s).

00017 - 001004077557-8

Indiciado: Z.S.S. => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00018 - 001004077563-6

Indiciado: F.S. => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00019 - 001004077570-1

Indiciado: M.M.B. => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00020 - 001004077572-7

Indiciado: S.L.F. => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00021 - 001004077576-8

Indiciado: N.S.M. => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00022 - 001004077604-8

Indiciado: M.S.S.L. => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

2º JUIZADO CRIMINAL

Juiz(íza): Erick Cavalcanti Linhares Lima

CRIME C/ MEIO AMBIENTE

00023 - 001004077885-3

Indiciado: N.G.N. => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME C/ PESSOA

00024 - 001004077543-8

Indiciado: I.J.S. => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00025 - 001004077559-4

Indiciado: J.N.T. => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00026 - 001004077561-0

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2829 Boa Vista-RR, 18 de fevereiro de 2004.

Indiciado: M.N.S.A. => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00027 - 001004077569-3

Indiciado: F.B.S. => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME DA LEG.COMPLEMENTAR

00028 - 001003072093-1

Indiciado: A.V.B. => Nova Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

Juiz(íza): Marcelo Mazur

CRIME C/ PESSOA

00029 - 001004077547-9

Indiciado: M.J.G.L. => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00030 - 001004077565-1

Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. => Processo só possui vítima(s). Não há advogado(s) cadastrado(s).

3º JUIZADO CRIMINAL

Juiz(íza): Elaine Cristina Bianchi

CRIME C/ ADMIN. PÚBLICA

00031 - 001004077552-9

Indiciado: F.F.P. => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00032 - 001004077602-2

Indiciado: V.J.O.A. e outros => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME C/ MEIO AMBIENTE

00033 - 001004077862-2

Indiciado: A.P.B. => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00034 - 001004077864-8

Indiciado: V.G.S. => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00035 - 001004077881-2

Indiciado: E.E. => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00036 - 001004077883-8

Indiciado: E.T.E. => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME C/ PATRIMÔNIO

00037 - 001004077535-4

Indiciado: C.J.S. => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME C/ PESSOA

00038 - 001004077545-3

Indiciado: F.S.O. => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00039 - 001004077549-5

Indiciado: J.N.T.T. => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00040 - 001004077567-7

Indiciado: P.R.L.S. => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00041 - 001004077574-3

Indiciado: A.T.A. => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00042 - 001004077578-4

Indiciado: F.S.F. => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00043 - 001004077580-0

Indiciado: R.S.F. => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2829 Boa Vista-RR, 18 de fevereiro de 2004.

00044 - 001004077582-6

Indiciado: M.A.P. => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00045 - 001004077584-2

Indiciado: A.T.C. => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00046 - 001004077588-3

Indiciado: M.C.M. => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS

1º JUIZADO CÍVEL

Expediente de 16/02/2004

JUIZ(A) PRESIDENTE(A):
Tânia Maria Vasconcelos D de Souza Cruz
ESCRIVÃO(Ã) :
Flávio Dias de Souza Cruz Júnior

AÇÃO DE COBRANÇA

00047 - 001001017514-8

Autor: Mmc Behnck; Réu: Maíza Ferreira Valverdes Matia => DESPACHO:Diga o exequente sobre certidão de fls.134.Int.Boa Vista,05/02/04.(a)Elvo Pigari Júnior-Juiz de Direito Substituto
Milton César Pereira Batista, Mamede Abrão Netto.

Adv -

00048 - 001001017663-3

Autor: Elza Helena Gonçalves Bentes; Réu: Leila Maria Pereira Bananeira => DESPACHO:1º Leilão designado para 01/03/04 às 11:00
2º Leilão designado para 10/03/04 às 10:40 Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00049 - 001002026101-1

Autor: Consolata Batista Ferreira; Réu: Elizolete Trindade Monteiro => DESPACHO:Aguarde -se manifestação no arquivo.Boa Vista,05/02/04.(a) Elvo Pigari Júnior-Juiz de Direito Substituto Adv - Milton César Pereira Batista, Mamede Abrão Netto.

00050 - 001003066430-3

Autor: Raimundo Coelho da Fonseca; Réu: Benove Tavares Araujo => DESPACHO:1º Leilão designado para 01/03/04 às 10:40
2º Leilão designado para 10/03/04 às 10:20 Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00051 - 001004077390-4

Autor: Sergio Alberto Nascimento Melo; Réu: Unimed Boa Vista Cooperativa de Trabalho Médico => Despacho:Audiência de Conciliação designada para 18/03/04 às 11:00 Adv - Francisco de Assis Guimarães Almeida.

EXECUÇÃO

00052 - 001001017552-8

Exeqüente: José Iguatemi Souza Rosa; Executado: Adão Machado => DESPACHO:Diga o exequente sobre fls. 110 e fls 111. Int. Boa Vista,06/02/04.(a)Elvo Pigari Júnior-Juiz de Direito Substituto Adv - Jaildo Peixoto da Silva.

00053 - 001003064125-1

Exeqüente: Josué dos Santos Filho; Executado: Leonor Cabral Icassatti => DESPACHO:Diga o exequente sobre a certidão de fls 59.Int.Boa Vista,10/02/04.(a)Elvo Pigari Júnior-Juiz de Direito Substituto
Adv - Josué dos Santos Filho.

INDENIZAÇÃO

00054 - 001001001009-7

Autor: Walter Meneses; Réu: Dash Indústria e Comércio de Produtos Saneantes Ltda => DESPACHO:Requeira o exequente o que lhe for de direito.Int.Boa Vista,05/02/04.(a)Elvo Pigari Júnior-Juiz de Direito Substituto Adv - José Milton Freitas, Ednaldo Gomes Vidal, Antônio Cláudio Carvalho Theotônio.

00055 - 001003069483-9

Autor: Nelio Flavio da Silva Marques; Réu: Leal Transportes e Mudanças => DESPACHO:anote-se fls.37.Requeira o autor o que lhe for de Direito.Int.BV, 05/02/04.(a)Elvo Pigari Júnior-Juiz de Direito Substituto Adv - Rogenilton Ferreira Gomes, Miriam Di Manso.

00056 - 001004077215-3

Autor: Marta Noubre de Souza Leão; Réu: Consórcio Nacional Volkswagen Ltda => Despacho:Audiência de Conciliação designada para 17/03/04 às 12:00 Adv - Stélio Baré de Souza Cruz, Stélio Dener de Souza Cruz.

00057 - 001004077264-1

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2829 Boa Vista-RR, 18 de fevereiro de 2004.

Autor: Cleucivaldo Barbosa Damasceno; Réu: Josadak Veloso Ferreira e outros => DESPACHO:Audiência de Conciliação designada para 18/03/04 às 10:30 Adv - Rogenilton Ferreira Gomes.

MONITÓRIA

00058 - 001001017477-8

Autor: Humberto Tenison Ribeiro Bantim; Réu: L Falcão Silva => DESPACHO:Diga o exequente.Int.Boa Vista,10/02/04.(a)Elvo Pigari Júnior-Juiz de Direito Substituto Adv - Svirino Pauli, José Fábio Martins da Silva.

00059 - 001002054600-7

Autor: Alzira Arouche do Lago; Réu: Gerciney Queiroz => DESPACHO:1º Leilão designado para 01/03/04 às 10:20 2º Leilão designado para 10/03/04 às 10:00 Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

3º JUIZADO CÍVEL

Expediente de 16/02/2004

JUIZ(A) PRESIDENTE(A):

Elaine Cristina Bianchi

ESCRIVÃO(Ã) :

Alexandre Martins Ferreira

INDENIZAÇÃO

00060 - 001003072611-0

Autor: Manoel Norberto; Réu: Brasil Veículos Companhia de Seguros => Aguarda expedição de publicação. DESPACHO: Considerando a juntada dos documentos de fls. 138/143, intime-se o autor, via DPJ, para requerer o que lhe for de direito, prazo de dez dias. BV. 11/02/04 - LUIZ ALBERTO MORAIS JÚNIOR - Juiz de Direito. Adv - Marcos Antônio Demézio dos Santos.

**COMARCA DE BOA VISTA
TURMA RECURSAL**

ÍNDICE POR ADVOGADOS

000135RR-B =>00001; 000262RR =>00001;

TURMA RECURSAL

Relator(a): Rommel Moreira Conrado

APELAÇÃO CÍVEL

00001 - 001004076869-8

Apelante: Sul America Seguro de Vida; Apelado: Felipe Breno Jales Veras => Distribuição por Sorteio em 16/02/2004. Adv - Helaine Maise de Moraes, José Arivaldo de Azevedo.

5ª VARA CRIMINAL

MM. Juiz de Direito.

ANTONIO AUGUSTO MARTINS NETO

MM. Juiz de Direito Substituto

LIZANDRO GARCIA GOMES FILHO

Escrivão

Álvaro de Oliveira Júnior

Expediente do dia 17 de fevereiro de 2004

Para ciência e intimação das partes.

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. **ANTÔNIO AUGUSTO MARTINS NETO** , MM. Juiz de Direito da 5ª Vara Criminal, da Comarca de Boa Vista Estado de Roraima.

CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DE: CIRON SERRA BAÚ, brasileiro, solteiro, agente de polícia, natural de Boa Vista/RR, filho de Antônio Guimarães Baú e de Maria Serra Baú, **estando em local incerto e não sabido.**

FAZ saber a todos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que neste Juízo corre em trâmites legais os autos de processo de nº 02 027157-2, Ação Penal movida pela Justiça Publica contra o Réu **CIRON SERRA BAÚ**, denunciado pelo Promotor de Justiça como incurso nas sanções do art. 10, §1º, III e §4º da Lei nº 9.437/97, como não foi possível a citação e intimação pessoal do mesmo, com este chama-o a comparecer no dia **04/05/2004, às 16h:00min**, para audiência de Interrogatório, podendo comparecer acompanhado de advogado e, não podendo contratar um, ser-lhe-á nomeado Defensor Público, a partir da qual correrá o prazo de 03 (três) dias para apresentar Defesa Prévia, na sala de audiência desta 5ª Vara Criminal, no Fórum Advogado Sobral Pinto, s/n, Praça do Centro Cívico, nesta Cidade. Para o conhecimento de todos e passado o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no Diário do Poder Judiciário. Dado e passado na Cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima, aos 12 dias do mês de fevereiro do ano dois mil e quatro. Eu, Rosely Figueiredo da Silva, (Assistente Judiciário) digitei e Álvaro de Oliveira Júnior, Escrivão Judicial, de ordem do MM. Juiz o assinou.

Álvaro de Oliveira Júnior
Escrivão da 5ª Vara Criminal

JUIZADO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

PORTARIA/JIJ/GAB Nº 015/2004

O Excelentíssimo Sr. Dr. Parima Dias Veras MM. Juiz Substituto do Juizado da Infância e da Juventude da Comarca de Boa Vista, no uso de suas atribuições legais etc...

CONSIDERANDO a necessidade de regular a participação de **CRIANÇAS E ADOLESCENTES** nos Festejos Carnavalescos/2004, visando a defesa e proteção da população infanto-juvenil;

CONSIDERANDO que o art. 149 do Estatuto da Criança e do Adolescente elenca a competência do judiciário para disciplinar a entrada e permanência de crianças e adolescentes, desacompanhados dos pais ou responsáveis, em bailes e promoções dançantes ou congêneres;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, sendo-lhes assegurados todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana (Art. 3º da Lei 8.069/90);

RESOLVE:

Art. 1º - Durante os festejos carnavalescos/2004 deverão ser cumpridas rigorosamente as normas estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente;

Art. 2º - Os bailes carnavalescos realizados em locais particulares, onde haja venda de ingressos, como Clubes, Boates etc., e que tenha a participação de crianças e adolescentes desacompanhados dos pais ou responsáveis, dependerão de **ALVARÁ AUTORIZATIVO**, expedido pela Vara da Infância e da Juventude;

Art. 3º - As Agremiações das Escolas de Samba, Blocos ou Grupos, deverão solicitar junto ao Juizado da Infância e da Juventude, o **ALVARÁ AUTORIZATIVO**, para a participação de crianças e adolescentes, desde que expressamente autorizados pelos respectivos pais ou responsáveis;

Art. 4º - Crianças até 12 (doze) anos incompletos só poderão participar de desfile de escola de samba, blocos ou grupos carnavalescos, em ala infantil, com vestes comparativos à moral e aos bons costumes;

§ 1º - Em caráter excepcional será permitido a entrada de adolescentes, entre 14 (quatorze) e 18 (dezoito) anos incompletos, acompanhados dos pais ou responsáveis legais, nos **bailes noturnos**, desde que os clubes ou agremiações estejam devidamente regularizados junto ao Juizado da Infância e da Juventude, cumprindo rigorosamente o horário permitido no **ALVARÁ**

AUTORIZATIVO.

§ 2º - É expressamente proibida a venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 (dezoito) anos, durante as promoções, em qualquer local ou evento;

Art. 5º - Adolescentes entre 14 (quatorze) e 18 (dezoito) anos incompletos, só poderão participar de bailes noturnos, mediante as seguintes condições:

a) Deverão estar permanentemente acompanhados de um dos genitores ou de pessoa maior de 18 (dezoito) anos, devidamente autorizados pelos pais;

b) Não poderão ingerir bebida alcoólica, de nenhuma espécie;

c) Deverão portar documento de identificação (Carteira de Identidade ou Certidão de Nascimento);

Art. 6º - Qualquer criança ou adolescente que for encontrado em situação de risco ou contrariar ao que estabelece esta Portaria deverá ser conduzido ao Posto do Juizado da Infância e da Juventude, localizado na Av. Ene Garcez, no horário das 21:30h às 03:30h, após esse horário deverá ser entregue ao Conselho Tutelar, em caso de adolescente praticante de Ato Infracional, o mesmo deverá ser conduzido a Delegacia de Defesa da Infância e da Juventude;

Art. 7º - Os policias autuarão as pessoas que estiverem em flagrante delito nos crimes previstos no Artigo 63, I, da Lei nº 3688, das Contravenções Penais: **Art. 63. Servir bebidas alcoólicas : I. a menor de 18 (dezoito) anos, Pena – prisão simples, de 2 (dois) meses a 1 (um) ano, ou multa,** e no Artigo 81, II e III, da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente): **Art. 81. É proibida a venda à crianças e adolescentes de: II. Bebidas alcoólicas; III. Produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica ainda que por utilização indevida,** enquanto que os Agentes de Proteção elaborarão relatórios especificando a natureza e as circunstâncias do crime, a conduta da criança e/ou adolescente, bem como a sua qualificação, devendo estes serem encaminhados aos seus pais ou responsáveis, mediante termo de entrega ou ao Abrigo como Medida de Proteção, caso aqueles não sejam localizados (artigo 93 da Lei nº 8.069/90): **Art. 93. As entidades que mantenham programas de abrigo poderão, em caráter excepcional e de urgência, abrigar crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato até o 2º dia útil imediato.**

§ 1º - Uma vez constatada a ocorrência de qualquer infração administrativa prevista pela legislação pertinente, os Agentes de Proteção lavrarão o Auto respectivo, com observância do disposto no § 1º, do artigo 194 do Estatuto da Criança e do Adolescente: (**Art. 194. O procedimento para imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção à criança e ao adolescente terá início por representação do Ministério Público, ou do Conselho Tutelar, ou auto de infração elaborado por servidor efetivo ou voluntário credenciado, e assinado por duas testemunhas, se possível; § 1º. No procedimento iniciado com o auto de infração, poderão ser usadas fórmulas impressas, especificando-se a natureza e as circunstâncias da infração (Auto de Infração);**

§ 2º - A autoridade Policial de serviço que, sem justa causa devidamente comprovada, recusar prestar apoio aos Agentes para o cumprimento de suas funções, estará cometendo crime de Prevaricação (**Código Penal, Art. 319 – Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa da lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal: Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa**);

§ 3º - Qualquer pessoa que, direta ou indiretamente, interferir ou tentar impedir o cumprimento das funções e tarefas a cargo dos Agentes de Proteção, deverá ser presa em flagrante (**Código Penal, Art. 329 – Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena – detenção, de dois meses a dois anos. § 1º. Se o ato, em razão da resistência, não se executa: Pena – reclusão, de um a três anos e Art. 331 – Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de seis meses a dois anos, ou multa, Art. 333 – Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício: Pena – reclusão, de um a oito anos, e multa**).

Art. 8º - Os Agentes de Proteção deste Juízo, além das normas estabelecidas, continuam tendo suas atividades pela Portaria/JIJ/GAB nº 020/02, baixada por este Juízo, devendo requisitar a força pública quando necessário, para o fiel cumprimento de seus encargos.

Art. 9º - A fiscalização será feita pelos Agentes de Proteção do Juizado da Infância e da Juventude, devidamente identificados (coletes e crachá);

Art. 10º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Revoga-se as disposições em contrário.

Remeta-se cópia desta Portaria à Corregedoria Geral de Justiça do Estado, ao Ministério Público, à Secretária de Segurança Pública, ao Comando Geral da Polícia Militar e à Imprensa para maior conhecimento dos interessados.

PUBLIQUE-SE

REGISTRE-SE

CUMPRE-SE

Boa Vista – RR, 16 de fevereiro de 2004.

Parima Dias Veras
Juiz Substituto do Juizado
da Infância e da Juventude/Boa Vista-RR

COMARCAR DE ALTO ALEGRE

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DECLARATÓRIA DE INTERDIÇÃO

Prazo: 10 (dez) DIAS

O Doutor RODRIGO CARDOSO FURLAN, Juiz de Direito da Comarca de Alto Alegre no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei etc.

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da Vara Cível, se processam os termos da Ação de Curatela/Interdição n.º 005 02 0216-7, em que são partes como Interditando FRANCISCO BARBOSA DE ALMEIDA e como Interditado PATROCÍNIO BARBOSA DE ALMEIDA, e que o MM. Juiz decretou a interdição deste, conforme sentença a seguir transcrita. *FINAL DE SENTENÇA*: ... Posto isso, na esteira do parecer ministerial de fls. 71/72, decreto a *INTERDIÇÃO* de PRATROCÍNIO BARBOSA DE ALMEIDA, declarando-o absolutamente incapaz de exercer os atos da vida civil (cf. art. 3.º, II, do NCCB), e nomeio-lhe curador FRANCISCO BARBOSA DE ALMEIDA, o qual passa a representar o interditado em todos os atos da vida civil, independente de garantia, devendo, contudo, prestar compromisso na forma do artigo 1.187 do CPC. Cumpra-se o Cartório o disposto no artigo 1.184 do CPC. Sem Custas. Após as formalidades legais, archive-se. P.R.I. Alto Alegre, 20 de novembro de 2003. Rodrigo Cardoso Furlan, Juiz de Direito. Para que ninguém possa alegar ignorância o MM. Juiz mandou expedir o presente edital, que será publicado 03 (três) vezes no Diário Oficial do Poder Judiciário, com intervalo de 10 (dez) dias e fixado no local público de costume na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Alto Alegre, do Estado de Roraima, aos treze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatro. E, para constar Eu, Andréia Geordana Castro Mesquita (Secretária) o digitei e
Lígia Conceição Novo
dos Santos, Escrivã em Exercício, de ordem do MM Juiz de Direito desta Comarca o assinou.

Lígia Conceição Novo dos Santos
Escrivã em Exercício

EDITAL DE CITAÇÃO Prazo: 15 (QUINZE) DIAS

O Doutor RODRIGO CARDOSO FURLAN, Juiz de Direito da Comarca de Alto Alegre no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei etc.

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da Vara Cível, se processam os termos da Ação Cível de Divórcio Litigioso n.º 005 04 1196-6, em que são partes: Requerente PEDRO BEZERRA e Requerido(a) RAIMUNDA PERREIRA BEZERRA, fica CITADO(A): *RAIMUNDA PEREIRA BEZERRA*, brasileira, casada, do lar, encontrando-se atualmente em local incerto e não sabido, para comparecer à *sede deste juízo* e tomar ciência de todo o teor da petição inicial e INTIMADO(A) a comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO, designada para o dia *17 de março de 2004, às 10 horas*. Caso queira contestar a presente ação que o faça até a data da audiência, não sendo contestada, presumir-se-ão aceitos os fatos. SEDE DO JUÍZO - Rua Antônio Dourado Santana, n.º 595, Centro, Alto Alegre – RR,. E para o devido conhecimento de todos, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital que será fixado no local de costume e publicado no Diário Oficial do Poder Judiciário. CUMPRE-SE.

Observadas as prescrições legais. Dado e passado nesta Cidade e Comarca, aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatro. E para constar Eu, Ocimara Vasconcelos o digitei e Lígia Conceição Novo dos Santos, Escrivã em Exercício, o assinou de ordem do MM Juiz de Direito desta Comarca.

Lígia Conceição Novo dos Santos
Escrivã em Exercício

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA – TRE/RR

PUBLICAÇÃO DE PORTARIA

PORTARIA N.º 061, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2004.

O Desembargador JOSÉ PEDRO FERNANDES, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, em exercício, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

Designar o servidor LAIRTO SANTOS DA SILVA, Secretário Judiciário, símbolo CJ-3, para substituir o Diretor-Geral ELÍZIO FERREIRA DE MELO, símbolo CJ-4, nos seus afastamentos e impedimentos, a partir desta data.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Desembargador JOSÉ PEDRO FERNANDES
– Presidente em exercício – TRE/RR

PORTARIA N.º 062, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2004.

O Desembargador JOSÉ PEDRO FERNANDES, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, em exercício, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

Art. 1.º Dispensar, os servidores abaixo relacionados das respectivas Funções Comissionadas, a partir desta data:

1. HALISSON ALEX BEZERRA BARRETO – Chefe da Seção Judiciária, símbolo FC-5;
2. JURANDIR SOUSA CARDOSO JÚNIOR – Assistente de Chefia da Seção de Normas, símbolo FC-4;
3. NARAH LÚCIA SARAH LIMA – Assistente de Gabinete da Corregedoria, símbolo FC-2; e
4. VICTOR DE MATOS COSTA – Auxiliar Especializado do Gabinete da Corregedoria, símbolo FC-1.

Art. 2.º Designar, o servidor abaixo relacionado para exercer o seguinte Cargo Comissionado:

1. HALISSON ALEX BEZERRA BARRETO – Assessor da Corregedoria, símbolo CJ-2;

Art. 3.º Designar, os servidores abaixo relacionados para exercerem as seguintes Funções Comissionadas:

1. NARAH LÚCIA SARAH LIMA – Chefe da Seção de Apoio da Corregedoria, símbolo FC-5;
2. JURANDIR SOUSA CARDOSO JÚNIOR – Chefe da Seção Judiciária da Corregedoria, símbolo FC-5; e
3. VICTOR DE MATOS COSTA – Assistente de Gabinete da Corregedoria, símbolo FC-2.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Desembargador JOSÉ PEDRO FERNANDES
– Presidente em exercício – TRE/RR –

PORTARIA N.º 063, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2004.

O Desembargador JOSÉ PEDRO FERNANDES, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, em exercício, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

1. Dispensar, a partir desta data, o servidor HILTON MOREIRA DE SOUZA JUNIOR da Função Comissionada de Auxiliar Especializado da Seção de Transporte e Segurança, símbolo FC-1;

2. Designar, a partir desta data o servidor acima mencionado para a Função de Assistente de Chefia da Seção de Normas, símbolo FC-4.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Desembargador José Pedro Fernandes
– Presidente em exercício – TRE/RR –

CARTÓRIO DA 1ª ZONA ELEITORAL

ESTATÍSTICA DE DEZEMBRO/2003

I. CARTÓRIO

1. RAE	
1.1. Inscrição	305
1.2. Transferência	-
1.2.1. Na UF	057
1.2.2. Entre UF's	091
1.3. 2ª Via	077
1.4. Revisão	058
2. Requerimentos recebidos	042
3. Ofícios expedidos	046
4. Ofícios recebidos	028
5. Títulos eleitorais entregues	588

II. ESCRIVANIA

1. Feitos vindos do mês anterior	657
2. Feitos entrados no mês corrente	015
3. Feitos arquivados no mês corrente	000
4. Feitos arquivados anteriormente ora baixado	000
5. Precatórias devolvidas	000
6. Recursos interpostos	000
7. Sentenças	070
8. Decisões	005
9. Despachos	035
10. Certidões eleitorais	298
11. Feitos que passam para o próximo mês	672

CARTÓRIO DA 1ª ZONA ELEITORAL

ESTATÍSTICA DE JANEIRO/2004

I. CARTÓRIO

1. RAE	
1.1. Inscrição	433
1.2. Transferência	-
1.2.1. Na UF	207
1.2.2. Entre UF's	184
1.3. 2ª Via	038
1.4. Revisão	218
2. Requerimentos recebidos	020
3. Ofícios expedidos	037
4. Ofícios recebidos	009
5. Títulos eleitorais entregues	1080

II. ESCRIVANIA

1. Feitos vindos do mês anterior	672
2. Feitos entrados no mês corrente	083
3. Feitos arquivados no mês corrente	036
5. Precatórias devolvidas	000
6. Recursos interpostos	000
7. Sentenças	017
8. Decisões	002
9. Despachos	010
10. Certidões eleitorais	289
11. Feitos que passam para o próximo mês	714

CARTÓRIO DA 3ª ZONA ELEITORAL

JUIZ ELEITORAL: DR. MOZARILDO MONTEIRO CAVALCANTI

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2829 Boa Vista-RR, 18 de fevereiro de 2004.

ESCRIVÃO SUBSTITUTO: AGENOR DA SILVA CORRÊA.
ESTATÍSTICA DO MÊS DE DEZEMBRO/2003

01. CARTÓRIO

01- RAE:	
Títulos entregues	092
Inscrição	054
Transferência Local	019
Transferência entre Ufs.	004
Revisão	004
2ª Via	007
2. Certidões expedidas	036
3. Ofício expedido	006
4. Ofício recebido	008
5. Requerimento recebido	039
6. Memorando expedido	003
7. Memorando recebido	001
8. Portaria	000

2. ESCRIVANIA

01 – Feitos vindos do Mês anterior	379
02 – Feitos entrados no mês em curso	004
03 – Feitos arquivados durante o mês	000
04 – Cartas precatórias	000
05 – Processo conclusos	022
06 – Sentenças prolatadas	000
07 – Decisões interlocutórias	000
08 – Denunciados intimados da decisão	000
09 – Audiências marcadas	002
10 – Audiências realizadas	001
11 – Audiências não realizadas	001
12 – Feitos remetidos	000
13 – Despachos de expedientes	022
14 – Processos suspensos durante o mês	000
15 – Total de processos suspensos	006
16 – Feitos que passam para o próximo mês	383

Boa Vista – RR, 09 de janeiro de 2004.

Visto:

MOZARILDO MONTEIRO CAVALCANTI
Juiz Substituto da 3ª ZE/RR

CARTÓRIO DA 3ª ZONA ELEITORAL**JUIZ ELEITORAL: DR. MOZARILDO MONTEIRO CAVALCANTI**

ESCRIVÃO SUBSTITUTO: AGENOR DA SILVA CORRÊA.
ESTATÍSTICA DO MÊS DE JANEIRO/2004

01. CARTÓRIO

01- RAE:	
Títulos entregues	137
Inscrição	026
Transferência Local	041
Transferência entre Ufs.	005
Revisão	049
2ª Via	016
2. Certidões expedidas	146
3. Ofício expedido	008
4. Ofício recebido	006
5. Requerimento recebido	146
6. Memorando expedido	004
7. Memorando recebido	000
8. Portaria	000

2. ESCRIVANIA

01 – Feitos vindos do Mês anterior	383
02 – Feitos entrados no mês em curso	001
03 – Feitos arquivados durante o mês	018
04 – Cartas precatórias	000
05 – Processo conclusos	007
06 – Sentenças prolatadas	000
07 – Decisões interlocutórias	000
08 – Denunciados intimados da decisão	000

09 – Audiências marcadas	000
10 – Audiências realizadas	000
11 – Audiências não realizadas	000
12 – Feitos remetidos	002
13 – Despachos de expedientes	007
14 – Processos suspensos durante o mês	000
15 – Total de processos suspensos	006
16 – Feitos que passam para o próximo mês	366

Boa Vista – RR, 03 de fevereiro de 2004.

Visto:

LUIZ FERNANDO CASTANHEIRA MALLET
Juiz da 3ª ZE/RR

MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA

PORTARIA Nº 100, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2004

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, com fulcro no art. 12, inciso XXI, da Lei Complementar Estadual nº 003/94,

R E S O L V E:

Conceder ao servidor **FRANCISCO GERÔNCIO GOMES**, 30 (trinta) dias de férias, no período de 1º a 31MAR04.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

EDSON DAMAS DA SILVEIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 101, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2004

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, com fulcro no art. 12, inciso XXI, da Lei Complementar Estadual nº 003/94,

R E S O L V E:

Conceder à servidora **MARIA ROSÂNGELA MICHELS MAINARDI**, 30 (trinta) dias de férias, no período de 1º a 30MAR04.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

EDSON DAMAS DA SILVEIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 102, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2004

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, EM EXERCÍCIO, com fulcro no art. 12, inciso XXI, da Lei Complementar Estadual nº 003/94,

R E S O L V E:

Conceder à Procuradora de Justiça, Dra. **CLEONICE ANDRIGO VIEIRA**, 60 (sessenta) dias de férias, no período de 1ºMAR a 29ABR04.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

EDSON DAMAS DA SILVEIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 103, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2004

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, com fulcro no art. 71, da Lei Complementar Estadual nº 003/94,

R E S O L V E:

Interromper, **ad referendum** do Conselho Superior do Ministério Público, por interesse do serviço, as férias do Promotor de Justiça de Segunda Entrância, Dr. **MÁRCIO ROSA DA SILVA**, deferidas pela Portaria nº 50/04, publicada no Diário do Poder Judiciário nº 2814, de 28JAN04, a partir de 16FEV04, ficando o respectivo período para ser usufruído oportunamente.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

EDSON DAMAS DA SILVEIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 104, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2004

OPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Tornar sem efeito os Editais de Convocação nºs 01 e 02/04, publicada no Diário do Poder Judiciário nº 2827, de 14FEV04.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

EDSON DAMAS DA SILVEIRA
Procurador-Geral de Justiça

ERRATA:

Na Portaria nº 95/04, publicado no Diário do Poder Judiciário nº 2827, de 14FEV04:

Onde se lê: “... no período de 16FEV a 29MAR04...”

Leia-se: “...no período de 16FEV a 15MAR04...”

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1.^a INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

ATA DE DISTRIBUICAO REALIZADA EM: 13/02/2004

PROCESSOS EM TRAMITACAO COMUM

I-DISTRIBUICAO
1)AUTOMÁTICA

PROCESSO :2004.42.00.000275-7 PROT.:13/02/2004
CLASSE :3100-EXECUCAO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: :UNIAO (FAZ. NACIONAL)
ADVOGADO :ADAUTO CRUZ SCHETINE JUNIOR
EXCDO: :COOPERATIVA RORAIMENSE DE SERVICOS
VARA :1ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.000276-0 PROT.:13/02/2004
CLASSE :3100-EXECUCAO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: :UNIAO (FAZ. NACIONAL)
ADVOGADO :ADAUTO CRUZ SCHETINE JUNIOR
EXCDO: :ALFREDO BERNARDO BARBOSA ME
VARA :1ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.000277-4 PROT.:13/02/2004
CLASSE :3100-EXECUCAO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: :UNIAO (FAZ. NACIONAL)
ADVOGADO :ADAUTO CRUZ SCHETINE JUNIOR
EXCDO: :L R A BARBOSA ME
VARA :1ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.000278-8 PROT.:13/02/2004
CLASSE :3100-EXECUCAO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: :UNIAO (FAZ. NACIONAL)
ADVOGADO :ADAUTO CRUZ SCHETINE JUNIOR
EXCDO: :DALVA FREITAS WANDERLEY
VARA :1ª VARA FEDERAL

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2829 Boa Vista-RR, 18 de fevereiro de 2004.

PROCESSO :2004.42.00.000279-1 PROT.:13/02/2004
CLASSE :3100-EXECUCAO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: :UNIAO (FAZ. NACIONAL)
ADVOGADO :ADAUTO CRUZ SCHETINE JUNIOR
EXCDO: :JOSE MARIA DE SOUZA GARCIA
VARA :2ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.000280-1 PROT.:13/02/2004
CLASSE :3100-EXECUCAO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: :UNIAO (FAZ. NACIONAL)
ADVOGADO :ADAUTO CRUZ SCHETINE JUNIOR
EXCDO: :COOPERATIVA RORAIMENSE DE SERVICOS
VARA :1ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.000281-5 PROT.:13/02/2004
CLASSE :3100-EXECUCAO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: :UNIAO (FAZ. NACIONAL)
ADVOGADO :ADAUTO CRUZ SCHETINE JUNIOR
EXCDO: :FRANCISCO DAS CHAGAS BEZERRA
VARA :2ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.000282-9 PROT.:13/02/2004
CLASSE :3100-EXECUCAO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: :UNIAO (FAZ. NACIONAL)
ADVOGADO :ADAUTO CRUZ SCHETINE JUNIOR
EXCDO: :MOISES SRAGOWICZ LIPNIK
VARA :2ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.000282-9 PROT.:13/02/2004
CLASSE :3100-EXECUCAO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: :UNIAO (FAZ. NACIONAL)
ADVOGADO :ADAUTO CRUZ SCHETINE JUNIOR
EXCDO: :MOISES SRAGOWICZ LIPNIK
VARA :2ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.000283-2 PROT.:13/02/2004
CLASSE :3100-EXECUCAO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: :UNIAO (FAZ. NACIONAL)
ADVOGADO :ADAUTO CRUZ SCHETINE JUNIOR
EXCDO: :COMPANHIA ENERGETICA DE RORAIMA
VARA :2ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.000284-6 PROT.:13/02/2004
CLASSE :3100-EXECUCAO FISCAL/FAZENDA NACIONAL
EXQTE: :UNIAO (FAZ. NACIONAL)
ADVOGADO :ADAUTO CRUZ SCHETINE JUNIOR
EXCDO: :M PAULA R DA SILVA ME
VARA :1ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.000285-0 PROT.:13/02/2004
CLASSE :15900-CRIMINAIS DIVERSAS/OUTROS
REQTE: :DELEGADO DE POLICIA FEDERAL/RR
REQDO: :SIGILOSO
VARA :1ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.000286-3 PROT.:13/02/2004
CLASSE :2100-MANDADO DE SEGURANCA INDIVIDUAL
IMPTE: :PAULO DE AMORIM RAMOS
ADVOGADO :MARIA DILMAR PAULINO
IMPDO: :PRESIDENTE DA COMISSAO PERMANENTE DE VESTIBULAR DA UFRR E OUTROS
VARA :2ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.000287-7 PROT.:13/02/2004
CLASSE :2100-MANDADO DE SEGURANCA INDIVIDUAL
IMPTE: :SUENIA MARTINS DE LIMA
ADVOGADO :JOSIMAR SANTOS BATISTA
IMPDO: :PRESIDENTE DA COMISSAO PERMANENTE DE VESTIBULAR DA UFRR E OUTROS
VARA :1ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.000288-0 PROT.:13/02/2004
CLASSE :2100-MANDADO DE SEGURANCA INDIVIDUAL

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2829 Boa Vista-RR, 18 de fevereiro de 2004.

IMPTE: :JEFFERSON GOHL
ADVOGADO :JOSIMAR SANTOS BATISTA
IMPDO: :PRESIDENTE DA COMISSAO PERMANENTE DE VESTIBULAR DA UFRR E OUTROS
VARA :2ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.000289-4 PROT.:13/02/2004
CLASSE :2100-MANDADO DE SEGURANCA INDIVIDUAL
IMPTE: :FABIO PAIXAO TORRES
ADVOGADO :JOSIMAR SANTOS BATISTA
IMPDO: :PRESIDENTE DA COMISSAO PERMANENTE DE VESTIBULAR DA UFRR E OUTROS
VARA :1ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.000291-8 PROT.:13/02/2004
CLASSE :2100-MANDADO DE SEGURANCA INDIVIDUAL
IMPTE: :ALCINOR HUBIRAJARA ADORIAN TONON
ADVOGADO :JOSIMAR SANTOS BATISTA
IMPDO: :PRESIDENTE DA COMISSAO PERMANENTE DE VESTIBULAR DA UFRR E OUTROS
VARA :2ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.000292-1 PROT.:13/02/2004
CLASSE :2100-MANDADO DE SEGURANCA INDIVIDUAL
IMPTE: :FERDINAN SIMEAO DOS SANTOS
ADVOGADO :JOSIMAR SANTOS BATISTA
IMPDO: :PRESIDENTE DA COMISSAO PERMANENTE DE VESTIBULAR DA UFRR E OUTROS
VARA :2ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.000293-5 PROT.:13/02/2004
CLASSE :2100-MANDADO DE SEGURANCA INDIVIDUAL
IMPTE: :RITA CRISTINA RIBEIRO JUNGES OLIVEIRA
ADVOGADO :ANGELA DI MANSO
IMPDO: :DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ENSINO E GRADUACAO DA UFRR E OUTROS
VARA :2ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.000294-9 PROT.:13/02/2004
CLASSE :2100-MANDADO DE SEGURANCA INDIVIDUAL
IMPTE: :ADRIANO JUNGES OLIVEIRA
ADVOGADO :ANGELA DI MANSO
IMPDO: :DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ENSINO E GRADUACAO DA UFRR E OUTROS
VARA :2ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.000295-2 PROT.:13/02/2004
CLASSE :2100-MANDADO DE SEGURANCA INDIVIDUAL
IMPTE: :PAULO BASTOS LINHARES
ADVOGADO :STELIO DENER DE SOUZA CRUZ
IMPDO: :PRESIDENTE DA COMISSAO PERMANENTE DE VESTIBULAR DA UFRR E OUTROS
VARA :2ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.000296-6 PROT.:13/02/2004
CLASSE :2100-MANDADO DE SEGURANCA INDIVIDUAL
IMPTE: :ADRIANO DA SILVA FREITAS
ADVOGADO :STELIO DENER DE SOUZA CRUZ
IMPDO: :PRESIDENTE DA COMISSAO PERMANENTE DE VESTIBULAR DA UFRR E OUTROS
VARA :2ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.000297-0 PROT.:13/02/2004
CLASSE :2100-MANDADO DE SEGURANCA INDIVIDUAL
IMPTE: :LUCIANO DE PAULA MENESES SILVA
ADVOGADO :JOSE LUCIANO HENRIQUES DE M. MELO
IMPDO: :PRESIDENTE DA COMISSAO PERMANENTE DE VESTIBULAR DA UFRR E OUTROS
VARA :2ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.000298-3 PROT.:13/02/2004
CLASSE :2100-MANDADO DE SEGURANCA INDIVIDUAL
IMPTE: :JARLISSON REBELO GONCALVES
ADVOGADO :MOACIR J BEZERRA MOTA
IMPDO: :PRESIDENTE DA COMISSAO PERMANENTE DE VESTIBULAR DA UFRR E OUTROS
VARA :2ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.000299-7 PROT.:13/02/2004
CLASSE :2100-MANDADO DE SEGURANCA INDIVIDUAL
IMPTE: :JANDERSON MORAES DA SILVA

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2829 Boa Vista-RR, 18 de fevereiro de 2004.

ADVOGADO :MOACIR J BEZERRA MOTA
IMPDO: :PRESIDENTE DA COMISSAO PERMANENTE DE VESTIBULAR DA UFRR E OUTROS
VARA :2ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.000300-1 PROT.:13/02/2004
CLASSE :2100-MANDADO DE SEGURANCA INDIVIDUAL
IMPTE: :TYANE PRISCILLA MOTA DE ARAUJO
ADVOGADO :MOACIR J BEZERRA MOTA
IMPDO: :PRESIDENTE DA COMISSAO PERMANENTE DE VESTIBULAR DA UFRR E OUTROS
VARA :1ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.000300-1 PROT.:13/02/2004
CLASSE :2100-MANDADO DE SEGURANCA INDIVIDUAL
IMPTE: :TYANE PRISCILLA MOTA DE ARAUJO
ADVOGADO :MOACIR J BEZERRA MOTA
IMPDO: :PRESIDENTE DA COMISSAO PERMANENTE DE VESTIBULAR DA UFRR E OUTROS
VARA :1ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.000301-5 PROT.:13/02/2004
CLASSE :2100-MANDADO DE SEGURANCA INDIVIDUAL
IMPTE: :DALIANE RENALE VIEIRA MARQUES CARNEIRO
ADVOGADO :LENON GEYSON RODRIGUES LIRA
IMPDO: :PRESIDENTE DA COMISSAO PERMANENTE DE VESTIBULAR DA UFRR E OUTROS
VARA :1ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.000303-2 PROT.:13/02/2004
CLASSE :2100-MANDADO DE SEGURANCA INDIVIDUAL
IMPTE: :JOSE AROLDO PINHEIRO
ADVOGADO :JOSIMAR SANTOS BATISTA
IMPDO: :PRESIDENTE DA COMISSAO PERMANENTE DE VESTIBULAR DA UFRR E OUTROS
VARA :2ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.000304-6 PROT.:13/02/2004
CLASSE :2100-MANDADO DE SEGURANCA INDIVIDUAL
IMPTE: :JOSE PEREIRA ORIHUELA
ADVOGADO :MARCOS ANTONIO CARVALHO DE SOUZA
IMPDO: :SUPERINTENDENTE REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL/RR E OUTROS
VARA :1ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.000305-0 PROT.:13/02/2004
CLASSE :2100-MANDADO DE SEGURANCA INDIVIDUAL
IMPTE: :JORGE CLECIO DE MORAES DIAS
ADVOGADO :ANGELA DI MANSO
IMPDO: :DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ENSINO E GRADUACAO DA UFRR E OUTROS
VARA :2ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.000306-3 PROT.:13/02/2004
CLASSE :2100-MANDADO DE SEGURANCA INDIVIDUAL
IMPTE: :NELSON MARTINS DE ASSIS BRASIL
ADVOGADO :MIRIAM DI MANSO
IMPDO: :PRESIDENTE DA COMISSAO PERMANENTE DE VESTIBULAR DA UFRR E OUTROS
VARA :1ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.000307-7 PROT.:13/02/2004
CLASSE :2100-MANDADO DE SEGURANCA INDIVIDUAL
IMPTE: :ANAXIMANDRO SOARES COIMBRA
ADVOGADO :STELIO BARE DE SOUZA CRUZ
IMPDO: :REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA E OUTROS
VARA :1ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.000308-0 PROT.:13/02/2004
CLASSE :2100-MANDADO DE SEGURANCA INDIVIDUAL
IMPTE: :JOYCE MONTEIRO DE ARAUJO E OUTROS
ADVOGADO :JOSIMAR SANTOS BATISTA
IMPDO: :PRESIDENTE DA COMISSAO PERMANENTE DE VESTIBULAR DA UFRR
VARA :1ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.000309-4 PROT.:13/02/2004
CLASSE :2100-MANDADO DE SEGURANCA INDIVIDUAL
IMPTE: :ANA ANTÃO MAIA
ADVOGADO :JOSIMAR DOS SANTOS BATISTA

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2829 Boa Vista-RR, 18 de fevereiro de 2004.

IMPDO: :PRESIDENTE DA COMISSAO PERMANENTE DE VESTIBULAR DA UFRR E OUTROS
VARA :1ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.000311-8 PROT.:13/02/2004
CLASSE :2100-MANDADO DE SEGURANCA INDIVIDUAL
IMPTE: :MALCON PONCIANO OLIVEIRA DIAS
ADVOGADO :STELIO DENER DE SOUZA CRUZ
IMPDO: :PRESIDENTE DA COMISSAO PERMANENTE DE VESTIBULAR DA UFRR E OUTROS
VARA :2ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.000311-8 PROT.:13/02/2004
CLASSE :2100-MANDADO DE SEGURANCA INDIVIDUAL
IMPTE: :MALCON PONCIANO OLIVEIRA DIAS
ADVOGADO :STELIO DENER DE SOUZA CRUZ
IMPDO: :PRESIDENTE DA COMISSAO PERMANENTE DE VESTIBULAR DA UFRR E OUTROS
VARA :2ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.000312-1 PROT.:13/02/2004
CLASSE :2100-MANDADO DE SEGURANCA INDIVIDUAL
IMPTE: :BARBARA BRUNA MONTEIRO LIMA
ADVOGADO :STELIO DENER DE SOUZA CRUZ
IMPDO: :PRESIDENTE DA COMISSAO PERMANENTE DE VESTIBULAR DA UFRR E OUTROS
VARA :2ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.000313-5 PROT.:13/02/2004
CLASSE :2100-MANDADO DE SEGURANCA INDIVIDUAL
IMPTE: :CHIMEINE ASANO
ADVOGADO :JOSIMAR DOS SANTOS BATISTA
IMPDO: :PRESIDENTE DA COMISSAO PERMANENTE DE VESTIBULAR DA UFRR E OUTROS
VARA :2ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.000314-9 PROT.:13/02/2004
CLASSE :2100-MANDADO DE SEGURANCA INDIVIDUAL
IMPTE: :ALEXANDRA ASANO
IMPDO: :PRESIDENTE DA COMISSAO PERMANENTE DE VESTIBULAR DA UFRR E OUTROS
VARA :2ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.000315-2 P PROT.:13/02/2004
CLASSE :2100-MANDADO DE SEGURANCA INDIVIDUAL
IMPTE: :LEILA GUIVARA DA SILVA
ADVOGADO :ANGELA DI MANSO
IMPDO: :PRESIDENTE DA COMISSAO PERMANENTE DE VESTIBULAR DA UFRR E OUTROS
VARA :2ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.000316-6 PROT.:13/02/2004
CLASSE :2100-MANDADO DE SEGURANCA INDIVIDUAL
IMPTE: :RAMODNIL DE MOURA SANTOS
ADVOGADO :JOHNSON ARAUJO
IMPDO: :PRESIDENTE DA COMISSAO PERMANENTE DE VESTIBULAR DA UFRR E OUTROS
VARA :1ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.000317-0 PROT.:13/02/2004
CLASSE :2100-MANDADO DE SEGURANCA INDIVIDUAL
IMPTE: :DANILO TARGINO DE SOUZA CHAVES
ADVOGADO :JOSIMAR DOS SANTOS BATISTA
IMPDO: :PRESIDENTE DA COMISSAO PERMANENTE DE VESTIBULAR DA UFRR E OUTROS
VARA :1ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.000318-3 PROT.:13/02/2004
CLASSE :2100-MANDADO DE SEGURANCA INDIVIDUAL
IMPTE: :VALDEMAR DA COSTA PINHEIRO
ADVOGADO :JOHNSON ARAUJO
IMPDO: :PRESIDENTE DA COMISSAO PERMANENTE DE VESTIBULAR DA UFRR E OUTROS
VARA :1ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.000290-4 PROT.:13/02/2004
CLASSE :15206-FIANCA
REQTE: :ELIZAFAN SILVA ANDRADE
ADVOGADO :AGRINALDO CLARINDO CARVALHO
REQDO: :JUSTICA PUBLICA
VARA :1ª VARA FEDERAL

I-DISTRIBUICAO
2)POR DEPENDENCIA

PROCESSO :2004.42.00.000290-4 PROT.:13/02/2004
CLASSE :15206-FIANCA
REQTE: :ELIZAFAN SILVA ANDRADE
ADVOGADO :AGRINALDO CLARINDO CARVALHO
REQDO: :JUSTICA PUBLICA
VARA :1ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.000302-9 PROT.:13/02/2004
CLASSE :15203-PRISAO PREVENTIVA
REQTE: :MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ADVOGADO :CARLOS FERNANDO MAZZOCO
REQDO: :JUSTICA PUBLICA
VARA :2ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.000310-4 PROT.:13/02/2004
CLASSE :15900-CRIMINAIS DIVERSAS/OUTROS
REQTE: :AUGUSTO ALBERTO IGLESIAS FERREIRA E OUTROS
ADVOGADO :JUSCELINO K. PEREIRA
REQDO: :JUSTICA PUBLICA
VARA :2ª VARA FEDERAL

II-REDISTRIBUICAO
2)POR DEPENDENCIA

PROCESSO :2003.42.00.001731-8 PROT.:13/02/2004
CLASSE :15600-INQUERITOS POLICIAIS
REQTE: :DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL EM RORAIMA
REQDO.: :VITOR MIGUEL SOARES NETO
VARA :1ª VARA FEDERAL

III-NÃO HOUVE IMPUGNAÇÃO

IV-DEMONSTRATIVO

DISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE :41
DISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA :3
DISTRIBUIDOS MANUALMENTE :0
REDISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE :0
REDISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA :1
REDISTRIBUIDOS MANUALMENTE :0
TOTAL DOS PROCESSOS :45

PROCESSOS EM TRAMITAC AO ESPECIAL (JEF)

I-DISTRIBUICAO
1)AUTOMÁTICA

PROCESSO :2004.42.00.700737-0 PROT.:13/02/2004
CLASSE :1200-PREVIDENCIARIO
AUTOR: :NEYDE PINTO DE MORAES
REU: :INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
VARA :1º JEF CIVEL E CRIMINAL

III-NÃO HOUVE IMPUGNAÇÃO
IV-DEMONSTRATIVO

DISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE :1
DISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA :0
DISTRIBUIDOS MANUALMENTE :0
REDISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE :0
REDISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA :0
REDISTRIBUIDOS MANUALMENTE :0
TOTAL DOS PROCESSOS :1

ATA DE DISTRIBUICAO REALIZADA EM: 16/02/2004

PROCESSOS EM TRAMITACAO COMUM

I-DISTRIBUICAO

1)AUTOMÁTICA

PROCESSO :2004.42.00.000319-7 PROT.:16/02/2004
CLASSE :2100-MANDADO DE SEGURANCA INDIVIDUAL
IMPTE: :MARKLENE MARTINS DE FRANCA
ADVOGADO :JOSE FABIO MARTINS DA SILVA
IMPDO: :PRESIDENTE DA COMISSAO PERMANENTE DE VESTIBULAR DA UFRR E OUTROS
VARA :2ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.000320-7 PROT.:16/02/2004
CLASSE :15600-INQUERITOS POLICIAIS
REQTE: :DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL EM RORAIMA
REQDO: :DAVID ABILIO MIRANDA PEREZ E OUTROS
VARA :2ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.000323-8 PROT.:16/02/2004
CLASSE :5199-ACOES DIVERSAS/OUTRAS
REQTE: :CAIXA ECONOMICA FEDERAL -CEF
ADVOGADO :CARLOS TRAJANO FILHO
REQDO: :ANTONIA LOURETO CALHEIROS
VARA :2ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.000324-1 PROT.:16/02/2004
CLASSE :5204-JUSTIFICACAO
JFTE: :NONANGUARA JOAQUINA DOS SANTOS BEZERRA
ADVOGADO :RITA CASSIA R DE SOUZA
JFDO: :UNIAO
VARA :2ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.000325-5 PROT.:16/02/2004
CLASSE :5199-ACOES DIVERSAS/OUTRAS
REQTE: :CAIXA ECONOMICA FEDERAL -CEF
ADVOGADO :CARLOS TRAJANO FILHO
REQDO: :JOSE AILTON LIMA FERREIRA
VARA :2ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.000326-9 PROT.:16/02/2004
CLASSE :5207-OPCAO DE NACIONALIDADE
OPTTE: :DANIELA ELIZABETH LOPEZ VIEIRA
ADVOGADO :JOSIMAR SANTOS BATISTA
OPTDO: :JUIZO FEDERAL DA 1A VARA DE RORAIMA
VARA :1ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.000321-0 PROT.:16/02/2004
CLASSE :15800-LIBERDADE PROVISORIA
REQTE: :MARIO PEREIRA AUFIERO
ADVOGADO :MAURO DE SIQUEIRA QUEIROZ
REQDO: :JUSTICA PUBLICA
VARA :1ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.000322-4 PROT.:16/02/2004
CLASSE :13107-PROCESSO DE CRIME FUNCIONAL
AUTOR: :MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ADVOGADO :DARLAN AIRTON DIAS
REU: :FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA E OUTROS
VARA :1ª VARA FEDERAL

I-DISTRIBUICAO

2)POR DEPENDENCIA

PROCESSO :2004.42.00.000322-4 PROT.:16/02/2004
CLASSE :13107-PROCESSO DE CRIME FUNCIONAL
AUTOR: :MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ADVOGADO :DARLAN AIRTON DIAS
REU: :FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA E OUTROS
VARA :1ª VARA FEDERAL

II-REDISTRIBUICAO

2)POR DEPENDENCIA

PROCESSO :2003.42.00.001754-4 PROT.:16/02/2004
CLASSE :15600-INQUERITOS POLICIAIS
REQTE: :DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL EM RORAIMA
REQDO.: :ALINE HELEN ANDRADE SEQUEIRA
VARA :1ª VARA FEDERAL

III-NÃO HOUVE IMPUGNAÇÃO

IV-DEMONSTRATIVO

DISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE :6
DISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA :2
DISTRIBUIDOS MANUALMENTE :0
REDISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE :0
REDISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA :1
REDISTRIBUIDOS MANUALMENTE :0
TOTAL DOS PROCESSOS :9

PROCESSOS EM TRAMITACAO ESPECIAL (JEF)

I-DISTRIBUICAO
1)AUTOMÁTICA

PROCESSO :2004.42.00.700771-9 PROT.:16/02/2004
CLASSE :1300-SERVICOS PUBLICOS
AUTOR: :JOAQUIM BARRETO DE OLIVEIRA
REU: :UNIAO
VARA :1º JEF CIVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2004.42.00.700772-2 PROT.:16/02/2004
CLASSE :1200-PREVIDENCIARIO
AUTOR: :EDSON MACEDO RODRIGUES
ADVOGADO :LAUDOMIRO DA CONCEICAO
REU: :INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
VARA :1º JEF CIVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2004.42.00.700773-6 PROT.:16/02/2004
CLASSE :1200-PREVIDENCIARIO
AUTOR: :EDGAR MORAES CHAVES
ADVOGADO :LAUDOMIRO DA CONCEICAO
REU: :INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
VARA :1º JEF CIVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2004.42.00.700774-0 PROT.:16/02/2004
CLASSE :1200-PREVIDENCIARIO
AUTOR: :MARIA ALIRIA FRANCA DE SOUZA
ADVOGADO :LAUDOMIRO DA CONCEICAO
REU: :INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
VARA :1º JEF CIVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2004.42.00.700775-3 PROT.:16/02/2004
CLASSE :1200-PREVIDENCIARIO
AUTOR: :ABEL JOSE DOS SANTOS
ADVOGADO :LAUDOMIRO DA CONCEICAO
REU: :INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
VARA :1º JEF CIVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2004.42.00.700776-7 PROT.:16/02/2004
CLASSE :1200-PREVIDENCIARIO
AUTOR: :LORDETE PORFIRIO DA SILVA
ADVOGADO :LAUDOMIRO DA CONCEICAO
REU: :INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
VARA :1º JEF CIVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2004.42.00.700777-0 PROT.:16/02/2004
CLASSE :1200-PREVIDENCIARIO
AUTOR: :MARIA DE OLIVEIRA ANDRADE
ADVOGADO :LAUDOMIRO DA CONCEICAO
REU: :INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
VARA :1º JEF CIVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2004.42.00.700778-4 PROT.:16/02/2004
CLASSE :1300-SERVICOS PUBLICOS
AUTOR: :RODSO ALBUQUERQUE DE ALMEIDA
ADVOGADO :MARCOS ANTONIO CARVALHO DE SOUZA
REU: :UNIAO
VARA :1º JEF CIVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2004.42.00.700778-4 PROT.:16/02/2004
CLASSE :1300-SERVICOS PUBLICOS
AUTOR: :RODSO ALBUQUERQUE DE ALMEIDA
ADVOGADO :MARCOS ANTONIO CARVALHO DE SOUZA
REU: :UNIAO
VARA :1º JEF CIVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2004.42.00.700779-8 PROT.:16/02/2004
CLASSE :1300-SERVICOS PUBLICOS
AUTOR: :SUELY CORREA NUNES
ADVOGADO :JOAQUIM PINTO SOUTO MAIOR NETO
REU: :UNIAO
VARA :1º JEF CIVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2004.42.00.700780-8 PROT.:16/02/2004
CLASSE :1300-SERVICOS PUBLICOS
AUTOR: :SUELY CORREA NUNES
ADVOGADO :JOAQUIM PINTO SOUTO MAIOR NETO
REU: :UNIAO
VARA :1º JEF CIVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2004.42.00.700781-1 PROT.:16/02/2004
CLASSE :1300-SERVICOS PUBLICOS
AUTOR: :NATALINO GOMES DOS SANTOS
REU: :UNIAO
VARA :1º JEF CIVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2004.42.00.700782-5 PROT.:16/02/2004
CLASSE :1300-SERVICOS PUBLICOS
AUTOR: :MARLENE BEZERRA DA SILVA
REU: :UNIAO
VARA :1º JEF CIVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2004.42.00.700783-9 PROT.:16/02/2004
CLASSE :1200-PREVIDENCIARIO
AUTOR: :ANTONIO RIBEIRO DA SILVA
REU: :INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
VARA :1º JEF CIVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2004.42.00.700784-2 PROT.:16/02/2004
CLASSE :1300-SERVICOS PUBLICOS
AUTOR: :EURIPEDES DOS SANTOS AMORIM SIMAS
REU: :UNIAO
VARA :1º JEF CIVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2004.42.00.700786-0 PROT.:16/02/2004
CLASSE :1200-PREVIDENCIARIO
AUTOR: :DORALICE QUICHABA COSTA
REU: :INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
VARA :1º JEF CIVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2004.42.00.700787-3 PROT.:16/02/2004
CLASSE :1300-SERVICOS PUBLICOS
AUTOR: :RUBSMAR RODRIGUES DE AMORIM
ADVOGADO :MARCOS ANTONIO CARVALHO DE SOUZA
REU: :UNIAO
VARA :1º JEF CIVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2004.42.00.700787-3 PROT.:16/02/2004
CLASSE :1300-SERVICOS PUBLICOS
AUTOR: :RUBSMAR RODRIGUES DE AMORIM
ADVOGADO :MARCOS ANTONIO CARVALHO DE SOUZA
REU: :UNIAO

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2829 Boa Vista-RR, 18 de fevereiro de 2004.

VARA :1º JEF CÍVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2004.42.00.700788-7 PROT.:16/02/2004

CLASSE :1300-SERVICOS PUBLICOS

AUTOR: :ANTONIO LIMA DOS SANTOS

ADVOGADO :JUCIE FERREIRA DE MEDEIROS

REU: :UNIAO

VARA :1º JEF CÍVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2004.42.00.700789-0 PROT.:16/02/2004

CLASSE :1300-SERVICOS PUBLICOS

AUTOR: :ANAIZA SANTOS DA SILVA

REU: :UNIAO

VARA :1º JEF CÍVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2004.42.00.700790-0 PROT.:16/02/2004

CLASSE :1200-PREVIDENCIARIO

AUTOR: :MARIA MERCE ALVES DE SOUSA

ADVOGADO :LAUDOMIRO DA CONCEICAO

REU: :INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

VARA :1º JEF CÍVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2004.42.00.700791-4 PROT.:16/02/2004

CLASSE :1300-SERVICOS PUBLICOS

AUTOR: :SULLIVAN DA SILVA BICHARA

ADVOGADO :MARCOS ANTONIO CARVALHO DE SOUZA

REU: :UNIAO

VARA :1º JEF CÍVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2004.42.00.700792-8 PROT.:16/02/2004

CLASSE :13101-PROCESSO COMUM - JUIZ SINGULAR

AUTOR: :MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

ADVOGADO :DARLAN AIRTON DIAS

REU: :ALFREDO DE PAULA MAIA

VARA :1º JEF CÍVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2004.42.00.700793-1 PROT.:16/02/2004

CLASSE :1200-PREVIDENCIARIO

AUTOR: :MARIA DO ROSARIO LEITAO DOS SANTOS

REU: :INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

VARA :1º JEF CÍVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2004.42.00.700794-5 PROT.:16/02/2004

CLASSE :1200-PREVIDENCIARIO

AUTOR: :FRANCISCA SOUZA LIMA

ADVOGADO :LAUDOMIRO DA CONCEICAO

REU: :INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

VARA :1º JEF CÍVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2004.42.00.700795-9 PROT.:16/02/2004

CLASSE :1200-PREVIDENCIARIO

AUTOR: :MARIA DAS DORES DA SILVA

ADVOGADO :LAUDOMIRO DA CONCEICAO

REU: :INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

VARA :1º JEF CÍVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2004.42.00.700796-2 PROT.:16/02/2004

CLASSE :1300-SERVICOS PUBLICOS

AUTOR: :FERNANDO GONCALVES REIS

ADVOGADO :JOAQUIM PINTO SOUTO MAIOR NETO

REU: :UNIAO

VARA :1º JEF CÍVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2004.42.00.700797-6 PROT.:16/02/2004

CLASSE :1300-SERVICOS PUBLICOS

AUTOR: :RAIMUNDO DA SILVA MARINHO

REU: :UNIAO

VARA :1º JEF CÍVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2004.42.00.700798-0 PROT.:16/02/2004

CLASSE :1300-SERVICOS PUBLICOS

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2829 Boa Vista-RR, 18 de fevereiro de 2004.

AUTOR: :EVALDO PINHEIRO DANTAS
REU: :UNIAO
VARA :1º JEF CÍVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2004.42.00.700799-3 PROT.:16/02/2004
CLASSE :1300-SERVICOS PUBLICOS
AUTOR: :ROSSENI JOSE ARRUDA ROCHA
REU: :UNIAO
VARA :1º JEF CÍVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2004.42.00.700800-8 P ROT.:16/02/2004
CLASSE :1300-SERVICOS PUBLICOS
AUTOR: :ROSSENI JOSE ARRUDA ROCHA
REU: :UNIAO
VARA :1º JEF CÍVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2004.42.00.700801-1 PROT.:16/02/2004
CLASSE :1200-PREVIDENCIARIO
AUTOR: :MARIA DO CEU FERNANDES
ADVOGADO :LAUDOMIRO DA CONCEICAO
REU: :INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
VARA :1º JEF CÍVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2004.42.00.700802-5 PROT.:16/02/2004
CLASSE :1200-PREVIDENCIARIO
AUTOR: :IVANILDE SOUSA COELHO
ADVOGADO :LAUDOMIRO DA CONCEICAO
REU: :INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
VARA :1º JEF CÍVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2004.42.00.700803-9 PROT.:16/02/2004
CLASSE :1300-SERVICOS PUBLICOS
AUTOR: :FERNANDO GONCALVES REIS
ADVOGADO :JOAQUIM PINTO SOUTO MAIOR NETO
REU: :UNIAO
VARA :1º JEF CÍVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2004.42.00.700803-9 PROT.:16/02/2004
CLASSE :1300-SERVICOS PUBLICOS
AUTOR: :FERNANDO GONCALVES REIS
ADVOGADO :JOAQUIM PINTO SOUTO MAIOR NETO
REU: :UNIAO
VARA :1º JEF CÍVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2004.42.00.700804-2 PROT.:16/02/2004
CLASSE :1300-SERVICOS PUBLICOS
AUTOR: :ROSSENI JOSE ARRUDA ROCHA
REU: :UNIAO
VARA :1º JEF CÍVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2004.42.00.700805-6 PROT.:16/02/2004
CLASSE :1300-SERVICOS PUBLICOS
AUTOR: :MARCIONY MARTINS CORREA
ADVOGADO :MARCOS ANTONIO CARVALHO DE SOUZA
REU: :UNIAO
VARA :1º JEF CÍVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2004.42.00.700806-0 PROT.:16/02/2004
CLASSE :1200-PREVIDENCIARIO
AUTOR: :MATHILDE SILVA SERRAO
REU: :INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
VARA :1º JEF CÍVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2004.42.00.700807-3 PROT.:16/02/2004
CLASSE :1300-SERVICOS PUBLICOS
AUTOR: :RUY WALTER MAINARDI
REU: :UNIAO
VARA :1º JEF CÍVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2004.42.00.700808-7 PROT.:16/02/2004
CLASSE :1300-SERVICOS PUBLICOS

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2829 Boa Vista-RR, 18 de fevereiro de 2004.

AUTOR: :ANTONIA DA SILVA ARAUJO
REU: :UNIAO
VARA :1º JEF CÍVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2004.42.00.700809-0 PROT.:16/02/2004
CLASSE :1300-SERVICOS PUBLICOS
AUTOR: :MARLUCY SAMPAIO DOS SANTOS
REU: :UNIAO
VARA :1º JEF CÍVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2004.42.00.700810-0 PROT.:16/02/2004
CLASSE :1200-PREVIDENCIARIO
AUTOR: :MADALENA SILVA LIMA
ADVOGADO :LAUDOMIRO DA CONCEICAO
REU: :INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
VARA :1º JEF CÍVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2004.42.00.700811-4 PROT.:16/02/2004
CLASSE :1300-SERVICOS PUBLICOS
AUTOR: :JOAQUIM CARDOSO DA SILVA
REU: :CAIXA ECONOMICA FEDERAL -CEF
VARA :1º JEF CÍVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2004.42.00.700811-4 PROT.:16/02/2004
CLASSE :1300-SERVICOS PUBLICOS
AUTOR: :JOAQUIM CARDOSO DA SILVA
REU: :CAIXA ECONOMICA FEDERAL -CEF
VARA :1º JEF CÍVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2004.42.00.700812-8 PROT.:16/02/2004
CLASSE :1200-PREVIDENCIARIO
AUTOR: :GERALDO PEREIRA MAIA
REU: :INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
VARA :1º JEF CÍVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2004.42.00.700813-1 PROT.:16/02/2004
CLASSE :1300-SERVICOS PUBLICOS
AUTOR: :ADRIANO SILVA RIBEIRO
REU: :UNIAO
VARA :1º JEF CÍVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2004.42.00.700814-5 PROT.:16/02/2004
CLASSE :1300-SERVICOS PUBLICOS
AUTOR: :DORGIVAL MAIA DE AZEVEDO CRUZ
ADVOGADO :JOSENILDO FERREIRA BARBOSA
REU: :UNIAO
VARA :1º JEF CÍVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2004.42.00.700815-9 PROT.:16/02/2004
CLASSE :1300-SERVICOS PUBLICOS
AUTOR: :MARLENE GUIVARA LOPES
ADVOGADO :JOSENILDO FERREIRA BARBOSA
REU: :UNIAO
VARA :1º JEF CÍVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2004.42.00.700816-2 PROT.:16/02/2004
CLASSE :1300-SERVICOS PUBLICOS
AUTOR: :MARIA LUZ COSTA
ADVOGADO :JOSENILDO FERREIRA BARBOSA
REU: :UNIAO
VARA :1º JEF CÍVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2004.42.00.700817-6 PROT.:16/02/2004
CLASSE :1300-SERVICOS PUBLICOS
AUTOR: :ELIZABETH FERREIRA DA SILVA
ADVOGADO :JOSENILDO FERREIRA BARBOSA
REU: :UNIAO
VARA :1º JEF CÍVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2004.42.00.700818-0 PROT.:16/02/2004
CLASSE :1300-SERVICOS PUBLICOS

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2829 Boa Vista-RR, 18 de fevereiro de 2004.

AUTOR: :ELENI DA SILVA SANTOS
ADVOGADO :JOSENILDO FERREIRA BARBOSA
REU: :UNIAO
VARA :1º JEF CIVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2004.42.00.700819-3 PROT.:16/02/2004
CLASSE :1300-SERVICOS PUBLICOS
AUTOR: :JULIA AMERICA VIEIRA CAMPOS
REU: :UNIAO
VARA :1º JEF CIVEL E CRIMINAL

PROCESSO :2004.42.00.700820-3 PROT.:16/02/2004
CLASSE :1300-SERVICOS PUBLICOS
AUTOR: :VERA LUCIA CORREA DA ROCHA
ADVOGADO :UBIRAJARA DOS CAMPOS DE OLIVEIRA E CARVALHO LEITE
REU: :UNIAO
VARA :1º JEF CIVEL E CRIMINAL

III-NÃO HOUVE IMPUGNAÇÃO
IV-DEMONSTRATIVO

DISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE :49
DISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA :0
DISTRIBUIDOS MANUALMENTE :0
REDISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE :0
REDISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA :0
REDISTRIBUIDOS MANUALMENTE :0
TOTAL DOS PROCESSOS :49

1ª VARA FEDERAL

Juiz Federal Substituto
HELDER GIRÃO BARRETO
Diretor de Secretaria
ISAAC CARNEIRO DA SILVA

EXPEDIENTE DO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2004

AUTOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

PROCESSO Nº : 2004.42.00.000269-9
CLASSE : 17100 – CARTA PRECATÓRIA PENAL
REQTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQDOS : RAQUEL FEITOSA FONTES E OUTROS
ADVOGADOS : DRS. Antônio Agamenon de Almeida; OAB/RR 144-A, Pedro Xavier Coelho Sobrinho, OAB/RR 021; Antonio Cláudio de Almeida, OAB/RR 124-B.

Ato Ordinatório “ ... intimando os advogados da audiência de inquirição das testemunhas de defesa das acusadas LEONOR CABRAL ICASSATTI e ROZILDA MARIA DE LIMA, designada para o dia **26.02.2004, às 15h00min** ...”.

PROCESSO Nº : 2004.42.00.000290-4
CLASSE : 15206 – FIANÇA
REQTE : ELIZAFAN SILVA ANDRADE
ADVOGADO : DR. AGRINALDO CLARINDO CARVALHO, OAB/RR 181-B.
REQDO : JUSTIÇA PÚBLICA

O Exmo. Sr. Juiz exarou despacho “ ... Vista ao MPF ...”.

Processo nº : 2004.42.00.000321-0
Classe : 15800 – LIBERDADE PROVISORIA
REQTE : MARIO PEREIRA AUFIERO
ADVOGADO : DR. MAURO DE SIQUEIRA QUEIROZ, OAB/AM 2.360.
REQDO : JUSTIÇA PÚBLICA

O Exmo. Sr. Juiz exarou despacho “ ... O Requerente instrua o pedido com certidões de antecedentes criminais deste Estado ...”.

PROCESSO Nº : 2003.42.00.002342-8
CLASSE : 13101 – PROCESSO COMUM – JUIZ SINGULAR
AUTOR : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2829 Boa Vista-RR, 18 de fevereiro de 2004.

DENUNCIADOS : RAUL ANGEL RODRIGUES MUNOZ E OUTROS
ADVOGADOS : DR. JAEDER NATAL RIBEIRO, OAB/RR 223, DR. EUFLÁVIO DIONIZIO LIMA, OAB/RR N.º 180-A E
JOSIMAR SANTOS BATISTA, OAB/RR N.º 072-B.

O Exmo. Sr. Juiz exarou despacho “ ... Intimando a defesa dos acusados para os fins do artigo 500 do Código de Processo Penal...”.

PROCESSO Nº : 2003.42.00.002585-3
CLASSE : 13101 – PROCESSO COMUM – JUIZ SINGULAR
AUTOR : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
DENUNCIADOS : JOSE MASTER MACEDO IZEL E OUTROS
ADVOGADOS : DR. MARCO ANTONIO DA SILVA PINHEIRO, OAB/RR 299, DRA. SILENE MARIA PEREIRA FRANCO,
OAB/RR N.º 288 E DR. JOSIMAR SANTOS BATISTA, OAB/RR n.º 072-b.

O Exmo. Sr. Juiz exarou despacho “ ... Não há excesso de prazo com 79 dias de prisão em crime hediondo, quando houve dilação da instrução a pedido da defesa e o processo se encontra em fase de diligências (Art. 499, CPP). Apenso ao procedimento em que foi realizada interceptação telefônica (Criminais Diversas nº 2003.42.00.002108-5) e vista às partes pelo prazo de cinco (05) dias ...”.

AUTOS COM DECISÃO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

PROCESSO Nº : 2004.42.00.000101-1
CLASSE : 15301 – RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS
REQTE : SULANY FERREIRA DE VASCONCELOS
ADVOGADO : DRA. GERALDA CARDOSO DE ASSUNÇÃO, OAB/RR 182-B.
REQDO : JUSTIÇA PÚBLICA

O Exmo. Sr. Juiz exarou decisão “ ... Tendo em vista a certidão de fl. 14v, declino da competência e determino o apensamento e remessa deste ao Inquérito Policial nº 2004.42.00.001734-9 ...”.

PROCESSO Nº : 2004.42.00.000102-5
CLASSE : 15301 – RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS
REQTE : PAULO SÉRGIO FERREIRA MOTA
ADVOGADO : DRA. GERALDA CARDOSO DE ASSUNÇÃO, OAB/RR 182-B.
REQDO : JUSTIÇA PÚBLICA

O Exmo. Sr. Juiz exarou decisão “ ... Tendo em vista a certidão de fl. 16, declino da competência e determino o apensamento e remessa deste ao Inquérito Policial nº 2004.42.00.001734-9 ...”.

EXPEDIENTE DO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2004

AUTOS COM DESPACHO

PROCESSO Nº : 2004.42.00.000155-0
CLASSE : 10100 – IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA
REQUERENTE : AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCURADOR : ALEXANDRE PIRES ELLENA
REQUERIDO : UNIMED – BOA VISTA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
ADVOGADO : RR160 – ROMMEL LUCENA
DESPACHO : Vista ao impugnado.

PROCESSO Nº : 2004.42.00.000046-9
CLASSE : 9104 – BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE : LUIZ ALBERTO LOUREIRO E OUTROS
ADVOGADO : RR209A – BEATRIZ ARZA
REQUERIDO : TUCHAUA DA MALOCA RAPOSA SERRA DO SOL
DESPACHO : Acolho a prudente sugestão do Ministério Público Federal (fl. 28v). Designe -se audiência prévia e intímem-se o Tuchaua da Maloca da Lage e a Funai para comparecerem e entregarem no depósito da Justiça Federal em Roraima os veículos alegadamente retidos até o dia da audiência. O CIR não é litisconsorte passivo necessário, embora possa pleitear sua intervenção no processo como terceiro.

PROCESSO Nº : 96.000097-2
CLASSE : 02100 – MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
REQUERENTE : CARLA MARIA CUNHA
ADVOGADO : RR112 – MARIA SANDELANE MOURA
REQUERIDO : MAGNÍFICO REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA – UFRR
PROCURADOR : ALDIR MENEZES CAVALCANTE
DESPACHO : Nada mais havendo a prover nos presentes autos, archive-se com baixa na distribuição.

PROCESSO Nº : 1997.42.00.001635-1
CLASSE : 09200 – AÇÃO CAUTELAR INOMINADA

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2829 Boa Vista-RR, 18 de fevereiro de 2004.

REQUERENTE : FRANCISCA DAS CHAGAS DOURADO
ADVOGADO : RR069B – TEREZINHA DE JESUS BEZERRA MARQUES
REQUERIDO : UNIÃO

DESPACHO : Nada mais havendo a prover nos presentes autos, archive-se com baixa na distribuição.

PROCESSO Nº : 1997.42.00.001713-3
CLASSE : 01200 - PREVIDENCIÁRIA
REQUERENTE : FRANCISCA DAS CHAGAS DOURADO
ADVOGADO : RR069B – TEREZINHA DE JESUS BEZERRA MARQUES
REQUERIDO : UNIÃO

DESPACHO : Nada mais havendo a prover nos presentes autos, archive-se com baixa na distribuição.

PROCESSO Nº : 2000.42.00.000141 -2
CLASSE : 01500 – AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS
REQUERENTE : VALDECI NORO WAI-WAI
ADVOGADO : RR149 – MARCOS ANTONIO CARVALHO DE SOUZA
REQUERIDO : UNIÃO E FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI
PROCURADOR : ANTONIO FERNANDO ALVES PINTO E OUTRO

DESPACHO : Defiro o pedido de gratuidade ante a superveniente declaração de pobreza (fl. 89). Publique -se e archive-se.

PROCESSO Nº : 2004.42.00.000308-0
CLASSE : 02100 – MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPETRANTE : JOYCE MONTEIRO DE ARAÚJO E OUTRO
DEF. DATIVO : RR072 – JOSIMAR SANTOS BATISTA
IMPETRADO : PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DO VESTIBULAR DA UFRR
DESPACHO : (...) Destarte, a Impetrante esclareça o pedido liminar. Publique -se e vista ao Defensor Dativo. (...) Tendo em vista a omissão da UNIÃO em instalar sua Defensoria Pública em Roraima e o fato do Impetrante alegar ser pobre na forma da lei, designo o Dr. Josimar Santos Batista para atuar como Defensor Dativo das Impetrantes, arbitrando-lhe os honorários nos termos da Resolução CJF nº 281/02. (...) Nestes estreitos limites, defiro a liminar para determinar à digna Autoridade -impetrada assegure a participação das candidatas JOYCE MONTEIRO DE ARAÚJO e TARCIANE DA SILVA MARTINS na 2ª Fase do Concurso Vestibular da UFRR, que ocorrerá no dia 15.02.2004 a partir das 08h00min.

AUTOS COM DECISÃO

PROCESSO Nº : 2003.42.00.001246-0
CLASSE : 01900 – AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS
REQUERENTE : PERI LAGO CONSTRUTORA DE PONTES LIMITADA
ADVOGADO : RR203 – FRANCISCO ALVES NORONHA
REQUERIDO : UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR : ADAUTO SCHETTINE E OUTROS
O MM. Juiz Federal exarou decisão: (...) Nesta quadra, defiro apenas a produção de novas provas documentais, para a qual fixo o prazo comum de dez (10) dias.

PROCESSO Nº : 2003.42.00.001647-0
CLASSE : 05104 – AÇÃO POSSESSÓRIA
REQUERENTE : JOSUÉ SOUZA DA SILVA
ADVOGADO : RR190 – MOACIR JOSÉ BEZERRA MOTA
REQUERIDO : ANSELMO DIONÍSIO FILHO
ADVOGADO : RR253 – JOÊNIA BATISTA DE CARVALHO
O MM. Juiz Federal exarou decisão: O Requerido, apenas por que indígena, não goza dos privilégios da Fazenda Pública. Tenho como intempestiva a contestação de fls. 101/118, porquanto apresentada em 28/08/03 (fl. 101), sessenta (60) dias após a audiência em que foi intimado (fls. 97/99). Por conseguinte, decreto sua revelia, sem o efeito da confissão ficta. Vista às partes e ao MPF para especificarem provas e suas finalidades.

AUTOS COM SENTENÇA

PROCESSO Nº : 2001.42.00.000766-9
CLASSE : 05104 – AÇÃO POSSESSÓRIA
REQUERENTE : COMUNIDADE INDÍGENA DO UIRAMUTÃ E DA TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL
ADVOGADO : RR149 – MARCOS ANTONIO CARVALHO DE SOUZA
REQUERIDO : ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR : EDNALDO GOMES VIDA E OUTROS
O MM. Juiz Federal exarou sentença: (...) Diante do exposto, pela superveniente perda de objeto, julgo prejudicada a presente ação e extingo o processo sem exame do mérito. Custas e honorários, em rateio, pelas requeridas. Fixo os honorários advocatícios à base de dois (02) salários-mínimos a serem pagos a cada Parte-Requerida. Transitada em julgado, arquivem-se.

PROCESSO Nº : 2002.42.00.000351-1
CLASSE : 01900 – AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS
REQUERENTE : AGROPECUÁRIA PAU RAINHA
ADVOGADO : RR212 – STÉLIO DENER DE SOUZA CRUZ
REQUERIDO : COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2829 Boa Vista-RR, 18 de fevereiro de 2004.

PROCURADOR : DF15688 – BRUNO MATOS E SILVA

O MM. Juiz Federal exarou sentença: (...) Diante do exposto, à míngua de prova, julgo improcedente a presente ação. Custas e honorários de 10% pela autora

PROCESSO Nº : 2002.42.00.001815-5

CLASSE : 09200 – AÇÃO CAUTELAR INOMINADA

REQUERENTE : IMPORTADORA VIDRORAIMA PACARAIMA LTDA.

ADVOGADO : RR149 CE13123 – ALEXANDRE MARQUES E OUTROS

REQUERIDO : UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)

PROCURADOR : ADAUTO SCHETINE E OUTROS

O MM. Juiz Federal exarou sentença: (...) Diante do exposto, indefiro a inicial e extingo o presente processo sem exame do mérito. Custas pela Requerente. Sem honorários. Transitada em julgado, pagas as custas ou extraída certidão, archive-se.

AUTOS COM ATO ORDINATÓRIO

PROCESSO Nº : 2003.42.00.001869-7

CLASSE : 01900 – AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS

REQUERENTE : UNIMED – BOA VISTA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

ADVOGADO : RR160 – ROMMEL LUCENA

REQUERIDA : AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS

PROCURADOR : ALEXANDRE PIRES ELLENA

ATO ORDINATÓRIO: De ordem do MM. Juiz Federal na Titularidade da 1ª Vara, Dr. Helder Girão Barreto, e em conformidade com a Portaria nº 002, de 20.06.2003/1ª Vara/JF-RR, fica a autora intimada para se manifestar sobre documentos, nos termos do art. 398 do CPC.

2ª VARA FEDERAL

Juiz Federal

GRIGÓRIO CARLOS DOS SANTOS

Diretor de Secretaria Substituto

FREUDSON DE JESUS LIRA SOUZA

EXPEDIENTE DO DIA 17 DE FEVEREIRO DE 2004

AUTOS COM DECISÃO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) :

PROCESSO : 2001.42.00.001365-2

CLASSE : 13101 – PROCESSO COMUM

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADOR: DARLAN AIRTON DIAS

RÉU: VICENTE ELIAS MACEDO E OUTRO

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou decisão: ...indeferindo e revogando o sursis e redesignando audiência para o dia **03/03/2004**, às 09h00...

JUIZADO ESPECIAL FEDERAL

Juiz Federal Substituto

GIOVANNY MORGAN

Supervisor do JEF - RR

RAIMUNDO ARNALDO SEVERO DE OLIVEIRA

EXPEDIENTE DO DIA 14 DE NOVEMBRO DE 2003

AUTOS COM DECISÕES DA TURMA RECURSAL AM/RR.

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) :

Juíza Presidente: DRA. MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA

1ª RELATORA: DRA. RAQUEL SOARES CHIARELLI

2ª RELATORA: DRA. JAIZA MARIA PINTO FRAXE

3ª RELATORA: DRA. MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA

1º RELATOR SUPLENTE: DR. BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

Supervisora: VANESSA ADRIANE PINTO PIMENTEL

Secretário: CARLOS GOMES

ATO da Exma. Juíza Presidente da Turma Recursal.

EXPEDIENTE DO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2003

BOLETIM 28/2003

A Turma Recursal do Juizado Especial Federal Cível e Criminal do Amazonas e Roraima, à UNANIMIDADE, proferiu o seguinte enunciado.

ENUNCIADO N.º 02: “OS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NÃO TÊM DIREITO AO REAJUSTE DE 10,87%, REFERENTE AO IPC^rt DE JANEIRO A JULHO DE 1995.”

Participaram do Julgamento as Excelentíssimas Juízas Federais, Dra. Raquel Soares Chiarelli, 1ª Relatora, Dra. Jaiza Maria Pinto Fraxe, 2ª Relatora, e Dra. Maria Lúcia Gomes de Souza, 3ª Relatora.

Manaus, 31 de outubro de 2003.

MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA

Juíza Federal Presidente da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Amazonas-Roraima

Juíza Presidente: DRA. MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA

1ª RELATORA: DRA. RAQUEL SOARES CHIARELLI

2ª RELATORA: DRA. JAIZA MARIA PINTO FRAXE

3ª RELATORA: DRA. MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA

1º RELATOR SUPLENTE: DR. BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

Supervisora: VANESSA ADRIANE PINTO PIMENTEL

Secretário: CARLOS GOMES

ATO da Exma. Juíza Presidente da Turma Recursal.

EXPEDIENTE DO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2003

BOLETIM 29/2003

AUTOS COM ACÓRDÃOS

SESSÃO DE JULGAMENTO REALIZADA NO DIA 10/10/2003

Nos processos abaixo relacionados:

1. Processo: 2003.32.00.703648-9

Classe: 70111 – Recurso contra Sentença do Juizado

Relator (a): Dra. Maria Lucia Gomes de Souza

Recorrente (s): UNIÃO FEDERAL

Recorrido (s): SONIRA ANDRADE DE ARAUJO

Advogado(a): Dr. Jose Francisco Santos Silva, OAB/AM 1993

SERVIDOR PÚBLICO. MORA DO EXECUTIVO NO ENCAMINHAMENTO DE PROJETO DE LEI DE REAJUSTE SALARIAL. COMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. RECONHECIMENTO PELO STF – ADIN 2061. DANOS MORAIS. CABIMENTO. “QUANTUM” INDENIZATÓRIO DEVE OBSERVAR CRITÉRIOS DE BOM SENSO E RAZOABILIDADE.

1. Inaplicação da vedação do art. 3.º, § 1.º, Inc. I da Lei n.º 10.259/2001, por não se tratar de tutela de direitos individuais homogêneos, mas tão somente de direito individual autonomamente invocado. Competência do Juizado Especial Federal firmada;
 2. A concepção moderna de dano moral comporta o entendimento de que o agente é responsável pelo simples fato da violação, sendo desnecessária prova do prejuízo em concreto (precedentes STJRESP331517)
 3. Presente o nexo de causalidade entre o dano e a conduta omissiva de agente público, ante a ausência de norma regulamentadora cuja iniciativa privativa compete ao chefe do Poder Executivo;
 4. O “quantum” da indenização merece ser fixado em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), dado o número de servidores vinculados à União e ante a ausência de prova de prejuízos de maior extensão;
 5. Recurso Inominado da União conhecido e provido em parte. Sentença parcialmente reformada.
- ACÓRDÃO:** Vistos e Relatados estes autos, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Juízes da Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Amazonas e Roraima, **POR MAIORIA, VENCIDO O DR. PEDRO FRANCISCO DA SILVA , PARA DAR PROVIMENTO PARCIAL AO REC URSO DA PARTE, RECONHECENDO A COMPÊTENCIA DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL PARA O JULGAMENTO DA LIDE E, NO MÉRITO, CONDENANDO A UNIÃO AO PAGAMENTO DE R\$ 4.000,00.** Além da signatária, participaram do Julgamento a MM. Juíza Federal, 2.ª Relatora, Jaíza Maria Pinto Fraxe eo MM. Juiz Federal, Relator Convocado, Dr. Pedro Francisco da Silva.

ACÓRDÃO ASSINADO PELA MM. JUIZA FEDERAL, 3.ª RELATORA, DRA. MARIA LUCIA GOMES DE SOUZA.

2. Processo: 2003.32.00.703716-5

Classe: 70111 – Recurso contra Sentença do Juizado
Relator (a): Dra. Maria Lucia Gomes de Souza
Recorrente (s): UNIÃO FEDERAL
Recorrido (s): MARNE AUXILIADORA DA SILVA QUEIROZ
Advogado(a): Dr. Jose Francisco Santos Silva, OAB/AM 1993

SERVIDOR PÚBLICO. MORA DO EXECUTIVO NO ENCAMINHAMENTO DE PROJETO DE LEI DE REAJUSTE SALARIAL. COMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. RECONHECIMENTO PELO STF – ADIN 2061. DANOS MORAIS. CABIMENTO. “QUANTUM” INDENIZATÓRIO DEVE OBSERVAR CRITÉRIOS DE BOM SENSO E RAZOABILIDADE.

1. Inaplicação da vedação do art. 3.º, § 1.º, Inc. I da Lei n.º 10.259/2001, por não se tratar de tutela de direitos individuais homogêneos, mas tão somente de direito individual autonomamente invocado. Competência do Juizado Especial Federal firmada;
2. A concepção moderna de dano moral comporta o entendimento de que o agente é responsável pelo simples fato da violação, sendo desnecessária prova do prejuízo em concreto (precedentes STJ-RESP331517)
3. Presente o nexo de causalidade entre o dano e a conduta omissiva de agente público, ante a ausência de norma regulamentadora cuja iniciativa privativa compete ao chefe do Poder Executivo;
4. O “quantum” da indenização merece ser fixado em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), dado o número de servidores vinculados à União e ante a ausência de prova de prejuízos de maior extensão;
5. Recurso Inominado da União conhecido e provido em parte. Sentença parcialmente reformada.

ACÓRDÃO: Vistos e Relatados estes autos, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Juízes da Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Amazonas e Roraima, **POR MAIORIA, VENCIDO O DR. PEDRO FRANCISCO DA SILVA , PARA DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DA PARTE, RECONHECENDO A COMPÊTENCIA DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL PARA O JULGAMENTO DA LIDE E, NO MÉRITO, CONDENANDO A UNIÃO AO PAGAMENTO DE R\$ 4.000,00.** Além da signatária, participaram do Julgamento a MM. Juíza Federal, 2.ª Relatora, Jaíza Maria Pinto Fraxe eo MM. Juiz Federal, Relator Convocado, Dr. Pedro Francisco da Silva.

ACÓRDÃO ASSINADO PELA MM. JUIZA FEDERAL, 3.ª RELATORA, DRA. MARIA LUCIA GOMES DE SOUZA.

3. Processo: 2003.32.00.703740-1
Classe: 70111 – Recurso contra Sentença do Juizado
Relator (a): Dr. Vallisney de Souza Oliveira
Recorrente (s): UNIÃO FEDERAL
Recorrido (s): ENA MAC DONALD
Advogado (a): Dr. Jose Francisco Santos Silva, OAB/AM 1993

SERVIDOR PÚBLICO. MORA DO EXECUTIVO NO ENCAMINHAMENTO DE PROJETO DE LEI DE REAJUSTE SALARIAL. COMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. RECONHECIMENTO PELO STF – ADIN 2061. DANOS MORAIS. CABIMENTO. “QUANTUM” INDENIZATÓRIO DEVE OBSERVAR CRITÉRIOS DE BOM SENSO E RAZOABILIDADE.

1. Inaplicação da vedação do art. 3.º, § 1.º, Inc. I da Lei n.º 10.259/2001, por não se tratar de tutela de direitos individuais homogêneos, mas tão somente de direito individual autonomamente invocado. Competência do Juizado Especial Federal firmada;
2. A concepção moderna de dano moral comporta o entendimento de que o agente é responsável pelo simples fato da violação, sendo desnecessária prova do prejuízo em concreto (precedentes STJ-RESP331517)
3. Presente o nexo de causalidade entre o dano e a conduta omissiva de agente público, ante a ausência de norma regulamentadora cuja iniciativa privativa compete ao chefe do Poder Executivo;
4. O “quantum” da indenização merece ser fixado em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), dado o número de servidores vinculados à União e ante a ausência de prova de prejuízos de maior extensão;
5. Recurso Inominado da União conhecido e provido em parte. Sentença parcialmente reformada.

ACÓRDÃO: Vistos e Relatados estes autos **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Juízes da Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Amazonas e Roraima, **POR MAIORIA, VENCIDO O DR. PEDRO FRANCISCO DA SILVA , PARA DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DA PARTE, RECONHECENDO A COMPÊTENCIA DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL PARA O JULGAMENTO DA LIDE E, NO MÉRITO, CONDENANDO A UNIÃO AO PAGAMENTO DE R\$ 4.000,00.** Além da signatária, participaram do Julgamento a MM. Juíza Federal, 2.ª Relatora, Jaíza Maria Pinto Fraxe eo MM. Juiz Federal, Relator Convocado, Dr. Pedro Francisco da Silva.

ACÓRDÃO ASSINADO PELA MM. JUIZA FEDERAL, 3.ª RELATORA, DRA. MARIA LUCIA GOMES DE SOUZA.

4. Processo: 2003.32.00.703746-3
Classe: 70111 – Recurso contra Sentença do Juizado
Relator (a): Dra. Maria Lucia Gomes de Souza
Recorrente (s): UNIÃO FEDERAL
Recorrido (s): CELIA MARIA MORAIS ALMEIDA
Advogado (a): Dr. Jose Francisco Santos Silva, OAB/AM 1993

SERVIDOR PÚBLICO. MORA DO EXECUTIVO NO ENCAMINHAMENTO DE PROJETO DE LEI DE REAJUSTE SALARIAL. COMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. RECONHECIMENTO PELO STF – ADIN

2061. DANOS MORAIS. CABIMENTO. “QUANTUM” INDENIZATÓRIO DEVE OBSERVAR CRITÉRIOS DE BOM SENSO E RAZOABILIDADE.

1. Inaplicação da vedação do art. 3.º, § 1.º, Inc. I da Lei n.º 10.259/2001, por não se tratar de tutela de direitos individuais homogêneos, mas tão somente de direito individual autonomamente invocado. Competência do Juizado Especial Federal firmada;
2. A concepção moderna de dano moral comporta o entendimento de que o agente é responsável pelo simples fato da violação, sendo desnecessária prova do prejuízo em concreto (precedentes STJ-RESP331517)
3. Presente o nexo de causalidade entre o dano e a conduta omissiva de agente público, ante a ausência de norma regulamentadora cuja iniciativa privativa compete ao chefe do Poder Executivo;
4. O “quantum” da indenização merece ser fixado em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), dado o número de servidores vinculados à União e ante a ausência de prova de prejuízos de maior extensão;
5. Recurso Inominado da União conhecido e provido em parte. Sentença parcialmente reformada.

ACÓRDÃO: Vistos e Relatados estes autos, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Juízes da Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Amazonas e Roraima, **POR MAIORIA, VENCIDO O DR. PEDRO FRANCISCO DA SILVA , PARA DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DA PARTE, RECONHECENDO A COMPÊTENCIA DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL PARA O JULGAMENTO DA LIDE E, NO MÉRITO, CONDENANDO A UNIÃO AO PAGAMENTO DE R\$ 4.000,00.** Além da signatária, participaram do Julgamento a MM. Juíza Federal, 2.ª Relatora, Jaíza Maria Pinto Fraxe eo MM. Juiz Federal, Relator Convocado, Dr. Pedro Francisco da Silva.

ACÓRDÃO ASSINADO PELA MM. JUIZA FEDERAL, 3.ª RELATORA, DRA. MARIA LUCIA GOMES DE SOUZA.

5. Processo: 2003.32.00.704071-1

Classe: 70111 – Recurso contra Sentença do Juizado

Relator (a): Dra. Maria Lucia Gomes de Souza

Recorrente (s): **UNIÃO FEDERAL**

Recorrido (s): **CARMOSINA BERNADO DE SOUZA**

Advogado (a): Dr. Jose Francisco Santos Silva, OAB/AM 1993

SERVIDOR PÚBLICO. MORA DO EXECUTIVO NO ENCAMINHAMENTO DE PROJETO DE LEI DE REAJUSTE SALARIAL. COMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. RECONHECIMENTO PELO STF – ADIN 2061. DANOS MORAIS. CABIMENTO. “QUANTUM” INDENIZATÓRIO DEVE OBSERVAR CRITÉRIOS DE BOM SENSO E RAZOABILIDADE.

1. Inaplicação da vedação do art. 3.º, § 1.º, Inc. I da Lei n.º 10.259/2001, por não se tratar de tutela de direitos individuais homogêneos, mas tão somente de direito individual autonomamente invocado. Competência do Juizado Especial Federal firmada;
2. A concepção moderna de dano moral comporta o entendimento de que o agente é responsável pelo simples fato da violação, sendo desnecessária prova do prejuízo em concreto (precedentes STJ-RESP331517)
3. Presente o nexo de causalidade entre o dano e a conduta omissiva de agente público, ante a ausência de norma regulamentadora cuja iniciativa privativa compete ao chefe do Poder Executivo;
4. O “quantum” da indenização merece ser fixado em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), dado o número de servidores vinculados à União e ante a ausência de prova de prejuízos de maior extensão;
5. Recurso Inominado da União conhecido e provido em parte. Sentença parcialmente reformada.

ACÓRDÃO: Vistos e Relatados estes autos, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Juízes da Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Amazonas e Roraima, **POR MAIORIA, VENCIDO O DR. BOAVENTURA JOÃO ANDRADE, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DA PARTE, CONDENANDO A UNIÃO AO PAGAMENTO DE R\$ 4.000,00.** Além da signatária, participaram do Julgamento a MM. Juíza Federal, 2.ª Relatora, Jaíza Maria Pinto Fraxe eo MM. Juiz Federal, Relator Suplente, Dr. Boaventura João Andrade.

ACÓRDÃO ASSINADO PELA MM. JUIZA FEDERAL, 3.ª RELATORA, DRA. MARIA LUCIA GOMES DE SOUZA.

6. Processo: 2003.32.00.704190-5

Classe: 70111 – Recurso contra Sentença do Juizado

Relator (a): Dra. Maria Lucia Gomes de Souza

Recorrente (s): **UNIÃO FEDERAL**

Recorrido (s): **LUCIMAR ARAÚJO RAMALHO**

Advogado (a): Dr. Jose Francisco Santos Silva, OAB/AM 1993

SERVIDOR PÚBLICO. MORA DO EXECUTIVO NO ENCAMINHAMENTO DE PROJETO DE LEI DE REAJUSTE SALARIAL. COMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. RECONHECIMENTO PELO STF – ADIN 2061. DANOS MORAIS. CABIMENTO. “QUANTUM” INDENIZATÓRIO DEVE OBSERVAR CRITÉRIOS DE BOM SENSO E RAZOABILIDADE.

1. Inaplicação da vedação do art. 3.º, § 1.º, Inc. I da Lei n.º 10.259/2001, por não se tratar de tutela de direitos individuais homogêneos, mas tão somente de direito individual autonomamente invocado. Competência do Juizado Especial Federal firmada;
2. A concepção moderna de dano moral comporta o entendimento de que o agente é responsável pelo simples fato da violação, sendo desnecessária prova do prejuízo em concreto (precedentes STJ-RESP331517)
3. Presente o nexo de causalidade entre o dano e a conduta omissiva de agente público, ante a ausência de norma regulamentadora cuja iniciativa privativa compete ao chefe do Poder Executivo;

4. O “quantum” da indenização merece ser fixado em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), dado o número de servidores vinculados à União e ante a ausência de prova de prejuízos de maior extensão;
5. Recurso Inominado da União conhecido e provido em parte. Sentença parcialmente reformada.

ACÓRDÃO: Vistos e Relatados estes autos, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Juízes da Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Amazonas e Roraima, **POR MAIORIA, VENCIDO O DR. PEDRO FRANCISCO DA SILVA , PARA DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DA PARTE, RECONHECENDO A COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL PARA O JULGAMENTO DA LIDE E, NO MÉRITO, CONDENANDO A UNIÃO AO PAGAMENTO DE R\$ 4.000,00.** Além da signatária, participaram do Julgamento a MM. Juíza Federal, 2.ª Relatora, Jaíza Maria Pinto Fraxe eo MM. Juiz Federal, Relator Convocado, Dr. Pedro Francisco da Silva.

ACÓRDÃO ASSINADO PELA MM. JUIZA FEDERAL, 3.ª RELATORA, DRA. MARIA LUCIA GOMES DE SOUZA.

7. Processo: 2003.32.00.704191-9

Classe: 70111- Recurso contra Sentença do Juizado

Relator (a): Dra. Maria Lucia Gomes de Souza

Recorrente (s): UNIÃO FEDERAL

Recorrido (s): MARIA ODETE RIBEIRO

Advogado (a): Dr. Josse Francisco Santos Silva, OAB/AM 1993

SERVIDOR PÚBLICO. MORA DO EXECUTIVO NO ENCAMINHAMENTO DE PROJETO DE LEI DE REAJUSTE SALARIAL. COMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. RECONHECIMENTO PELO STF – ADIN 2061. DANOS MORAIS. CABIMENTO. “QUANTUM” INDENIZATÓRIO DEVE OBSERVAR CRITÉRIOS DE BOM SENSO E RAZOABILIDADE.

1. Inaplicação da vedação do art. 3.º, § 1.º, Inc. I da Lei n.º 10.259/2001, por não se tratar de tutela de direitos individuais homogêneos, mas tão somente de direito individual autonomamente invocado. Competência do Juizado Especial Federal firmada;
2. A concepção moderna de dano moral comporta o entendimento de que o agente é responsável pelo simples fato da violação, sendo desnecessária prova do prejuízo em concreto (precedentes STJ-RESP331517)
3. Presente o nexo de causalidade entre o dano e a conduta omissiva de agente público, ante a ausência de norma regulamentadora cuja iniciativa privativa compete ao chefe do Poder Executivo;
4. O “quantum” da indenização merece ser fixado em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), dado o número de servidores vinculados à União e ante a ausência de prova de prejuízos de maior extensão;
5. Recurso Inominado da União conhecido e provido em parte. Sentença parcialmente reformada.

ACÓRDÃO: Vistos e Relatados estes autos, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Juízes da Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Amazonas e Roraima, **POR MAIORIA, VENCIDO O DR. PEDRO FRANCISCO DA SILVA , PARA DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DA PARTE, RECONHECENDO A COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL PARA O JULGAMENTO DA LIDE E, NO MÉRITO, CONDENANDO A UNIÃO AO PAGAMENTO DE R\$ 4.000,00.** Além da signatária, participaram do Julgamento a MM. Juíza Federal, 2.ª Relatora, Jaíza Maria Pinto Fraxe eo MM. Juiz Federal, Relator Convocado, Dr. Pedro Francisco da Silva.

ACÓRDÃO ASSINADO PELA MM. JUIZA FEDERAL, 3.ª RELATORA, DRA. MARIA LUCIA GOMES DE SOUZA.

8. Processo: 2003.32.00.704192-2

Classe: 70111- Recurso contra Sentença do Juizado

Relator (a): Dra. Maria Lucia Gomes de Souza

Recorrente (s): UNIÃO FEDERAL

Recorrido (s): NELSON JOSE DE SOUZA CORREA

Advogado(a): Dr. Jose Francisco Santos Silva, OAB/AM 1993.

SERVIDOR PÚBLICO. MORA DO EXECUTIVO NO ENCAMINHAMENTO DE PROJETO DE LEI DE REAJUSTE SALARIAL. COMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. RECONHECIMENTO PELO STF – ADIN 2061. DANOS MORAIS. CABIMENTO. “QUANTUM” INDENIZATÓRIO DEVE OBSERVAR CRITÉRIOS DE BOM SENSO E RAZOABILIDADE.

1. Inaplicação da vedação do art. 3.º, § 1.º, Inc. I da Lei n.º 10.259/2001, por não se tratar de tutela de direitos individuais homogêneos, mas tão somente de direito individual autonomamente invocado. Competência do Juizado Especial Federal firmada;
2. A concepção moderna de dano moral comporta o entendimento de que o agente é responsável pelo simples fato da violação, sendo desnecessária prova do prejuízo em concreto (precedentes STJ-RESP331517)
3. Presente o nexo de causalidade entre o dano e a conduta omissiva de agente público, ante a ausência de norma regulamentadora cuja iniciativa privativa compete ao chefe do Poder Executivo;
4. O “quantum” da indenização merece ser fixado em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), dado o número de servidores vinculados à União e ante a ausência de prova de prejuízos de maior extensão;
5. Recurso Inominado da União conhecido e provido em parte. Sentença parcialmente reformada.

ACÓRDÃO: Vistos e Relatados estes autos, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Juízes da Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Amazonas e Roraima, **POR MAIORIA, VENCIDO O DR. PEDRO FRANCISCO DA SILVA , PARA DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DA PARTE, RECONHECENDO A COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL PARA O JULGAMENTO DA LIDE E, NO MÉRITO, CONDENANDO A UNIÃO AO PAGAMENTO DE R\$**

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2829 Boa Vista-RR, 18 de fevereiro de 2004.

4.000,00. Além da signatária, participaram do Julgamento a MM. Juíza Federal, 2.ª Relatora, Jaíza Maria Pinto Fraxe eo MM. Juiz Federal, Relator Convocado, Dr. Pedro Francisco da Silva.

ACÓRDÃO ASSINADO PELA MM. JUÍZA FEDERAL, 3.ª RELATORA, DRA. MARIA LUCIA GOMES DE SOUZA.

9. Processo: 2003.32.00.704193-6

Classe: 70111- Recurso contra Sentença do Juizado

Relator (a): Dr. Vallisney de Souza Oliveira

Recorrente (s): UNIÃO FEDERAL

Recorrido (s): MARIA DAS GRAÇAS SILVA DE OLIVEIRA

Advogado (a): Dr. Jose Francisco Santos Silva, OAB/AM 1993

SERVIDOR PÚBLICO. MORA DO EXECUTIVO NO ENCAMINHAMENTO DE PROJETO DE LEI DE REAJUSTE SALARIAL. COMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. RECONHECIMENTO PELO STF – ADIN 2061. DANOS MORAIS. CABIMENTO. “QUANTUM” INDENIZATÓRIO DEVE OBSERVAR CRITÉRIOS DE BOM SENSO E RAZOABILIDADE.

1. Inaplicação da vedação do art. 3.º, § 1.º, Inc. I da Lei n.º 10.259/2001, por não se tratar de tutela de direitos individuais homogêneos, mas tão somente de direito individual autonomamente invocado. Competência do Juizado Especial Federal firmada;
2. A concepção moderna de dano moral comporta o entendimento de que o agente é responsável pelo simples fato da violação, sendo desnecessária prova do prejuízo em concreto (precedentes STJRESP331517)
3. Presente o nexo de causalidade entre o dano e a conduta omissiva de agente público, ante a ausência de norma regulamentadora cuja iniciativa privativa compete ao chefe do Poder Executivo;
4. O “quantum” da indenização merece ser fixado em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), dado o número de servidores vinculados à União e ante a ausência de prova de prejuízos de maior extensão;
5. Recurso Inominado da União conhecido e provido em parte. Sentença parcialmente reformada.

ACÓRDÃO: Vistos e Relatados estes autos, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Juízes da Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Amazonas e Roraima, **POR MAIORIA, VENCIDO O DR. PEDRO FRANCISCO DA SILVA , PARA DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DA PARTE, RECONHECENDO A COMPÉTENCIA DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL PARA O JULGAMENTO DA LIDE E, NO MÉRITO, CONDENANDO A UNIÃO AO PAGAMENTO DE R\$ 4.000,00.** Além da signatária, participaram do Julgamento a MM. Juíza Federal, 2.ª Relatora, Jaíza Maria Pinto Fraxe eo MM. Juiz Federal, Relator Convocado, Dr. Pedro Francisco da Silva.

ACÓRDÃO ASSINADO PELA MM. JUÍZA FEDERAL, 3.ª RELATORA, DRA. MARIA LUCIA GOMES DE SOUZA.

10. Processo: 2003.32.00.704453-0

Classe: 70111- Recurso contra Sentença no Juizado

Relator (a): Dr. Vallisney de Souza Oliveira

Recorrente (s): UNIÃO FEDERAL

Recorrido (s): WILSON DA COSTA SANTOS

SERVIDOR PÚBLICO. MORA DO EXECUTIVO NO ENCAMINHAMENTO DE PROJETO DE LEI DE REAJUSTE SALARIAL. COMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. RECONHECIMENTO PELO STF – ADIN 2061. DANOS MORAIS. CABIMENTO. “QUANTUM” INDENIZATÓRIO DEVE OBSERVAR CRITÉRIOS DE BOM SENSO E RAZOABILIDADE.

1. Inaplicação da vedação do art. 3.º, § 1.º, Inc. I da Lei n.º 10.259/2001, por não se tratar de tutela de direitos individuais homogêneos, mas tão somente de direito individual autonomamente invocado. Competência do Juizado Especial Federal firmada;
2. A concepção moderna de dano moral comporta o entendimento de que o agente é responsável pelo simples fato da violação, sendo desnecessária prova do prejuízo em concreto (precedentes STJRESP331517)
3. Presente o nexo de causalidade entre o dano e a conduta omissiva de agente público, ante a ausência de norma regulamentadora cuja iniciativa privativa compete ao chefe do Poder Executivo;
4. O “quantum” da indenização merece ser reformado, dado o número de servidores vinculados á União e ante a ausência de prova de prejuízos de maior extensão;
5. Recurso Inominado da União conhecido e provido em parte. Sentença parcialmente reformada.

ACÓRDÃO: Vistos e Relatados estes autos, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Juízes da Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Amazonas e Roraima, **POR MAIORIA, VENCIDO O DR. BOAVENTURA JOÃO ANDRADE, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DA UNIÃO, PARA REFORMAR A SENTENÇA NO QUE PERTINE AO “QUANTUM” INDENIZATÓRIO.** Além da signatária, participaram do Julgamento a MM. Juíza Federal, 2.ª Relatora, Jaíza Maria Pinto Fraxe eo MM. Juiz Federal, Relator Suplente, Dr. Boaventura João Andrade.

ACÓRDÃO ASSINADO PELA MM. JUÍZA FEDERAL, 3.ª RELATORA, DRA. MARIA LUCIA GOMES DE SOUZA.

11. Processo: 2003.32.00.704454-4

Classe: 70111- Recurso Contra Sentença do Juizado

Relator (a): Dra. Maria Lucia Gomes de Souza

Recorrente (s): UNIÃO FEDERAL

Recorrido (s): MARTA FREITAS DA SILVA

Advogado (a): Dr. Francisco das C. do L. Nascimento, OAB/AM 943

SERVIDOR PÚBLICO. MORA DO EXECUTIVO NO ENCAMINHAMENTO DE PROJETO DE LEI DE REAJUSTE SALARIAL. COMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. RECONHECIMENTO PELO STF – ADIN 2061. DANOS MORAIS. CABIMENTO. “QUANTUM” INDENIZATÓRIO DEVE OBSERVAR CRITÉRIOS DE BOM SENSO E RAZOABILIDADE.

1. Inaplicação da vedação do art. 3.º, § 1.º, Inc. I da Lei n.º 10.259/2001, por não se tratar de tutela de direitos individuais homogêneos, mas tão somente de direito individual autonomamente invocado. Competência do Juizado Especial Federal firmada;
2. A concepção moderna de dano moral comporta o entendimento de que o agente é responsável pelo simples fato da violação, sendo desnecessária prova do prejuízo em concreto (precedentes STJ-RESP331517)
3. Presente o nexo de causalidade entre o dano e a conduta omissiva de agente público, ante a ausência de norma regulamentadora cuja iniciativa privativa compete ao chefe do Poder Executivo;
4. O “quantum” da indenização merece ser reformado, dado o número de servidores vinculados à União e ante a ausência de prova de prejuízos de maior extensão.;
5. Recurso Inominado da União conhecido e provido em parte. Sentença parcialmente reformada.

ACÓRDÃO: Vistos e Relatados estes autos, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Juízes da Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Amazonas e Roraima, **POR MAIORIA, VENCIDO O DR. BOAVENTURA JOÃO ANDRADE, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DA UNIÃO, PARA REFORMAR A SENTENÇA NO QUE PERTINCE AO “QUANTUM” INDENIZATÓRIO.** Além da signatária, participaram do Julgamento a MM. Juíza Federal, 2.ª Relatora, Jaíza Maria Pinto Fraxe eo MM. Juiz Federal, Relator Suplente, Dr. Boaventura João Andrade.

ACÓRDÃO AS SINADO PELA MM. JUIZA FEDERAL, 3.ª RELATORA, DRA. MARIA LUCIA GOMES DE SOUZA.

12. Processo: 2003.32.00.704469-5

Classe: 70111- Recurso Contra Sentença do Juizado **Relator (a):** Dra. Maria Lucia Gomes de Souza

Recorrente (s): **UNIÃO FEDERAL**

Recorrido (s): **MOISES ALVES DOS SANTOS**

Advogado (a): Dr. José Francisco Santos Silva, OAB/AM 1993

SERVIDOR PÚBLICO. MORA DO EXECUTIVO NO ENCAMINHAMENTO DE PROJETO DE LEI DE REAJUSTE SALARIAL. COMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. RECONHECIMENTO PELO STF – ADIN 2061. DANOS MORAIS. CABIMENTO. “QUANTUM” INDENIZATÓRIO DEVE OBSERVAR CRITÉRIOS DE BOM SENSO E RAZOABILIDADE.

1. Inaplicação da vedação do art. 3.º, § 1.º, Inc. I da Lei n.º 10.259/2001, por não se tratar de tutela de direitos individuais homogêneos, mas tão somente de direito individual autonomamente invocado. Competência do Juizado Especial Federal firmada;
2. A concepção moderna de dano moral comporta o entendimento de que o agente é responsável pelo simples fato da violação, sendo desnecessária prova do prejuízo em concreto (precedentes STJ-RESP331517)
3. Presente o nexo de causalidade entre o dano e a conduta omissiva de agente público, ante a ausência de norma regulamentadora cuja iniciativa privativa compete ao chefe do Poder Executivo;
4. O “quantum” da indenização merece ser fixado em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), dado o número de servidores vinculados à União e ante a ausência de prova de prejuízos de maior extensão;
5. Recurso Inominado da União conhecido e provido em parte. Sentença parcialmente reformada.

ACÓRDÃO: Vistos e Relatados estes autos, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Juízes da Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Amazonas e Roraima, **POR MAIORIA, VENCIDO O DR. PEDRO FRANCISCO DA SILVA , PARA DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DA PARTE, RECONHECENDO A COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL PARA O JULGAMENTO DA LIIDE E, NO MÉRITO, CONDENANDO A UNIÃO AO PAGAMENTO DE R\$ 4.000,00.** Além da signatária, participaram do Julgamento a MM. Juíza Federal, 2.ª Relatora, Jaíza Maria Pinto Fraxe eo MM. Juiz Federal, Relator Convocado, Dr. Pedro Francisco da Silva.

ACÓRDÃO ASSINADO PELA MM. JUIZA FEDERAL, 3.ª RELATORA, DRA. MARIA LUCIA GOMES DE SOUZA.

13. Processo: 2003.32.00.704471-9

Classe: 70111- Recurso Contra Sentença do Juizado

Relator (a): Dra. Maria Lucia Gomes de Souza

Recorrente (s): **UNIÃO FEDERAL**

Recorrido (s): **MARIA GOMES FERREIRA**

Advogado (a): Dr. Jose Francisco Santos Silva, OAB/AM 1993

SERVIDOR PÚBLICO. MORA DO EXECUTIVO NO ENCAMINHAMENTO DE PROJETO DE LEI DE REAJUSTE SALARIAL. COMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. RECONHECIMENTO PELO STF – ADIN 2061. DANOS MORAIS. CABIMENTO. “QUANTUM” INDENIZATÓRIO DEVE OBSERVAR CRITÉRIOS DE BOM SENSO E RAZOABILIDADE.

1. Inaplicação da vedação do art. 3.º, § 1.º, Inc. I da Lei n.º 10.259/2001, por não se tratar de tutela de direitos individuais homogêneos, mas tão somente de direito individual autonomamente invocado. Competência do Juizado Especial Federal firmada;
2. A concepção moderna de dano moral comporta o entendimento de que o agente é responsável pelo simples fato da violação, sendo desnecessária prova do prejuízo em concreto (precedentes STJ-RESP331517)

3. Presente o nexo de causalidade entre o dano e a conduta omissiva de agente público, ante a ausência de norma regulamentadora cuja iniciativa privativa compete ao chefe do Poder Executivo;
4. O “quantum” da indenização merece ser fixado em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), dado o número de servidores vinculados à União e ante a ausência de prova de prejuízos de maior extensão;
5. Recurso Inominado da União conhecido e provido em parte. Sentença parcialmente reformada.

ACÓRDÃO: Vistos e Relatados estes autos, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Juízes da Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Amazonas e Roraima, **POR MAIORIA, VENCIDO O DR. PEDRO FRANCISCO DA SILVA , PARA DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DA PARTE, RECONHECENDO A COMPÊTENCIA DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL PARA O JULGAMENTO DA LIDE E, NO MÉRITO, CONDENANDO A UNIÃO AO PAGAMENTO DE R\$ 4.000,00.** Além da signatária, participaram do Julgamento a MM. Juíza Federal, 2.ª Relatora, Jaíza Maria Pinto Fraxe eo MM. Juiz Federal, Relator Convocado, Dr. Pedro Francisco da Silva.

ACÓRDÃO ASSINADO PELA MM. JUÍZA FEDERAL, 3.ª RELATORA, DRA. MARIA LUCIA GOMES DE SOUZA.

14. Processo: 2003.32.00.704529-6

Classe: 70111- Recurso Contra Sentença do Juizado

Relator (a): Dr. Vallisney de Souza Oliveira

Recorrente (s): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Recorrido (s): ENOS MENEZES DA SILVA

Advogado (a): Dr. Jose Carlos Pereira de Oliveira, OAB/AM 2772.

RECURSO CONTRA SENTENÇA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. COMPETENCIA ABSOLUTA DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. MEDIDA CAUTELAR DEFERIDA. PERICULUM IN MORA REVERSO. INEXISTÊNCIA. CONVERSÃO DO BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. CABIMENTO.

1. Íntegra é a competência da Justiça Federal para apreciar a questão, visto que não é possível precisar a origem da moléstia, e, portanto, impossível afirmar que foi desencadeada pelo exercício profissional;
2. A existência do *periculum in mora* reverso, nem de longe, é capaz de superar a plausibilidade jurídica das alegações do autor e afastar a proteção do seu direito a sobrevivência, obviamente ameaçado, acaso se suspenda a tutela de urgência concedida;
3. Das conclusões exaradas do Laudo Pericial, bem como dos demais elementos de convicção reunidos nos autos, contata-se facilmente que o autor, mecânico profissional, pela natureza da sua profissão, jamais poderia continuar trabalhando sentindo dores nas costas, ainda que exista tratamento para amenizá-las, sob pena de agravar ainda mais o seu quadro.
4. Recurso improvido.

ACÓRDÃO: Vistos e relatados estes autos, **ACORDAM** as Excelentíssimas Senhoras Juízas da Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Amazonas e Roraima. **Á UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DO INSS, PARA MANTER A SENTENÇA RECORRIDA.** Além da signatária participaram do Julgamento, a MM. Juíza Federal, 2.ª Relatora, Dra. Jaíza Maria Pinto Fraxe e a MM. Juíza Federal, 3.ª Relatora, Dra. Maria Lucia Gomes de Souza.

ACÓRDÃO ASSINADO PELA MM JUÍZA FEDERAL, 1.ª RELATORA, DRA. RAQUEL SOARES CHIARELLI.

EDITAL

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 20 DIAS)

O Juiz de Direito da 5.ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti, faz saber que neste Juízo tramita o seguinte processo:

Proc. nº. 69116-5/03 – AÇÃO DE COBRANÇA

Autor: Boa Vista Energia S/A

Adv.: Dr. José Jerônimo Figueiredo e outro

Réu: César José de Farias

Estando a parte ré em local incerto e não sabido, expediu-se o presente edital com a seguinte finalidade:

CITAÇÃO de CESAR JOSÉ DE FARIAS, portador do R.G. nº 106686-SSP/RR e do CPF nº 428.659.999-310, para, querendo, contestar a presente ação no prazo de 15(quinze) dias. Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (Art. 285 do CPC).

SEDE DO JUÍZO: Fórum Advogado Sobral Pinto, Praça do Centro Cívico, s/n.º, Centro, CEP 69.301-970, Boa Vista/RR, Tel. (095) 621-2727.

Boa Vista, 29 de abril de 2004.

Maria das Graças Barroso de Souza
Escrivã Judicial

EDITAL DE CITAÇÃO DO SR. ALBERTO CARLOS SILVA DE CASTRO, COM O PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

O DR. CRISTÓVÃO SUTER, MM. JUIZ DE DIREITO DA 4.ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA, ESTADO DE RORAIMA, NA FORMA DA LEI ETC...

FAZ SABER a todos que por este Juízo tramitam os autos sob o n.º 03 068101-8, ação de EXECUÇÃO, em que figura como exequente SALES E AMORIM LTDA. e executado ALBERTO CARLOS SILVA DE CASTRO. Como se encontra o executado ALBERTO CARLOS SILVA DE CASTRO, atualmente, em lugar incerto e não sabido, expediu -se o presente edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, para que o mesmo pague, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, o PRINCIPAL E ACESSÓRIOS, no valor de R\$ 9.989,28 (nove mil, novecentos e oitenta e nove reais e vinte e oito centavos), ou ofereça bens à penhora, suficientes para assegurar a totalidade do débito, sob pena de não o fazendo, serem penhorados tantos bens quantos bastem para a satisfação integral da execução, ficando a mesma intimada de que tem o prazo de 10 (dez) dias para, querendo, opor embargos.

E para que chegue ao conhecimento do interessado e ninguém possa alegar a ignorância no futuro, mandou o MM. Juiz expedir o presente, que será publicado e afixado na forma da lei.

DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Boa Vista (RR), aos 09 (nove) dias do mês de fevereiro do ano dois mil e quatro.

Maria do P. S. Nunes de Queiroz
Escrivã Judicial

TABELIONATO DE 1º OFÍCIO

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo Código Civil Brasileiro, neste Registro Civil das Pessoas Naturais - 1º Ofício da Capital de Boa Vista-RR:

1) ALESSANDRO GELBERTON DE ARAUJO PADILHA e ARYELLE PESSOA RABELO

ELE: nascido em Boa Vista-RR, em 18/01/1980, de profissão autônomo, estado civil solteiro, domiciliado e residente na Av. General Sampaio Nº 359 Bairro 13 de Setembro, Boa Vista-RR, filho de OSVALDO DA COSTA PADILHA e ANETE DE ARAÚJO PADILHA.

ELA: nascida em Santarem-PA, em 15/08/1983, de profissão consultora de vendas, estado civil solteira, domiciliada e residente na Av. General Sampaio Nº 359 Bairro 13 de Setembro, Boa Vista-RR, filha de ANTONIO DE MOURA RABELO e MARIZONILDE PESSOA RABELO.

2) ANTONIO EMILSON REIS e PATRÍCIA DOS SANTOS SILVA

ELE: nascido em Santa Luzia-MA, em 20/09/1972, de profissão motorista, estado civil solteiro, domiciliado e residente na Rua: Jandira Lago nº209 Bairro: Liberdade, Boa Vista-RR, filho de MARIA DE LOURDES REIS.

ELA: nascida em Boa Vista-RR, em 22/12/1981, de profissão estudante, estado civil solteira, domiciliada e residente na Rua: Jandira Lago nº209 Bairro: Liberdade, Boa Vista-RR, filha de JOSÉ ISIDÓRIO DA SILVA e DINÁ NEVES DOS SANTOS.

3) ALDEIR DOS SANTOS PEREIRA e LAURIETH NOGUEIRA DE OLIVEIRA

ELE: nascido em Santa Helena-MA, em 01/02/1961, de profissão aposentado, estado civil solteiro, domiciliado e residente na Rua Solon Rodrigues Pessoa, nº 831, bairro Pintolandia I, Boa Vista-RR, filho de RAIMUNDO DA SILVA GOMES e JOANA DE JESUS PEREIRA.

ELA: nascida em Santarem-PA, em 24/08/1954, de profissão do lar, estado civil solteira, domiciliada e residente na Rua S XXXI, nº 1797, bairro Senador Hélio Campos, Boa Vista-RR, filha de EDNA NOGUEIRA DE OLIVEIRA.

Se alguém souber de algum impedimento queira acusá-lo na forma da Lei. Boa Vista-RR, 17 de fevereiro de 2004. DEUSDETE COELHO FILHO, Oficial, subscrevo e assino.

TABELIONATO DE 2º OFÍCIO

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525 nº I, II e IV do Código Civil Brasileiro:

JORGE CAVALCANTE e MARILÚCIA BARBOSA SILVA. Sendo o pretendente nascido em **Boa Vista – Roraima**, ao(s) **dezenove (19) de janeiro (01) de 1985**, Profissão: **Movimentador de Marcadorias**, Estado Civil: **solteiro**, domiciliado e residente na **rua C – 48, nº 1549, Bairro Alvorada**, filho de **Cileide Cavalcante**. A pretendente nascida em **Turiacu - Maranhão**, ao(s) **dezenove (19) dia de janeiro (01) de 1985**, Profissão: **Secretária**, Estado Civil: **solteira**, residente na **Av. São Joaquim, nº 1505, Bairro Drº Silvío Leite**, filha de **Pedro Souza Silva e Joana Barbosa Silva**.

Alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.

Lavro o presente para ser afixado em quadro próprio no Edifício do Fórum e publicado no Diário do Poder Judiciário.

Boa Vista – RR, 16 de fevereiro de 2004.

Wagner Mendes Coelho
Tabelião

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525 nº I, II, III e IV do Código Civil Brasileiro:

OZEIAS JUVENCIO DOS SANTOS e ZARA SHIRLEY FRANCO DA SILVA. Sendo o pretendente nascido em **Açailândia - Maranhão**, ao(s) **dois (02) de novembro (11) de 1977**, Profissão: **Auxiliar de Depósito**, Estado Civil: **solteiro**, domiciliado e residente na **rua Francisco Custódio de Andrade, nº 790, Bairro Asa Branca**, filho de **Antonio Ferreira dos Santos e Maria Juvencio dos**

Diário do Poder Judiciário Ano VII – EDIÇÃO 2829 Boa Vista-RR, 18 de fevereiro de 2004.

Santos. A pretendente nascida em **Boa Vista - Roraima**, ao(s) **treze (13) dia** de **fevereiro (02) de 1988**, Profissão: **Estudante**, Estado Civil: **solteira**, residente na **rua Ruth Pinheiro, nº 839, Bairro Tancredo Neves**, filha de **José Ferreira da Silva e Maria Doralice Leal Franco**.

Alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.

Lavro o presente para ser afixado em quadro próprio no Edifício do Fórum e publicado no Diário do Poder Judiciário.

Boa Vista – RR, 17 de fevereiro de 2004.

Wagner Mendes Coelho
Tabelião

Ordem dos Advogados do Brasil
Secional de Roraima

ED I T A L 015

O Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Roraima, faz público achar-se nesta Secional, suficientemente instruído para oportuna deliberação do pedido de Inscrição Principal da Bel.^a **KEILLA CRISTINA SOUZA SILVA**, art 10, da Lei 8.906/94. Sala da Secretaria da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Roraima aos dezessete dias do mês de fevereiro de dois mil e quatro.

ANTONIO ONEILDO FERREIRA
Presidente da OAB/RR